

AREA DE EXPANSÃO DE BELÉM: UM ESPAÇO DE MULTIPLAS VIVÊNCIAS

MESTRANDA: RENATA DURANS PESSOA DE SOUZA



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

## INSTITUTO DE TECNOLOGIA

## PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

RENATA DURANS PESSOA DE SOUZA

A área de expansão de Belém: Um espaço de múltiplas vivências

BELÉM

#### RENATA DURANS PESSOA DE SOUZA

A área de expansão de Belém: Um espaço de múltiplas vivências

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará como exigência para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Claudia Duarte Cardoso.

Área de concentração: Desenho e concepção do espaço construído na Amazônia

BELÉM

2016

### RENATA DURANS PESSOA DE SOUZA

A área de expansão de Belém	: Um espaço de múltiplas vivências
-----------------------------	------------------------------------

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará como exigência para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Claudia Duarte Cardoso

Área de concentração: Desenho e concepção do espaço construído na Amazônia

Data de Aprovação: 05/09/2016				
Banca Examinadora:				
Prof. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso (PPGAU-UFPA) - Orientadora				
Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima (PPGAU-UFPA) – Examinador interno				
Prof. Dra. Lúcia Leitão Santos (MDU-UFPE) — Examinador externo				

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da UFPA

Souza, Renata Durans Pessoa de, 1990-

A Área de expansão de Belém : um espaço de múltiplas vivências / Renata Durans Pessoa de Souza ; orientadora, Ana Cláudia Duarte Cardoso .— 2016.

Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2016.

1. Crescimento urbano-Belém (PA). 2. Segregação-Belém (PA) . 3. Espaços públicos-Belém (PA). 4. Habitação-Belém (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 307.76098115

**RESUMO** 

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará absorveu importantes transformações

econômicas e populacionais ocorridas na região Norte, que intensificaram a ocupação

da área de expansão de Belém, localizada ao longo da Av. Augusto Montenegro,

principalmente a partir da década de 1960. Tais transformações contribuíram para a

estruturação do espaço urbano de forma não planejada pelo amálgama de diferentes

formas de uso e parcelamento do solo, gerando uma malha urbana desarticulada,

carente de infraestrutura e espaços públicos de qualidade, porém progressivamente

valorizada. Esta pesquisa demonstra que os diferentes grupos sociais de aglomeram e

segregam de modo a garantir o sentimento de pertencimento e seguridade, negando a

dimensão pública da cidade e contribuindo para o empobrecimento das relações sociais

e a negação da cidade enquanto produto coletivo.

Palavras-chave: Belém; Área de Expansão; Segregação; Tipologias Habitacionais; Espaço

Público.

**ABSTRACT** 

The city of Belém, Pará state capital had major economic and population changes that

have intensified the occupation of its expansion area, along Av. Augusto Montenegro,

mainly from the 1960s. These changes contributed to the structuring of urban space in

a disorderly manner and subjected to different forms of use and parceling of land,

leading to a disjointed urban fabric, poor infrastructure and quality public spaces, but

increasingly valued. Different social groups cluster in order to ensure the sense of

belonging and security, contributing to the impoverishment of social relations and the

denial of the city as a collective product.

Key words: Belém; Expansion Area, Segregation; Housing Typologies, Public Spaces.

## Lista siglas

BNH – Banco Nacional de Habitação

COHAB- PA – Companhia de Habitação do Estado do Pará

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAR – Programa de Arrendamento Residencial

PDGB – Plano de Desenvolvimento da Grande Belém

PEM - Plano de Estruturação Metropolitana

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

RMB – Região Metropolitana de Belém

# Lista de figuras

Patrimonial. Fonte: CACCAVONI, 1900
Figura 2 – Quadras executadas segundo o Plano de Alinhamento, em destaque as áreas de várzea que se configuram como barreiras ao projeto. Fonte: Muniz, 1904. Elaboração: Ventura Neto, 2012
Figura 3 – Bairro Batista Campos. Acima distribuição de quadras e abaixo distribuição dos lotes. Fonte: CTM, 2000
Figura 4 – Bairro Terra Firme, Acima a distribuição das quadras, e abaixo a organização de lotes de forma mais adensada. Fonte: CTM,200042
Figura 5 – Bairro Mangueirão, localizado ao longo do eixo da AV. Augusto Montenegro. Nesta área são encontrados conjuntos habitacionais, áreas de invasão e grandes terrenos ocupados por funções públicas e institucionais. Fonte: CTM, 2000
Figura 6 - Evolução da ocupação dos terrenos próximos à Avenida Augusto Montenegro. Em destaque estão os primeiros conjuntos habitacionais instalados na área de expansão, que induziram a ocupação posterior. Fonte: CODEM, 1999 e Google Earth 2010. Elaboração: Renata Durans e Beatriz Fiock. 2015
Figura 7 - Linha do tempo mostrando o desenvolvimento da ocupação da área de expansão através das três principais formas de assentamento populacional. Elaboração: Renta Durans, 201555
Figura 8 – Distribuição atual de alguns serviços ao longo do eixo da Av. Augusto Montenegro 59
Figura 9 – Ilustração com a delimitação dos bairros selecionados para análise. Elaboração:  Renata Durans, 201560
Figura 10 – Figura-fundo de parte do bairro Parque Verde, onde predominam os condomínios fechados e conjuntos habitacionais de acesso restrito. Nota-as a carência de áreas verdes.  Elaboração: Thales Miranda, 2016
Figura 11 – Figura-fundo de parte do bairro Coqueiro, nota-se a ocupação por grandes conjuntos habitacionais abertos, e a maior presença de áreas verdes entre as áreas ocupadas. Elaboração: Thales Miranda, 2016
Figura 12 - Distribuição dos valores de renda per capita média pelos setores censitários da parte continental de Belém. Em destaque (em azul) o eixo da Av. Augusto Montenegro, que mostra a proximidade com as maiores rendas na área de expansão. Fonte: Censo IBGE 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015
Figura 13 – Malha urbana do tipo espinha de Peixe. Este modelo é semelhante à forma da malha urbana na área de expansão Fonte: Mascaró, 2005
Figura 14 – Malha urbana fechada ortogonal, tipo de malha característico do plano de alimento da Primeira Légua Patrimonial. Fonte: Macaró 2005

Figura 15 – Mapa axial de integração global na RMB. Fonte: Guimarães, 2013. Adaptação:  Renata Durans, 2015
Figura 16 - Ilustração com a localização dos assentamentos que caraterizados de acordo com a classificação proposta de conjuntos habitacionais, condomínios e loteamentos. Fonte: Imagem SPOT, 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015
Figura 17 - Em realce vermelho aparece o conjunto habitacional Nova Marambaia, no bairro Marambaia. Notar a regularidade no traçado do conjunto. Fonte: Google Earth, 201578
Figura 18 - Conjunto habitacional Ulisses Guimarães, localizado no bairro Marambaia. Fonte: http://meiadoisnove.blogspot.com.br/. Acessado em 16/09/201578
Figura 19 - Entrada do Conjunto habitacional Jardim Sevilha. Fonte: Renata Durans, 201578
Figura 20 - Localização dos assentamentos definidos como conjuntos habitacionais nos bairros selecionados
Figura 21 - Espacialização das áreas ocupadas por conjuntos habitacionais de acordo com a forma de implantação Elaboração: Renata Durans, 201579
Figura 22 - Localização dos condomínios fechados nos bairros analisados, nota-se a concentração de empreendimentos no bairro Parque Verde, fazendo limita com a Av. Augusto Montenegro. Fonte: Imagem SPOT, 2010. Elaboração: Renata Durans, 201582
Figura 23 - Ilustração mostrando a distribuição dos condomínios de acordo com a forma de implantação, horizontal ou vertical nos bairros selecionados. Fonte: Imagem Spot, 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015
Figura 24 - Em realce vermelho área ocupada pelo condomínio Greenville, localizado no bairro Parque Verde. Fonte: Google Earth, 2015
Figura 25 - Ilustração da implantação do condomínio Parque Jardins, localizado no bairro Parque Verde. Fonte: http://www.cyrela.com.br. Acessado em 16/09/201585
Figura 26 - Prédios em construção no condomínio Parque Jardins, nota-se o processo de verticalização e de intensificação de uso do solo diferente dos padrões anteriores. Fonte: http://www.cyrela.com.br/. Acessado em 16/09/2015
Figura 27 - Ilustração da vista frontal do condomínio Bela Vida, localizado no bairro Tapanã. Fonte: http://www.pdg.com.br/. Acessado em: 16/09/201586
Figura 28 - Ilustração da implantação do condomínio Bela Vida. Fonte: http://www.pdg.com.br. Acessado em: 16/09/2015
Figura 29 - Imagem ilustrativa promocional da área de lazer do empreendimento Verano Residencial Club. Fonte:www.direcional.com.br
Figura 30 — Área de ocupação irregular devido a invasão do Conjunto Residencial Tapajós, no bairro Parque Guajará. Nota-se a diferença entre o conjunto com quadras regulares, e a

ocupação posterior que se orienta a partir do traçado do conjunto e leito natural de um canal. Fonte: Google Earth, 2016. Acessado em 08/08/201688
Figura 31 — Área de ocupação no bairro do Tapanã. O acesso ao loteamento é feito pela entrada do conjunto Bosque Araguaia. A ocupação está localizada próxima à uma área de interesse ambiental. Fonte: Google Earth, 2016. Acessado em 08/08/201689
Figura 32 - Área de loteamento realizado sobre terreno de antiga pedreira. Apesar de haver o projeto do lotemaneto a sua situação é irregular, com vários problemas de regularização fundiária. Fonte: GoogleEarth, 201689
Figura 33 - Localização das ocupações classificadas como loteamentos ao longo da área de estudo. Fonte: Imagem SPOT, 2010. Elaboração: Renata Durans, 201591
Figura 34 — Ilustração com bairros de Belém. Em evidência estão identificadas as áreas que foram escolhidas para a realização do trabalho de campo. A as áreas foram escolhidas devido à sua proximidade de relação com a Av. Augusto Montenegro (em vermelho. Fonte: IGBE, 2010. Elaboração, Renata Durans, 2016.)94
Figura 35 – Ilustração do cruzamento entre as avenidas Augusto Montenegro e Independência, área de fluxo intenso de trânsito e de variedade comercial. Elaboração: Renata Durans, 2016.  Fonte, Google Earth, 2016
Figura 36 — Imagem da área comercial no bairro Parque Vende onde se destaca a massa edificada do shopping center, e o condomínio de prédios logo atrás. Fonte:  www.blogstatuscontruções.com.br
Figura 37 – Informe publicitário sobre novo empreendimento comercial que está em fase de finalização e está localizado dentro do terreno do principal shopping center da área. Fonte: www.blogstatusconstruções.com.br96
Figura 38 – Na margem da Av. Augusto Montenegro a presença de rede de fast-food mundialmente conhecida97
Figura 39 - Delimitação das áreas de referência para os deslocamentos realizados pelos moradores. Elaboração: Renata Durans, 2016
Figura 40 — Área comercial no conjunto Maguari, ao longo da rua principal do conjunto existe uma grande variedade de serviços que podem ser acessados pelos moradores e por visitantes.  Foto: Renata Durans, 201598
Figura 41 – Sorveteria em box construído em anexo ao edifício do conjunto. Atentar para a construção no andar superior de uso residencial. Foto: Renata Durans, 2015100
Figura 42 – Rua principal do conjunto Jardim Sevilha. Ao longo deste eixo existe uma grande variedade de pequenos comércios que foram construídos anexados aos edifícios. Foto: Renata Durans, 2016
Figura 43 — Residência na ocupação IBIFAM, na frente da casa a moradora montou um bazar de roupas. Foto: Renata Durans, 2015100

Figura 44 - Rua Principal do Residencial Jardim Sevilha. O tamanho reduzido das unidades habitacionais faz com que muitos moradores estendam suas atividades domésticas até a rua. Fonte: Renata Durans, 2015
Figura 45 – Condomínio Total Fit, área de lazer com churrasqueiras e piscina. Fonte: Renata Durans, 2015
Figura 46 - Croqui mostrando a relação entre o padrão das edificações e a intensidade de uso das áreas livres. Elaboração: Renata Durans, 2015
Figura 47 - Parque no Conjunto Maguari, localizado próximo à entrada do conjunto. Fonte:  Renata Durans, 2015
Figura 48 - Meninos brincando na rua do conjunto Maguari. A rua está localizada em uma área intermediária do conjunto. Fonte: Renata Durans, 2015
Figura 49 - Croqui mostrando o conjunto Maguari, suas principais vias de acesso e a alteração do padrão de ocupação mais próxima ao rio. Elaboração: Renata Durans, 2015110
Figura 50 – Área dos fundos da Rua Pará. Na foto é possível notar a presença, ainda, da Zona de Interesse Ambiental do Parque Guajará ao fundo. Fonte: Renata Durans, 2015111
Figura 51 - Área do igarapé na Rua Pará, que agora está cercado e com baixo nível de água.  Foto: Renata Durans. 2015111
Figura 52 – Croqui mostrando a ocupação do IBIFAM e a sua relação com o entorno devido à falta de espaços públicos. Muitos moradores procuram áreas de lazer nas proximidades, como no conjunto habitacional Tapajós (destino indicado pela seta vermelha). Elaboração: Renata Durans, 2015
Figura 53 – Venda de lote 10x30 no Loteamento Jardim América II. Nota-se o tamanho maior e mais regular dos lotes. Fonte: Renata Durans
Figura 54 – Vila construída no interior do Conjunto Jardim Sevilha, a pesar de estar muito evidente, já existe um portão de acesso à vila. Fonte: Renata Durans, 2015114
Figura 55 – Área dos fundos da Rua Pará, atualmente esta área está sendo ocupadas com casas que foram construídas de costar para a rua paralela, para evitar a conexão de ambas, O loteamento ainda possui uma guarita de segurança. Fonte: Renata Durans, 2015114

## LISTA QUADROS

Quadro 1 – Síntese das características das cidades ocidentais ao longo da história	5
Quadro 2 – Síntese das características predominantes dos bairros	0
Quadro 3 - Quadro síntese das localidades onde foram realizadas visitas de campo d	e
acordo com as tipologias habitaciona	is
geradoras933	
Quadro 4 – Síntese de informações sobre as áreas analisadas10	7
LISTA GRÁFICOS	
Gráfico 1 – Número absoluto da população presente e residente na cidade de Belém3	9
Gráfico 2 - Crescimento da densidade populacional bruta (hab./ha), por bairro, entre c	
anos de 2000 e 20106	3
Gráfico 3 – Crescimento do número absoluto de domicílios com banheiro e ligado à red	
de saneamento entre os anos de 2000 e 20106	
Gráfico 4 – Crescimento do número absoluto de domicílios com abastecimento de águ	
proveniente da rede geral entre os anos de 2000 e 20106	5
Gráfico 5 - Percentual da área definida pelos bairros analisados ocupada por cad	a
tipologia habitacional74	
Gráfico 6 - Percentual da área edificada ocupada por tipologias de acordo com a form	a
de acesso7	4
Gráfico 7 - Percentual da área de estudo ocupada por conjuntos habitacionais de acord	0
com a forma de acesso7	7
Gráfico 8 - Percentual da área de estudo ocupada por conjuntos habitacionais de acord	O
com o número de pavimentos7	7
Gráfico 9 - Percentual de área ocupada pelos condomínios segundo a sua implantaçã	
em relação ao total da área dos bairros analisados8	3
Gráfico 10 - Relação entre as áreas ocupadas por condomínios horizontais ou vertica	is
nos bairros analisados8	3
Gráfico 11 - Percentual da área de estudo ocupada por loteamentos de acordo com	
forma de acesso9	O
Gráfico 12 - Percentual da área ocupada por loteamentos de acordo com o tipo d	е
traçado9	0
Gráfico 13 – Deslocamentos realizados devido a atividade comercial (consumo), de acord	
com as tipologias habitacionais e as diferentes áreas da cidade. Elaboração: Renata Duran	s,
201697	
Gráfico 14 - Resultado das entrevistas realizadas, fica clara a importância da estruturação d	
transporte público diante à demanda que se amplia. Em segundo lugar aparece	
representatividade da utilização do carro para os entrevistados. Fonte e elaboração: Renat	:a
Durans, 2016	
Gráfico 15 - Deslocamentos realizados pela atividade "trabalho", relacionando tipologia	
habitacionais e áreas da cidade. Fonte e Elaboração: Renata Duran	S,
2016	<b>-</b>
Gráfico 16 - Deslocamentos realizados pela atividade "lazer"11	

## Sumário

Introdução	1
A cidade na história: uma breve retrospectiva Erro! Indicador não o	lefinido.
O desenho da pesquisa: objetivos e métodos	7
A estrutura da dissertação	11
Capítulo I - O capital como arquiteto da cidade	12
1.1- Da divisão do trabalho à divisão em classes	14
1.2 - A cidade como obra e campo de batalha	16
1.3 - Valor de Uso vs Valor de troca	24
1.4 - Da desigualdade social à fragmentação do espaço intraurbano	29
Capítulo 2 – As transformações em Belém e a formação da área de expansão	36
2.1 – Ocupação espontânea vs Ocupação induzida (Centro x Área de Expansã	o) 38
2.2 – Características da ocupação	45
2.2.1 – Processo de ocupação da área de expansão e a construção de heterogeneidades	47
Capitulo 3 – Estudo de Caso: Características gerais e tipologias habitacionais	58
3.1 –Tipologias Habitacionais	70
3.1.1 - Conjunto Habitacional	75
3.1.2 – Condomínios fechados	79
3.1.3 – Loteamentos irregulares	87
3.2 – Segregação, fragmentação e as dimensões da ocupação da Área de exp	ansão 91
3.2.1 – Apropriação do espaço público em casa uma das tipologias	92
3.2.2 – A diversidade na área de expansão	101
3.2.3 – Dos espaços públicos à autossegregação	106
Considerações Finais	115
Bibliografia	119
ANEVOC	122

## Introdução

Esta dissertação de mestrado tem como objeto de investigação as tendências de ocupação da área de expansão de Belém, em sete bairros localizados ao longo da Rodovia Augusto Montenegro.

Esta área da cidade vem experimentando a intensificação do processo de apropriação de seus espaços pelo capital, que constrói e transforma a cidade física e socialmente (CORREA, 2016). A magnitude do poder de atração e aglomeração dos meios de reprodução do capital nessa área, consolidou-a como uma nova centralidade no contexto da Região Metropolitana de Belém. Acompanhadas pelo aumento da demanda de mão-de-obra e infraestrutura, as novas tecnologias e estratégias de reprodução do capital constituem o que Harvey (2005) chama de coerência estruturada, que consiste na confluência de fatores que favorecem a circulação e ampliação da riqueza.

A cidade ao longo dos séculos tem assumido cada vez mais a status de artefato, que desempenha a importante função de meio de superação de crises dentro da economia capitalista, com esvaziamento das categorias intangíveis tais como urbanidade e cidadania. O programa de integração nacional brasileiro da década de 1970 foi uma demonstração desse pragmatismo, com foco na exploração de recursos naturais, ampliação do mercado consumidor para a industrialização do país e alinhamento da política regional às diretrizes das economias centrais. Porém, neste caso em particular, constata-se que a política de desenvolvimento econômico não foi acompanhada de suporte adequado de infraestrutura e políticas públicas, que contemplassem as dinâmicas econômica e social locais. O resultado deste processo foi o estabelecimento de um modelo de urbanização incompleto, cheio de lacunas estruturais que foram preenchidas pelas estratégias locais de organização social.

O processo de ocupação urbana da área estudada é bastante recente, e remonta ao final da década de 1960. O espaço urbano produzido é de alta diversidade, pois nele coexistem diferentes modos de vida e padrões socioeconômicos e habitacionais, que reiteram as desigualdades socioespaciais. Logo, a compreensão das particularidades

deste processo de expansão urbana é imperativa para a adequação de futuras intervenções urbanísticas, que visem a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, e a superação de um modelo de desenvolvimento urbano exógeno, baseado em realidades distantes e incompatíveis com a realidade local.

A ocupação da área objeto de estudo foi orientada pela instalação de tipologias de assentamento como os conjuntos habitacionais e condomínios fechados, que aliadas ao modo de vida hegemônico na cidade capitalista contemporânea, contribuíram e continuam contribuindo ativamente para o afastamento dos habitantes do convívio com a coletividade, e principalmente do ambiente natural, pela ênfase nos espaços segregados e desarticulados com o seu entorno.

A realidade de países periféricos como o Brasil amplifica o esvaziamento do conteúdo social e a redução da experiência da habitação à satisfação de simples funções básicas do cotidiano, tais como comer, dormir e reproduzir-se, que foram difundidas pelo urbanismo típico do pós-guerra (ALVAREZ, 2016). Esta é uma das consequências da ampliação da urbanização capitalista, que se apropria da prática social enquanto valor de troca, e que trabalha para que a cidade, vista como produto, nega as demais dimensões da vida urbana destacadas por Lefebvre (2004), ou a sociabilidade, identidade e politização do cidadão, através da apropriação do espaço urbano.

Em sua obra "O Direito à Cidade", Lefebvre (2001) destaca a necessidade antropológica do homem de se realizar enquanto um ser que é formado a partir do convívio social, e que nessas relações são criados desejos e anseios que correspondem a atividades como o trabalho, trocas, proteção, entre outras, que possuem uma dimensão espacial. Ao mesmo tempo existem outras necessidades que estão associadas à dimensão lúdica e simbólica da vida de um ser humano, e que para serem realizadas precisam da cidade como espaço de troca e simultaneidade. A cidade como meio de socialização é um ideal que se opõe frontalmente à ideia da cidade como um valor de troca, ela reitera o valor de uso, revelando a importância do espaço urbano democrático e coletivo.

A análise da produção da cidade contemporânea a partir da crítica marxista parte do pressuposto de que a cidade é uma mercadoria, portanto, passa por um processo de

produção envolvendo os mais diversos agentes, que tem na cidade o meio e o produto de suas ações. O fenômeno urbano é um objeto de estudo dinâmico e expressa no espaço e nas relações sociais o acúmulo de períodos históricos anteriores e que representaram diferentes formas de organização da sociedade.

O resgate das diferentes relações entre sociedade e cidade ao longo de sua história, caracteriza o espaço público como um mediador das relações entre as classes, além de símbolo e produto de diferentes conjunturas econômicas e sociais. Ao longo da história a humanidade viveu momentos de maior e menor aproximação com o ideal de harmonização da vida urbana, uma breve análise dessa trajetória, apresentada a seguir, visa a recuperação e a reinterpretação de antigos paradigmas que alcançam os dias de hoje. Esse esforço não pretende tratar detalhes históricos da evolução das cidades, mas destacar os desdobramentos sociopolíticos e características morfológicas que contribuam para a compreensão da importância das transformações sofridas pela cidade e pela sociedade.

### A cidade na história: uma breve retrospectiva

De maneira geral, os relatos sobre a vida urbana ao longo do tempo estão intimamente ligados à história das cidades do velho mundo. Apesar do forte acoplamento da revolução industrial ao processo de urbanização, existiram formas de organização da vida urbana anteriores à revolução industrial caracterizadas por arranjos e formas de vida que se opõem frontalmente à organização da cidade industrial e capitalista.

Ao longo da história do desenvolvimento das cidades muitas transformações aconteceram. Conforme os diversos contextos sociais, econômicos, políticos e religiosos as cidades que precederam a cidade contemporânea expressaram diferentes relações entre o seu espaço e a sociedade, manifestando formas e funções que são brevemente resgatadas no Quadro 1 para facilitar a compreensão da intensidade e das motivações das citadas transformações.

O quadro 1 apresenta alguns dos momentos mais representativos da história das cidades ocidentais, e busca sintetizar as informações que serão relevantes para a

compreensão dessa dissertação, na medida em que demonstra as modificações na relação entre o homem, a cidade e seus espaços públicos.

No quadro, a *polis* grega é tomada como um ideal de sociedade ocidental devido a seu caráter político (ênfase na cidadania, ainda que excluindo mulheres e estrangeiros). Mesmo com a divisão de classes, a cidade era um espaço de convivência mútua, onde todos poderiam circular, interagir e conviver com indivíduos diferentes, compartilhando o espaço. No espaço público da cidade todos eram iguais, a cidade e o cidadão eram entidades interdependentes (MUMFORD, 1998).

A partir de então, houve um processo contínuo de diferenciação e separação entre a sociedade organizada nas cidades e a natureza. Durante o período medieval a cidadela apresentava uma organização que demonstrava o apreço pelo espaço natural e íntima ligação entre o homem e natureza, que naquele ponto ainda não estavam claramente separados pelo modo de vida urbano. Os espaços abertos dentro e próximo da cidade medieval, representaram na história da cidade o maior padrão de proporção entre população e áreas livres (MUMFORD, 1998).

Na cidade do governo absolutista, as construções demonstravam o poder e a pompa da corte, e garantiam o respeito às posições hierárquicas. As relações de vizinhança ou qualquer tipo de edificação ou vegetação eram vistas como obstáculos a serem superados e destruídos. Nesse sentido o espaço deveria se adaptar às vontades da corte, e esse princípio ficava evidente no urbanismo barroco a subordinação da natureza

Quadro 1 - Síntese das características das cidades ocidentais ao longo da história

CIDADE	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DA VIDA URBANA	A CIDADE ESTAVA A SERVIÇO DE:	UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS
<i>Pólis</i> Grega	Séc. VIII – VI a. C	A ágora concentrava as atividades sociais e políticas, estimulando a formação política do cidadão grego enquanto um ser social e coletivo. Enquanto a Acrópole espaço reservado para as práticas religiosas	Exaltação da natureza humana	Os espaços públicos eram as principais áreas de convivência. Sem forma definida, a ágora era o espaço de convívio entre os diferentes.
Urbe Romana	Séc. V a. C – IV	A vida na urbe romana estava concentrada no Fórum, centro da vida pública da cidade. Outras construções como o teatro, banhos e arenas serviam ao entretenimento da população, contribuindo para o afastamento do homem e sua dimensão espiritual.	A cidade era o principal meio de afirmar o poder do império romano, através de suas construções em escala monumental que exaltavam o poder do Império.	Na cidade romana os espaços públicos eram espaços de disputa e exaltação do poder, do comércio e entretenimento.
Burgo Medieval	Séc. V – XIV	A catedral era o núcleo gerado da cidade medieval, demonstrando a importância da religião neste período. O pátio funcionava como área comercial tirando proveito de sua localização.	A formação da cidade medieval marcava a criação de Estado unificado e com leis próprias, mas que mantinham os benefícios das elites.	Na cidade medieval ainda eram próximos os modos de vida urbano e rural. Tal relação teve influência na forma orgânica do sistema de locomoção interno da cidade.
Cidade Barroca	Séc. XV – XVII	O antropocentrismo aliado a monarquia colocaram o rei e o modo de vida da corte como geradores da vida urbana. A principal edificação era o palácio do monarca O homem seria então capaz de controlar a natureza.	A cidade passou a ser utilizada pelas elites como meio de exploração da população e ampliação da riqueza.	A construção de parques e jardins durante este período era destinada ao uso dos membros da corte, o que contribuiu para o caráter elitista da disponibilidade de áreas livres e de lazer.
Cidade Liberal	Séc. XVIII – XIX	O Revolução Industrial trouxe a indústria como guia da organização urbana, submetendo a sociedade a condições precárias de habitação e saneamento.	O desenvolvimento do sistema capitalista foi responsável por sua ampliação do comércio e consequente aniquilação dos espaços públicos e a disseminação de condições de vida precárias	O desenvolvimento do sistema capitalista foi responsável pela reestruturação das estruturas urbanas e das relações sociais. A propriedade privada tornou-se meio de exploração e opressão da classe trabalhadora em cortiços e precárias condições urbanas.
Cidade Moderna	Séc. XX	O avanço tecnológico trouxe a modernização da produção e a reaproximação entre a cidade e a arte. Nesse período a cidade passa a ser setorizada de acordo com suas funções. A cidade deveria ser organizada seguindo quatro principais funções: o habitar; o trabalhar; o cultivar do corpo e do espírito e o circular.	Estimulo ao desenvolvimento das industrias, principalmente através do estimulo à utilização de automóveis, além de buscar alguma forma de integração entre a cidade e áreas verdes.	A dispersão dos setores da cidade em função da utilização do automóvel contribuiu para a disseminação de espaços enclausurados como os shopping centers e supermercados, diminuindo a importância dos espaços públicos livres.

No período industrial houve uma clara ruptura entre duas concepções de cidade, que modificou para sempre os paradigmas urbanos. Na era clássica, a cidade acompanhava mais intimamente o progresso e desenvolvimento das artes, o que lhe conferia ares românticos e idealistas, justificando a designação de Argan (2005) de cidade ideal para tal fase. Com o tempo, a dinâmica urbana baseada na produção artesanal deu lugar à racionalidade industrial da produção em grande escala. As novas demandas urbanas oriundas da explosão do crescimento populacional substituíram a qualidade da produção artesanal, pela velocidade da produção industrial. Tal relação também foi expressa nas artes, na sociedade e principalmente nas condições de vida urbana, mas de modo a separar e estratificar as pessoas pela capacidade de consumo.

A cidade liberal do século XIX representa um marco na história do planejamento urbano, foi o local de consolidação do poder das classes dominantes, e o ambiente de ampliação da riqueza e da discriminação das classes (BENEVOLO, 2015). O maior exemplo dessa fase foram as transformações em Paris, que influenciaram muitas outras intervenções no mundo, inclusive as realizadas em Belém durante o período da borracha (final do sec. XIX e início do XX). O crescimento da cidade moderna trouxe consigo os avanços das técnicas de saneamento, higiene e transporte, porém promoveu o distanciamento cada vez maior entre intervenções e necessidades humanas, incorporando as tendências de popularização do automóvel particular, e consequentemente de incentivo de um modo de vida enclausurado.

Apesar da história da construção do espaço urbano no Brasil ter sido diferente do que aconteceu nos mais de quinze séculos de história da cidade no continente europeu, o desenvolvimento das cidades brasileiras foi definido pelos padrões importados das cidades clássicas. Por meio de transformações e adaptações, a cidade brasileira ganhou suas próprias características, e uma trajetória própria que traduz o relacionamento estabelecido entre a sociedade e o espaço urbano brasileiros.

Sob influência de paradigmas exógenos oriundos dos povos colonizadores, a configuração urbana da cidade brasileira tem assumido a progressiva negação do espaço público, associando a diversidade de raças e culturas marginais ao atraso e ao perigo e

avaliando a própria estrutura urbana como precária quando comparada aos países do centro. Dessa forma a cidade tornou-se palco da legitimação das desigualdades racial, social, econômica e espacial, através da reafirmação da natureza privatista da terra e da residência brasileira, que explica a histórica negação da rua como espaço público (LEITÃO,2009).

Esse esforço de recuperar as funções desempenhadas pela cidade em geral, seu significado, e quais as forças que a produzem, serve como preparação para a compreensão de quais transformações e adaptações criaram o quadro da Belém contemporânea, e passo necessário para investigar a área de expansão de Belém, de modo a evidenciar as formas de vida e arranjos socioespaciais que caracterizam a sua área de expansão como uma região de intensa fragmentação espacial e segregação social, objetivo geral dessa dissertação.

## O desenho da pesquisa: objetivos e métodos

Como objetivos específicos, este trabalho busca:

- Construir um quadro teórico capaz de dar suporte à investigação do processo de expansão da cidade brasileira contemporânea e em particular de Belém.
- Analisar a manifestação de processos de fragmentação e coesão socioespacial através do uso e apropriação do espaço público.

Essa investigação foi apoiada por ferramentas de análise espacial, e de parâmetros de qualidade urbana, para poder viabilizar comparações entre os padrões moderno-industriais, a realidade e as potencialidades guardadas pela tradição e formas locais, expressos na área de estudo.

O recorte temporal assumido para a análise da ocupação da área de estudo correspondeu ao período em que sua ocupação foi iniciada pela ação pública, durante a década de 1960 até o ano corrente.

A descrição do objeto foi feita através da análise comparativa dos padrões morfológicos encontrados na Primeira Légua Patrimonial da cidade, que corresponde ao centro

metropolitano, com os levantamentos realizados na área de estudo e a coleta de dados secundários. As ferramentas de análise da morfologia urbana viabilizaram o levantamento de características espaciais, assumidas como variáveis, para a compreensão do processo de ocupação e suas características (ex.: tipo de parcelamento, sistema de vias, espaços públicos) e a distinção de formas de ocupação e os agentes envolvidos no processo de produção do espaço.

As análises morfológicas foram contrapostas a um panorama geral da área, construído a partir de dados secundários e composto pela caracterização da provisão de infraestrutura e do perfil socioeconômico da população residente. Tal cruzamento permitiu a identificação de tipologias habitacionais. A variação existente dentro dos padrões encontrados foi o foco de um trabalho de campo, que buscou compreender os diferentes tipos de relacionamento entre habitantes e forma como cada grupo se organiza dentro de sua tipologia e faixa de renda.

Paralelamente foram realizados: a) o levantamento de informações históricas sobre o processo de ocupação da área, para viabilizar a construção de uma linha do tempo para o processo de ocupação da área de estudo, a identificação dos atores que participaram das fases de sua produção, e da conjuntura político-econômica que compunha o pano de fundo para cada fase; b) revisão de literatura sobre a obra de planejadores urbanos que discutem como características urbanas podem contribuir para o reavivamento das funções tradicionais da cidade e da harmonização entre o ambiente urbano e o natural.

A variedade de informações viabilizou a triangulação dos dados, caracterizando a pesquisa como um estudo de caso, apoiado em análises morfológicas, quantitativas e qualitativas. Procurou-se extrapolar o limite dos dados numéricos, e possibilitar a compreensão da interação entre os aspectos morfológicos e processos subjetivos de vivência e utilização dos espaços estudados pelos seus habitantes.

A realização da pesquisa de campo contou com entrevistas com moradores das tipologias identificadas, e trabalho de observação do modo como a população se relacionava com o espaço onde morava, apoiado em levantamento fotográfico e a elaboração de croquis para a documentação das áreas observadas. Duas pesquisas de

iniciação científica apoiaram a elaboração dessa dissertação, através das quais os estudantes Beatriz Fiock (em 2015) e Thales Miranda (em 2016) de graduação contribuíram para a produção de cartografia da pesquisa de campo.

A organização do campo assumiu os seguintes passos:

- Análise dos dados secundários, dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes aos dois últimos censos realizados (2000 - 2010);
- Consolidação de materiais topográficos, planta geral do município de Belém e imagens de satélite (GOOGLE EARTH e SPOT), que auxiliaram no reconhecimento da área, que devido a sua extensão e a situação de risco, em algumas localidades, não permitiu que a pesquisadora realizasse as visitas in loco.

Para a realização da pesquisa de campo e das entrevistas semiestruturadas com os moradores foi necessário criar uma rede de contatos, ou "rede de conhecidos", que morassem nas áreas de estudo e que facilitassem a circulação pelas áreas (algumas localidades contam com forte controle local e são de acesso restrito ou perigoso), e a abordagem dos moradores.

Foram selecionadas nove áreas de estudo dentre as tipologias identificadas (conjunto habitacional; condomínio fechado e assentamento informal). Em cada área de estudo foram programadas no mínimo duas visitas em horários alternados, pela manhã ou pela tarde, a fim de observar as possíveis variações no uso e apropriação dos espaços públicos e na relação.

As entrevistas foram realizadas em duas reuniões, nas quais moradores previamente identificados foram convidados a participar de grupos focais realizados em domicílio de um morador, onde a pesquisadora contou com elevado nível de colaboração (amigos, parentes de amigos, conhecidos). O número total de entrevistados foi trinta e um (31), porém este número de participantes não se distribuiu de forma igual entre as tipologias. A maioria dos entrevistados foram jovens e adultos, na faixa entre vinte (20), e quarenta (40) anos, poucos idosos e crianças participaram. De acordo com os dados do censo demográfico de 2010, a pirâmide etária da cidade de Belém é caracterizada pela maior

concentração de indivíduos entre 10 e 40 anos, ou seja, a maioria da população é jovem e adulta, fato que contribui para a validação das entrevistas que foram coletadas, demonstrando a sua representatividade em relação à população da cidade e da área de análise.

As entrevistas foram semiestruturadas (ver anexo) e tinham o objetivo de obter informações dos moradores da área de expansão sobre a utilização dos serviços disponíveis na área, bem como sobre a relação que mantém com o espaço onde vivem, as vantagens da sua localização, as insatisfações com o espaço disponível atualmente e suas motivações para viver na área de expansão.

A abordagem dos entrevistados procurou garantir que houvesse sempre algum representante (morador) de cada tipologia habitacional identificada por reunião, e assim garantir a possibilidade de comparação entre os padrões. Contudo, no decorrer das visitas de observação outras pessoas se mostraram interessadas em colaborar e deram seus depoimentos, mesmo que rapidamente. A maioria dos entrevistados corresponde à faixa etária de 20 a 40 anos de idade. De acordo com os dados mais recentes sobre a composição etária da população de Belém, as faixas que se encontram neste intervalo compõem a região mais ampla da pirâmide (IBGE, 2010), dado este que legitima a amostra colhida nas entrevistas.

Os resultados foram obtidos pelo cruzamento de informações do levantamento bibliográfico (informações históricas), das características da população (dados censitários), a formação e estruturação do espaço (morfológicas) e as impressões dos moradores da área, possibilitando a compreensão da interação desses elementos para a realização da vida em todas as suas dimensões. O processo dialético de interpretação da realidade, o contexto social e os conceitos sobre a produção do espaço (GIL, 1999) tornaram evidentes novas formas de organização e de relação com o espaço, que se devidamente expostas no contexto atual podem oferecer novas alternativas para melhoria da condição da vida urbana na escala local.

### A estrutura da dissertação

Esta dissertação é composta pela introdução, um capítulo teórico, um capítulo empírico e as conclusões. Nesta introdução, o panorama geral sobre a evolução do significado das cidades ao longo da história, enquanto artefato produzido pelo homem a partir da sua interação com a natureza e como local de convivência em sociedade, oferece um parâmetro de comparação entre os diferentes significados que a cidade teve ao longo da história da humanidade e a realidade da cidade capitalista contemporânea, suas transformações, usos e significados implícitos no seu processo de produção e a forma como tem se espacializado sob as condições econômicas, políticas e sociais da atualidade.

O capítulo um apresenta a revisão bibliográfica sobre a aplicação da teoria marxista à produção da cidade capitalista, assumindo o modo de produção capitalista como força motriz das principais transformações da cidade e da sociedade desde o início da revolução industrial, durante o século XVIII, e no decorrer da história mundial.

Um dos impactos dessa política desenvolvimentista na escala local, na cidade de Belém, foi a expansão urbana em direção ao vetor norte, da então Rodovia Augusto Montenegro, porém as características da ocupação dessa área mostraram-se totalmente diferentes da ocupação da Primeira Légua Patrimonial. O amálgama de diferentes formas de ocupação e a fragmentação espacial e segregação social geraram o espaço heterogêneo assumido como objeto de estudo deste trabalho.

O capitulo dois apresentará os efeitos do processo discutido no capítulo um na formação ocupação da área de expansão de Belém, desnudando a relação entre os diferentes contextos socioeconômicos, agentes produtores do espaço urbano e as formas de organização espacial da população ao longo dos anos em que a ocupação da área.

## Capítulo I - O capital como arquiteto da cidade

O objetivo deste capítulo é esclarecer as condições de produção e as características da cidade capitalista contemporânea. Para tanto recorremos à diversos estudos teóricos referentes às dimensões do fenômeno urbano que foram destacadas por Lefebvre (1999), que consistem em:

- 1- <u>Projeção das relações sociais no solo</u>: produtos, capitais, trabalhos, obras, símbolos, moradia, solo (relações de mercadoria e mercado)
- 2- Lugar do confronto entre estratégias: meios e instrumentos de ação
- 3- <u>Práticas urbanas</u>: concernentes ao espaço e sua organização

As dimensões apresentadas subdividem o fenômeno urbano, que é global e dialético, e, portanto, deve ser analisado em conjunto, não apenas pelas partes, o que incorreria em erro de compreensão do fenômeno urbano, devido a sua complexidade e caráter multidisciplinar.

A observação do modo como o fenômeno urbano foi influenciado pelo sistema de produção capitalista, o que viabilizou teorias gerais sobre concepções de desenvolvimento urbano e social. Embora as regras gerais de acumulação sejam as mesmas para todo o sistema de produção, a manutenção da exploração, a reprodução da força de trabalho, a ampliação da produção e acumulação da mais-valia, são relações que acontecem de formas e intensidade diferentes, de acordo com as condições do desenvolvimento econômico, histórico, cultural e político de cada país. A formação de uma hierarquia econômica, ou divisão internacional do trabalho, estabelece uma dependência entre os países capitalistas que é responsável pela criação de diferentes níveis de divisões de desenvolvimento social, territorial e do trabalho, que mantêm a manutenção do sistema.

A criação de generalizações ou conceitos irredutíveis implica na negligência de alguma das dimensões do fenômeno urbano, por essa razão é impossível estabelecer leis universais que validem o fenômeno urbano em sua totalidade. Apesar de atualmente haver uma linha de pesquisa sobre formas alternativas para a criação de uma teoria geral da urbanização (BRENNER, 2013), entendemos a representatividade do trabalho

empírico como em Roy (2009), que advoga pela reconfiguração da teoria urbana a partir do olhar das cidades do hemisfério sul. A autora considera que as grandes cidades, ou megacidades, que enfrentam grandes desafios devido suas "circunstâncias espaciais", apresentam metrópoles heterogêneas, e que o percurso de uma teoria generalista sobre o processo de produção das cidades limita a compreensão dessas novas experiências urbanas, nos países do hemisfério sul.

Para tanto, se a intenção é compreender a dinâmica local de produção dos espaços urbanos, tomando a cidade de Belém como estudo de caso, é necessário que sejam consideradas as condições especificas do capitalismo nos países periféricos, para apreender a sua realidade histórico-concreta (BRANDÃO, 2012).

Esta pesquisa procura articular as determinações gerais do sistema capitalista com teorias sobre a especialização deste sistema, com foco nas economias que aderem a este modo de produção e que expressam o caráter expansionista e generalizador do capital. Ao mesmo tempo em que se expande pelo mundo o capital imprime sua marca, que consiste na criação de conflitos, desequilíbrios e assimetrias em todos os espaços onde se instala e instala uma hierarquia funcional (divisão do trabalho). Os lugares que ocupam as posições mais periféricas nessa organização apresentam condições favoráveis à reprodução do capital, devido às lacunas das políticas públicas e a grande capacidade de ajuste e transformação do capitalismo e a qualquer ambiente que pareça desfavorável ao seu desenvolvimento.

Nesse quadro, países de desenvolvimento tardio, como o Brasil, apresentam características peculiares no seu processo de integração a este circuito, e mais ainda a região amazônica, incluída mais tardiamente ao país, e contexto deste trabalho. Devido à fragilidade do mercado consumidor, a carência de indústrias de base e grandes investimentos nessa área, o Estado foi o maior incentivador do processo de industrialização, porém a forma como o programa de industrialização brasileira foi implantado inviabilizou a assimilação das profundas transformações econômicas e sociais que estariam por vir. Dessa forma a industrialização no Brasil foi responsável pela afirmação das regiões do Sul como hegemônicas, e também pela desestruturação de sistemas tradicionais de vida, na medida em que se ampliava para angariar novos horizontes comerciais.

#### 1.1- Da divisão do trabalho à divisão em classes

A cidade é o espaço que reúne as condições para a reprodução da força de trabalho. Desde a sua origem, a cidade é por definição o espaço onde são garantidas as condições necessárias para manter a vida humana em um lugar fixo. Condições estas que no passado distante eram: a proximidade a uma fonte de abastecimento de água e o desenvolvimento de técnicas de agricultura que garantissem o sustento do homem. Porém, hoje as condições para o estabelecimento do homem nas cidades são bem mais complexas, a localização continua sendo fundamental, porém a distância até a fonte de água e alimento não são mais um problema. O encurtamento das distâncias pela tecnologia de transportes e comunicação superou o obstáculo que era o espaço. Hoje as cidades se desenvolvem mais rapidamente devido a sua capacidade de absorção dos excedentes produzidos e transformados em capital.

Para se compreender a dinâmica atual da cidade, como ela cresce, se desenvolve e se expande é necessário compreender a lógica de produção do capital na cidade. Quais estruturas urbanas são necessárias para que a riqueza seja produzida e gere cada vez mais lucros, aumentando assim a importância da cidade. Devido a sua estreita relação com a reprodução do capital, a cidade passou a ser o centro de grandes contradições decorrentes do modo de produção capitalista, e a principal delas para este trabalho é comunhão de exploradores e explorados em um mesmo espaço.

A crítica marxista só se fundamenta diante da realidade urbana, porque é apenas neste ambiente que historicamente o homem criou as condições necessárias para o seu distanciamento da atividade campesina e o desenvolvimento de um sistema econômico baseado na exploração da mão de obra, redefinindo as relações sociais.

De acordo com Singer (1979) a origem da cidade se confunde com a origem da sociedade de classes. Essa associação é possível devido a origem da cidade estar diretamente ligada à consolidação da divisão do trabalho e a consequente liberação da mão de obra, graças à produção de excedente no campo. Essa divisão entre campo e cidade criou as condições necessárias para que o excedente produzido pelo campo se convertesse em subsídio para o avanço das atividades da manufatura.

O trabalho é a interface entre o homem e a natureza, através da qual a paisagem é modificada de acordo com as necessidades humanas. A cidade é produto do trabalho que, outrora, foi excedente no campo, e é também o único ambiente onde esse trabalho se torna uma mercadoria, já que o trabalhador é obrigado a comercializar sua força de trabalho em troca de um salário que garanta a sua sobrevivência.

Apenas o capitalista tem condições de acumular a riqueza gerada pela produção e apropriação da mais-valia, que é o mais-trabalho extraído na produção e comercialização da mercadoria. Sendo assim, existe um equilíbrio que é baseado na exploração do trabalhador, e que dá origem às classes. A riqueza fica concentrada nas mãos da minoria, enquanto a maioria trabalhadora continua obrigada a vender a sua força de trabalho. Essa relação é conflituosa e desigual, e dá origem às duas classes antagônicas, a dominante e a dominada.

A partir da divisão entre campo e cidade tornou-se possível a especialização de atividades que estivessem ligadas ao suprimento das necessidades do homem, não podiam mais ser atendidas pelo seu próprio trabalho, dependendo do comércio e dos serviços prestados por outros homens. O processo produtivo é conduzido de acordo com as demandas, que se originam a partir das necessidades essenciais do homem: comer; beber; se vestir e proteger.

O efeito aglomeração produzido pela cidade faz com que sejam concentradas condições que favorecem a produção, e permitem a expansão da divisão do trabalho (SINGER, 1989), já que quanto maior a aglomeração, maior o mercado e quanto maior o mercado, maiores são as possibilidades de diversificação das atividades, e maior é a especialização da divisão do trabalho.

Com a ampliação da divisão social do trabalho é possível diversificar as atividades que são desempenhadas por cada segmento, além de consolidar a divisão entre o trabalho manual e o trabalho mental. O trabalho manual possui uma conotação pejorativa dentro do sistema, pois as funções de controle operacional possuem maior status em relação às funções objetivas da produção. O desenvolvimento da tecnologia colabora para especialização da atividade do trabalhador e consequentemente, ele perde a

consciência sobre o processo global da produção, da sua condição enquanto trabalhador explorado e a do funcionamento do sistema, ou seja, ocorre o processo de alienação (HARVEY, 2013).

A classe trabalhadora passa por esse processo de alienação<sup>1</sup>, e a sua exploração implicam na reprodução das condições sociais e econômicas da classe trabalhadora, fazendo com que se consolide o abastecimento do mercado de mão de obra barata. Os mecanismos elaborados para aumentar a margem de lucro do capitalista estão resumidos em estratégias para aumentar o *mais-valor relativo*. Para tanto são adotadas medidas de solapamento da classe trabalhadora, que consistem na redução do poder de compra de bens essenciais à reprodução da vida do trabalhador, ou pela introdução de novas tecnologias, que momentaneamente reduzem o tempo de trabalho socialmente necessário à produção (HARVEY, 2013).

O estabelecimento de uma sociedade dividida em classes, que é a base de um sistema político e econômico lastreado pelo consumo representa a criação de uma sociedade também organizada pelo padrão de consumo. Como consequência, as relações sociais que se desenvolvem na cidade e pela cidade criam diferentes formas de organização social, como forma de enfretamento dos conflitos inerentes ao sistema, assim como diferentes níveis de apropriação da cidade, uma vez que ela também se torna uma mercadoria. A cidade enquanto mercadoria torna-se um bem produzido socialmente e que possui um valor de uso e um valor de troca, disputado por vários atores sociais que competem por essa mercadoria, que se tornou o combustível do capital.

### 1.2 - A cidade como obra e campo de batalha

Os agentes envolvidos na produção da cidade são muitos, entre eles estão os movimentos sociais, os empresários do setor imobiliário e o Estado. Ao longo dos anos

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Em economia política, alienação é um dos conceitos básicos do marxismo, significando a perda que o trabalhador sofre de parte do seu ser, quando o capitalista se apropria do fruto do seu trabalho. Marx partiu da teoria do filósofo Feuerbach, para quem o homem abdicaria de sua própria essência ao criar a imagem de um ser absoluto, superior (Deus), que, embora criado pelo homem, é visto por este como seu criador. No sistema capitalista, os produtos do trabalho humano passam a ser mera mercadorias que subjugam o homem, ao invés de servir a ele (SANDRONI, 2010).

cada um destes agentes tem reivindicado a sua parcela de participação nesse processo, onde o Estado não é mais exclusivamente um mediador de conflitos, mas sim um agente ativo na transformação do espaço urbano, que interfere diretamente na composição da cidade enquanto valor de troca. Competindo por este valor estão todos os agentes, que visam aumentar o potencial de acumulação de riqueza através da comercialização do espaço urbano. Enquanto isso a cidade como obra de uma sociedade e espaço da socialização do indivíduo, como foi ressaltado por Lefebvre (1999) é preterida em relação ao seu valor comercial. Tendo em vista este conflito, cada vez mais as minorias urbanas têm se manifestado em prol do resgate da cidade enquanto um espaço de formação política e de reivindicação da população por melhores condições de vida, já que a disputa pela cidade a tornou em grande campo de batalha onde a cidadania não é o objetivo dos grandes competidores.

Logo, a cidade é o espaço de aglomeração, transformação e produção (LEFEBVRE, 1999), uma vez que apenas nesse ambiente é possível reunir a mão de obra humana, que vende a sua força de trabalho para uma classe dominante, a qual tem capacidade de acumular capital e detém os meios de produção para novos bens e serviços.

Não compete aos objetivos deste trabalho discutir os processos econômicos e financeiros de valorização do espaço urbano, através de um ponto de vista estritamente economicista. Busca-se a compreensão da dinâmica das forças produtivas do espaço urbano, suas articulações e objetivos para com a utilização da cidade como mercadoria e fonte de riqueza, ao mesmo tempo em que é palco de uma série de lutas de valor social, que são derivadas da lógica de acumulação do sistema capitalista.

Portanto a discussão sobre a formação de uma sociedade de classes utilizada neste trabalho com o intuito de compreender como o espaço urbano capitalista é produzido e por que é marcado por profundas desigualdades sociais. A questão filosófica sobre a abrangência da questão de classe, nos interessa apenas no sentido de reconhecer os possíveis arranjos sociais que são produzidos no ambiente urbano capitalista, e sob quais marcos estão estabelecidas as suas relações.

O espaço urbano é um elemento dinâmico, que participa ativamente do fenômeno que o produz, já que além de ser o espaço de ação do homem, também concentra as funções necessárias ao desenvolvimento da acumulação capitalista. Falar sobre a produção do espaço urbano implica em compreender esse espaço como o fruto de um processo produtivo complexo, portanto fruto de trabalho². Este trabalho é executado pela sociedade, que objetiva criar e recriar as condições necessárias para a reprodução da vida, estabelecendo uma relação dialética com o espaço produzido (CARLOS, 2011).

A cidade exerce um papel de controle da produção, que extrapola o espaço físico urbano e amplia a sua influência em direção às demais cidades de menor porte, quando são criadas as redes urbanas. Cria-se a partir daí uma hierarquia socioespacial, que se reproduz de maneira generalizada, abrangendo todo o mundo capitalista, e assim estabelecendo a divisão social e territorial do trabalho como regra de organização do espaço urbano em escala global. A ampliação da capacidade de polarização das relações produtivas pela cidade depende da especialização do processo produtivo, logo, especialização da divisão do trabalho.

Existe então uma tendência mundial de ampliação das condições de reprodução do capital de maneira continuada, que vislumbra a maximização da acumulação de riquezas. A globalização<sup>3</sup> evidenciou o desenvolvimento das estruturas de transporte e telecomunicações, assim como a integração dos circuitos financeiros e econômicos, que se articulam para criar uma rede facilitadora para a aceleração da circulação do capital. As estruturas hegemônicas que se formam dentro dessa rede correspondem aos centros urbanos que conseguem melhor desenvolver as estruturas físicas, políticas e socioeconômicas de forma que se tornam centros mundiais de controle, desmobilizando

-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O trabalho é a atividade humana voltada para a transformação da natureza, com o objetivo de satisfazer uma necessidade. Segundo Marx, o trabalho incorporado ao produto é o elemento comum a toda espécie de mercadoria fenômeno que determina as relações de troca (SANDRONI, 2010)

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Processo de integração dos mercados internacionais, meios de comunicação e transportes. A globalização permitiu a ampliação das trocas comerciais em escala global, as trocas são orientadas de acordo com as vantagens comparativas, come melhores condições de preço e qualidade ao redor do mundo (SANDRONI, 2010).

de seu território o setor industrial e linhas de produção, e acumulando atividades de logística, administração e do setor criativo.

Em contrapartida, os países periféricos, de industrialização tardia e com uma estrutura social marcada fortemente pela desigualdade e segregação entre as classes mantêm-se em contato com os grandes centros, porém não conseguem reproduzir as condições de produção da mesma forma que os países centrais. Por isso, um país como o Brasil, uma economia em desenvolvimento tende a produzir centros urbanos que são pontos de controle, conectados à rede internacional, mas que reproduzem problemas estruturais intrínsecos ao modo de produção capitalista semelhantes aos enfrentados pelos países centrais nas primeiras fases da industrialização. Dessa forma a existência de escalas intermediárias (BRANDÃO,2012) contempla a discussão sobre o desenvolvimento desigual dos países periféricos, em relação ao sistema como um todo. A industrialização tardia <sup>4</sup>desses países, decorrente de sua vocação exportadora de matéria-prima, e as dificuldades em consolidar um fluxo de produção e consumo interno, criaram uma condição de amplitude reduzida de consumo pelas classes mais pobres, muitas vezes mediada pela figura do atravessador, com tímida atividade industrial de produtos de baixo valor agregado, e um conjunto de estruturas voltadas à importação e exportação que estavam concentradas nos centros urbanos regionais e voltados para o mercado de luxo. Concluindo, há a consolidação de um mercado consumidor extremamente desequilibrado, no qual as estruturas de produção mantêm-se inalteradas devido a sua lucratividade (SANTOS, e SMITH, 1988). Porém, com a progressiva ampliação de crédito, expansão da indústria de bens duráveis e o desenvolvimento das tecnologias de transporte, os centros urbanos de países periféricos inflam e não conseguem conciliar as novas demandas de uma cidade cosmopolita, manifesta-se no espaço a intensificação dos desequilíbrios econômicos e sociais e diferentes formas de relacionamento entre a

-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Enquanto na Inglaterra, a Revolução Industrial remonta ao século XVII, quando foi criado um centro de indústria pesada para alimentar o parque industrial. O crescimento urbano e o desenvolvimento do setor de serviços e mercado financeiro correspondem às características desse período. Da criação de um Devido a necessidade de um mercado interno e o investimento de capital, esse processo só começou no Brasil no final do século XIX, atingindo o seu auge durante o governo militar na década de 70 (SANDRONI, 2010).

as escalas local e global, conforme os diferentes níveis de integração com a dinâmica de acumulação do capital.

A cidade é uma mediação entre as mediações (GOTTDINER, 1997), e assume o papel hegemônico no processo de produção espacial, sendo responsável pela articulação entre a divisão espacial e social do trabalho e a organização das redes urbanas, que abrangem desde as pequenas cidades, até as metrópoles internacionais, centros de comando do capital, que se distribuem no espaço de acordo com suas condições gerais de produção e tipo de atividade que desempenham (CARLOS, 1981).

O espaço urbano enquanto produto de uma determinada atividade adquire características de uma mercadoria, um produto intercambiável. Porém, para que esse produto tenha valor é obrigatório que ele tenha uma função, que atenda a uma necessidade, o abrigo. Portanto a propriedade privada é um elemento fundamental dentro da acumulação capitalista pois produz o mercado da habitação, que controla a atividade humana de habitar e a torna uma questão funcional e utilitária, esvaziando a cidade do sentido amplo do espaço vivido, de reconhecimento entre a sociedade e os lugares. O resultado dessa lógica organizacional é a produção de cidades marcadas pela desigualdade social e fragmentação espacial, devido a subordinação do trabalhador à propriedade privada, que legitima o acesso diferenciado aos bens produzidos (CARLOS, 2011).

Existe então uma contradição muito evidente em relação à propriedade privada, o capital e o trabalho, que consiste no impasse sobre o valor dos bens imóveis. Uma vez que a terra é uma pré-condição para produção e reprodução do sistema, possui um valor de uso intrínseco que reside no fato de ser o espaço que reúne as condições gerais de produção, ao mesmo tempo a condição de elemento base para o desenvolvimento do sistema faz com que a terra passe a ter um valor de troca, estando sujeita ao interesse do capitalista de extrair o máximo de renda. Esse sistema de valorização progressivo do preço da terra está diretamente ligado ao fato de o espaço ser uma construção social, portanto quanto mais investimento (trabalho) é realizado nesse espaço, através de construção de infraestrutura de transporte, comunicação, saneamento e serviços,

melhores são as condições para a reprodução da vida e ampliação da riqueza através da renda da terra.

Contudo, a diferenciação na forma de apropriação do espaço urbano não está estritamente associada à divisão de classes, proveniente do antagonismo entre capitalista e proletariado. Esta é uma redução perigosa da análise crítica sobre a relação entre os elementos condicionantes do espaço, a estrutura social e a propriedade da terra (GOTTDINER, 1997). Cabe incluir não apenas classes, porém divisões de classe, que permitem a particularização das condições e padrões de consumo que se diferenciam tanto dentro da classe trabalhadora, quanto da classe capitalista.

Admitir que a cidade é o resultado da transformação da natureza pelo homem através do seu trabalho, condiciona a compreensão do desenvolvimento urbano à evolução da técnica, ou seja, à determinadas condições históricas do trabalho. Tais condições definem as características das sociedades e as relações que são estabelecidas entre os indivíduos que as formam. Por outro lado, a sociedade que se constituiu sob a égide do modo de produção capitalista tem suas relações sociais compostas pela tríade, capital, trabalho e terra (GOTTDINER, 1997).

Nesse sentido, a cidade corresponde a uma obra coletiva (LEFEBVRE, 2001), produzida sob condições específicas e que abrange uma gama de processos sociais, históricos, funcionais, políticos e econômicos, que extrapolam a sua materialidade e criam um espaço mais abstrato, rico em usos, funções e significado, que é o espaço de mediação entre as mediações o espaço público, um meio de consumo coletivo, que corresponde a uma demanda da coletividade, manifesta o valor de uso da cidade enquanto condição e meio para a reprodução social (LOJKINE, 1981).

Como entidade mediadora dos processos que se desdobram na cidade, o Estado desempenha a função de regulador e controlador dos conflitos que são naturais ao sistema de produção capitalista. No entanto, sua atividade de gerenciamento do espaço urbano não o torna um agente passivo, mas um indutor de transformações que cooperam para o melhoramento das infraestruturas sociopolíticas e econômicas, isto é, nas condições gerais de produção, além de coordenador dos agentes da urbanização em

função do valor de uso e de troca do solo urbano. O Estado é a estrutura que tem condições de arcar com os investimentos públicos, e financiar os equipamentos urbanos, que são desvalorizados perante o mercado imobiliário, mas que tem impacto direto no valor acrescido na renda fundiária coadunado às estratégias voltadas à acumulação ou ao consumo. A influência da administração pública sobre a obtenção de ganhos através da renda fundiária implica na sua contribuição decisiva nas relações de mercado de habitação, atuando sobremaneira na definição dos mecanismos e estratégias de ocupação e uso do solo urbano.

A cidade é um espaço social, que Segundo Lefebvre (1999) é formado por várias dimensões, mas que podem ser simplificadas em duas: a dimensão política e a dimensão espacial. A dimensão política é referente às relações sociais que se desdobram na cidade entre todos os indivíduos, relações estas que estão vinculadas à divisão do trabalho e, portanto, normatiza a organização sócio espacial. Isto posto, a organização da sociedade imprime no espaço as suas marcas, como é lembrado por Rolnik (1995), a cidade é como um papel onde cada cultura escreve a sua história, que é repleta de significados e simbolismos. Assim a dimensão espacial da cidade se refere ao ambiente construído e reconstruído, que comporta as relações sociais simultâneas e evidencia a organização de uma sociedade.

O caráter da cidade enquanto *obra* é ressaltado por Lefebvre (2008), o autor destaca seu caráter singular, fruto de uma construção social e representante de uma ideologia, consequentemente possuidora de significado. Se admitimos que a cidade é um artefato formada por uma estrutura física composta por edifícios, ruas, parques, e uma estrutura política que delimita regras para a organização dos agentes que convivem simultaneamente nesse espaço, transformando-o e interagindo entre sim, compreendemos um conjunto complexo de relações que não podem ser analisadas separadamente. A interdependência entre as relações sociais, políticas e espaciais traz à tona um atributo da cidade (*a urbanidade*) que não é quantitativo, mas sim qualitativo, associado à sua capacidade de fomentar a convivência social e assim como a "ágora" na Grécia antiga, contribui para o desenvolvimento político da sociedade, no sentido de

desenvolver um senso crítico sobre as forças que agem e se competem na cidade e que transcendem o campo estritamente físico.

A partir da relação estabelecida entre as dimensões política e social da cidade fica evidente a existência de um relacionamento intrínseco entre as relações sociais e a cidade, já que ao mesmo tempo em que as relações sociais entre as classes ou indivíduos dão vida a cidade, elas exercem funções de estruturação e aproximação dos elementos que compõem o ambiente urbano.

O espaço urbano passa a ser organizado de acordo com a disputa pela cidade e pelos atributos urbanos que decorrem da acumulação de trabalho social, gerando localizações privilegiadas em relação aos demais espaços da cidade. A mediação entre essas forças é vital para a manutenção das condições de reprodução da força de trabalho, uma vez que é na esfera pública que o indivíduo se realiza enquanto cidadão, se reconhece enquanto parte de um todo, desenvolve outros aspectos da vida que vão além do consumo e que que são socialmente construídas, como a segurança, o jogo, as diferenças, o encontro, o isolamento e o imaginário (LEFEBVRE, 2008).

A cidade é, portanto, condição, meio e produto da reprodução do sistema. Ela é condição porque é só através da divisão do trabalho originada na oposição entre campo e cidade que é possível a formação de excedente. Ela é meio porque é o espaço da troca de mercadorias, onde sua estrutura facilita a aproximação fatores de produção. E é produto na medida em que é resultado da transformação dos recursos naturais pelo homem através de seu trabalho e interação social.

Do conjunto produzido pela reunião dos fatores de produção, as relações sociais e organização das estruturas de controle cria-se uma matriz socioespacial de localizações e atividades ligadas à produção de riqueza (VENTURA NETO, 2012). Essa diretriz organizacional baseada nos benefícios funcionais da aglomeração estabelece uma relação de uso complexa, que demonstra uma correlação entre o valor de uso do espaço enquanto lugar da moradia e trabalho, e o valor vinculado às condições socialmente construídas que tornam-se mercadoria no mercado de imóveis, consequentemente o preço (rentabilidade) atribuído à parcela de solo urbano é dependente da sua

localização em relação ao acúmulo de trabalho social, e transformado em meio de acumulação de riqueza.

De acordo com Ventura Neto (2013), o espaço urbano é explorado pelo mercado financeiro de acordo com o acesso aos chamados efeitos úteis de aglomeração, que ao criar uma matriz socioespacial de localizações e atividades associadas à produção de riqueza, confere à propriedade um valor de uso específico. Portanto a constituição do espaço construído socialmente, influencia mais diretamente na atribuição de preço aos espaços em questão, do que propriamente características intrínsecas ao espaço. Isto posto, a cidade encontra-se em uma condição ativa no processo de produção social e espacial, em que as transformações no espaço urbano possibilitam a extração de maior ou menor percentual de retorno dos investimentos aplicados, sejam eles públicos ou privados. A busca pelas melhores localizações em relação aos bens construídos socialmente é essencial para entender os conflitos que se formam em torno da disputa pela cidade.

#### 1.3 - Valor de Uso vs Valor de troca

Como visto anteriormente, a cidade que se desenvolve sob as regras da economia capitalista comporta uma série de conflitos de interesses entre os agentes que a produzem. Estes conflitos não são motivados apenas pela possibilidade de acumulação de riqueza através da produção e apropriação do uso do solo urbano, mas também disputa por melhores condições de acesso aos serviços urbanos, face aos direitos de todo ser humano, assegurados por lei, de acesso à justiça social à cidade.

Nos bastidores dessa disputa estão duas características, ou "forças", que definem quem são seus defensores, que são o *valor de uso* e o *valor de troca*, que representam duas diferentes abordagens sobre o valor do espaço urbano, a primeira preconiza a função social da cidade, já a segunda representa o potencial de acumulação. A articulação de diferentes agentes em torno de desses valores é determinante para o crescimento urbano e a ordenação do processo de acumulação do circuito imobiliário (HARVEY, 1989). Logo, compreender os impactos gerados pela predominância de um e de outro

valor colabora para o entendimento da lógica da dinâmica urbana na cidade contemporânea.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2009) todos os seres humanos são livres e iguais em dignidade, têm direito à vida e segurança pessoal, direito à propriedade, bem como à habitação e lazer. Tais direitos são reafirmados pela Constituição Brasileira de 1988, que estabelece a premissa da função social da cidade, com o objetivo de garantir a justiça social e o acesso universal aos equipamentos e serviços públicos nas cidades. Porém os desequilíbrios causados pelo sistema incorrem no surgimento de profundas distorções na assimilação e efetivação de tais direitos, que derivam dos diferentes valores que o solo urbano possui. Portanto, o conflito que reside nas cidades está relacionado ao seu caráter duplo, que consiste em ser, por um lado, um meio de existência e satisfação das necessidades humanas (valor de uso) e por outro, um objeto, resultado da aplicação de trabalho sobre a natureza, ou seja, uma mercadoria (valor de troca) (HARVEY, 1980).

De acordo com a dialética marxista, a relação entre valor de uso e valor de troca são interdependentes, pois, por definição, o valor de uso está implícito nos elementos que são produzidos para suprir uma determinada necessidade, e no processo da troca o detentor da mercadoria se vale de seu excedente e a disponibiliza para a satisfação do comprador. O solo urbano torna-se uma mercadoria destinada a suprir uma necessidade humana, que está sujeita a uma relação socioeconômica inversamente proporcional, onde estão em questão a comercialização da quantidade de moradia, a acessibilidade e a necessidade de todos os bens e serviços (HARVEY, 1980), e que reserva às frações de menor orçamento o ônus do acesso restrito a tais condições.

O crescimento urbano durante as décadas de 1950 e 1960 foi estimulado pela forte intervenção estatal na economia, em resposta ao pós-guerra, e representou um dos maiores períodos de crescimento da economia e da cidade capitalista (HALL, 2011). Em contrapartida, as décadas seguintes foram um período de grande recessão da economia, que foi deflagrada pela crise da produção frente aos investimentos em modernização e a crise do petróleo, tal conjuntura demandou a reestruturação do processo produtivo e

de acumulação (LINS, 1993). A recessão da década de 1980 desdobrou-se no crescimento de políticas neoliberais em disseminação de intervenções urbanas provenientes de parcerias público-privadas. Essa década representou uma forte alteração no padrão das políticas de desenvolvimento urbano, nesse momento o planejamento urbano voltou-se para uma lógica diferente da tradição reguladora e passou a priorizar a transformação e requalificação urbana, com o objetivo de transformar a cidade, mais do que nunca, em um meio de recuperar a economia urbana e promover o desenvolvimento (HALL, 2011).

A nova perspectiva que foi adotada sobre a cidade significou a recuperação de antigas áreas, antes ocupadas por indústrias e centros comerciais decadentes. A revitalização urbana tornou-se o signo dessa época. A localização central de tais áreas tornou-se um dos principais atrativos para as elites e, portanto, alvo de grandes e novos investimentos em infraestrutura e serviços, transformando os centros urbanos em uma nova base para a economia, fonte de geração de renda e acumulação de riqueza (HALL, 2011). Esta estratégia esteve associada ao crescimento do mercado financeiro imobiliário, que direcionou suas ações para o estímulo ao crescimento e expansão urbana, transformando as cidades em máquinas de produzir riqueza.

Durante a década de 1990 a organização do espaço urbano foi conduzida de maneira diferente. As alterações no contexto econômico mundial, manifestas no processo de integração e fragmentação da economia, destacam as grandes metrópoles como centros de comando (PAIVA, 2007). A ampliação das redes urbanas em escala global acarretou um reordenamento espacial de múltiplas escalas e o alinhamento da produção da cidade com estratégias empresariais de cunho concorrencial, que se valem da condição do território de insumo para a promoção de desenvolvimento e crescimento econômico (PAIVA, 2007).

A adoção de uma nova abordagem do planejamento do território, baseada em intervenções públicas pontuais não foi capaz de oferecer à sociedade melhoria na qualidade de vida urbana. A redução da administração pública, das políticas urbanas e privatizações de serviços públicos desvirtuou a dimensão social (e política) gerando um

espaço urbano que passa a ser visto como um ativo de operações econômicas e financeiras:

"um receptáculo que reflete de forma dialética os impactos das transformações econômicas e financeiras que impactam o espaço urbano e como o território reagia ao processo de reestruturação produtiva global, procurando aprimorar sua inserção num padrão de acumulação financeirizado" (PAIVA, 2007, p 60).

A reestruturação da economia mundial consistiu na concentração do poder de controle da economia nas cidades (SASSEN, 1991). A integração das economias mundiais resultou na conformação de uma nova relação de hierarquia entre as cidades, com base na sua capacidade de controle. Tal relação estabeleceu níveis de controle que geraram novos arranjos territoriais, como resultado das concessões e mudanças nos marcos regulatórios do espaço urbano, como meio de inserção e adequação ao sistema de acumulação financeirizado (PAIVA, 2007). A diversidade de arranjos territoriais provenientes deste ajuste espacial contribui para o aumento das desigualdades espaciais, uma vez que o controle sobre a organização territorial varia de acordo com o nível de influência geopolítica das cidades em relação ao sistema global (VENTURA NETO, 2013), e quanto mais distantes dos centros de poder as cidades ficam, piores são as condições de gerenciamento do espaço urbano.

De acordo com Harvey (1980), a teoria de uso do solo urbano evidencia a importância da renda de monopólio, uma vez que a demanda pelo solo urbano estabelece uma correlação com a sua inserção nas relações econômicas e sociais, de acordo com a sua localização na cidade e, portanto, é uma relação baseada na sua posse. A renda de monopólio é produto da posse de uma mercadoria rara e expressa a origem social do valor da localização, que de acordo com suas condições excepcionais permite a variação do seu preço, de forma que seja possível extrair da sua comercialização um valor maior do que aquele uma vez investido em sua produção (GONZALES, 1985; GOTTDINER, 1993). Logo, a propriedade privada é a institucionalização do monopólio sobre uma parcela do espaço, e em um panorama mais amplo é a unidade de planejamento que orienta e organiza o uso do solo urbano (GOTTDINER, 1993; HARVEY, 1980).

Ao prosseguir com a análise dos tipos de renda que podem ser extraídos do uso do solo urbano é fundamental que se note a importância das demais rendas fundiárias urbanas, que advém da posse da terra. São outros fatores que colaboram para o aumento dos lucros extraordinários com a utilização do solo urbano para fins de edificação ou especulação. Já mostrado anteriormente o benefício do acumulo de trabalho social realizado sobre a cidade, que se manifesta através de melhoramentos na infraestrutura. A localização é um fator fundamental para a compreensão dos diferentes tipos de renda, pois é a partir do sítio que mais vantagens são obtidas, como por exemplo a as condições materiais do lote e entorno e da edificação, que são os fatores que mais influenciem na composição da Renda Diferencial tipo I.

Já a Renda Diferencial tipo II, é responsável pelo ganho através dos parâmetros estabelecidos para a terra no zoneamento urbano, que determinam o potencial construtivo do solo, principalmente através da verticalização. Gonzalez (1985) faz referência ao vínculo entre a renda de monopólio e a renda diferencial tipo II, onde a renda de monopólio garante o controle do volume de excedente acumulado devido à detenção da posse, e permite a acumulação diferenciada do tipo II, de acordo com os setores urbanos (GONZALES, 1985).

Nestas condições, a lógica do valor de troca se apropria e se sobrepõe ao valor de uso, uma vez que este é determinado por uma matriz socioespacial de localizações, em função do padrão espacial construído socialmente, que depende de fatores sociais, políticos e econômicos ,e assim agrega ao espaço urbano o potencial de geração de riqueza (LEFEBVRE, 1999).O esvaziamento das relações sociais do ambiente urbano fica cada vez mais evidente pela progressiva redução da prática socioespacial, que está subordinada dos padrões de uso do solo em benefício dos objetivos mercadológicos do mercado imobiliário (CARLOS, 2015).

Tendo em vista esta reificação do espaço urbano como mercadoria, é possível compreender a relevância do valor de troca do solo urbano para a sociedade capitalista, que passou de atributo à diretriz de planejamento urbano nas últimas décadas, transformando a cidade através da sua lógica especulativa, acirrando processos os

processos de segregação e fragmentação espacial. A predominância dos interesses individuais, é destacada pela exaltação da propriedade privada como elemento que diferencia as classes sociais.

A ascensão da propriedade privada e do mercado imobiliário financeirizado representou a redefinição das escalas de decisão, quando passou a se destacar a escala global, no sentido das definições das regras gerais pelas grandes corporações e capital financeiro para o funcionamento do mercado, e a escala local enquanto representação do poder da propriedade privada, que trabalha para criar condições para a sua inserção no mercado global e atrair grandes investimentos (PAIVA, 2007). O grau de inserção das cidades nesse circuito de investimentos depende da disponibilidade de requisitos

A transformações econômicas que ocorreram ao longo dos anos até hoje indicam a modificação das diretrizes do planejamento urbano no mundo todo, e que mostram a ação do sistema capitalista no sentido de perpetuar a sua hegemonia através de ações que garantam e aumentem a sua rentabilidade. O destaque da cidade como elemento fundamental para alcançar os objetivos econômicos do grande capital ficou mais evidente durante as últimas décadas, e no rastro destas transformações vem se acentuando a desnaturalização da cidade como espaço social.

### 1.4 - Da desigualdade social à fragmentação do espaço intraurbano

Brandão (2012) identifica processos articulados, que contribuem para a formação de uma análise crítica sobre a dimensão espacial da produção capitalista contemporânea. Os processos destacados são: Homogeneização; Integração; Polarização e Hegemonia. Cada um desses processos será útil na análise da área de estudo desta dissertação de modo a revelar como relações econômicas e padrões específicos de países periféricos condicionam a organização do espaço intraurbano pela sua capacidade de articular características gerais do capitalismo com o processo de urbanização da Amazônia brasileira.

Nesta perspectiva, a teoria dos dois circuitos da economia desenvolvida pelo geógrafo Milton Santos é de extremo valor para o desenvolvimento deste trabalho, pois oferece ferramentas para a compreensão do espaço urbano a partir de diferentes perspectivas da economia urbana, que estão necessariamente vinculadas entre si, e apresentam diferentes formas de organização e de uso da tecnologia, de acordo com a sua inserção na economia e padrão de consumo. Em países periféricos as dificuldades econômicas e estruturais transformam-se em verdadeiros obstáculos à integração da economia local ao sistema mundial, ao mesmo tempo em que produzem o redirecionamento das forças de produção locais para as práticas alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente. O trabalho informal tornou-se uma de suas maiores características, como reação da sociedade, em busca de condições para a viabilização da vida.

A propagação de novos padrões de consumo, subsidiados pela propaganda capitalista no contexto da globalização, constitui um importante fator para a transformação da economia, sociedade e organização espacial (SANTOS, 2001). Os padrões de consumo são meios de estruturação de forças de concentração e dispersão, que conseguem modificar as formas de apropriação do espaço urbano, principalmente no contexto de países periféricos, que estão subordinados aos padrões de vida e de consumo dos países ricos. Os profundos desníveis econômicos e sociais, além do progressivo crescimento populacional diminui a capacidade de absorção da mão de obra pelo mercado, tal situação estimula a criação de alternativas ao mercado formal, submetendo o trabalhador a uma condição de constante instabilidade, poucas exigências de qualificação e baixa remuneração. Nota-se então a formação de setores econômicos que estão associados à diferentes padrões de consumo, e que criam na sociedade diferentes níveis de produção, distribuição e acesso aos bens e serviços oferecidos pelas cidades (SANTOS, 2001).

O circuito inferior consiste em um sistema dinâmico, que flexibiliza todos os elementos e fatores de produção, seja a mão de obra, o trabalho, a mobilização de capital e até mesmo o uso da terra. Enquanto o circuito superior está associado às instituições financeiras, banqueiros, industriais que compõe o mercado formal e desfrutam de grande potencial consumidor, o circuito inferior se expressa de maneira mais evidente nas economias de países que passaram pelo processo de urbanização sem industrialização (SANTOS, 2001). No caso brasileiro a intensificação da presença de indústrias no país veio a reboque da política de substituição de importações,

concentrada nas regiões sul e sudeste do país. Na medida em que aumenta a distância deste eixo as condições para a produção tornam-se cada vez mais precárias, concorrendo para o crescimento de alternativas econômicas que garantissem a sobrevivência dentro do sistema tecnológico estabelecido.

O crescimento e desenvolvimento do circuito inferior da economia são fortes evidências da necessidade de compreensão de sua funcionalidade nos países de industrialização tardia. A supressão de condições estruturais ao desenvolvimento das economias, como foi a realidade de países centrais, desencadeou a formação de uma rota alternativa de acesso aos bens da cidade contemporânea e que além disso, se configura como estrutura fundamental à sobrevivência e manutenção dos padrões de consumo associados ao circuito superior nesses locais (SANTOS, 2001).

As previsões de Mike Davis (2006) chamam atenção para a condição global de progressiva precariedade das condições de vida urbana, mas também demonstram a capacidade e a necessidade de ajuste da sociedade a um sistema extremamente autoritário que homogeneíza as sociedades em prol da valorização do capital (BRANDÃO, 2012). A uniformização através das necessidades de consumo é um fator abstrato, mas que implica diretamente na dimensão espacial da produção urbana, que consolida na sua espacialidade as diferentes formas de consumo e apropriação do solo urbano, definindo diferentes arranjos intraurbanos, que correspondem a diferentes formas de associação entre os circuitos da economia que estão em questão.

Portanto, a característica homogeneizadora do capital não está relacionada à estrutura física, mas sim à necessidade de integração dos propósitos econômicos. O estabelecimento de uma única política econômica e social colabora para que se desenvolva um processo de coesão, que se estabelece por meio da concorrência (BRANDÃO, 2012). A disputa que se forma em torno da oportunidade e manter espaços abertos para a reprodução ampliada do capital, mobiliza as estruturas produtivas regionais e estimula a busca por novos mecanismos de adequação das economias ao mercado de livre competição. Nas mais diversas escalas econômicas, as estruturas

semelhantes se enfrentam na disputa pelo capital, porém a diversidade de organizações externas de maior porte tende a vencer essa disputa (BRANDÃO, 2012).

A concorrência é um elemento regulador, que cria obstáculos às diferentes frações do capital com o objetivo de garantir espaços privilegiados de acumulação, o resultado disso é o estabelecimento de uma hierarquia espacial, que submete uma periferia a um centro e cria condições para o desenvolvimento de forças aglomerativas de bens de consumo coletivo. Esta organização não é aleatória ou uniforme, na verdade ela desempenha a função de organizadora de processos complementares e a gestão do ordenamento de ocupação do território associados a formas de valorização (BRANDÃO, 2012).

A estruturação do espaço intraurbano é baseada na exploração das vantagens locacionais, que acontece de forma diferenciada, de acordo com os padrões e interesses de consumo (VILLAÇA, 1995). A diferenciação espacial promovida pelos conflitos dos segmentos sociais implica na construção de obstáculos físicos e simbólicos, que demarcam limites e se constituem como barreiras à sociabilidade, contribuindo para o processo de segregação e fragmentação urbana, que fragiliza a identidade coletiva e inferioriza os segmentos sociais mais vulneráveis (RIBEIRO, 2015).

A dificuldade das estruturas locais em assimilar as transformações no sistema global implica na conservação de uma estrutura de desníveis econômicos, sociais, culturais e políticos (VILLAÇA, 1995). A análise do espaço intraurbano necessita, então, de cuidado uma vez que sua organização é complexa devido a ser o sítio da materialização de diferentes mediações entre a lógica supra urbana e a forma do espaço. Ou seja, existe uma dialética socioespacial que é transformada constantemente pela atuação de uma força proveniente da escala local e das características do capitalismo brasileiro, que auxilia na análise do espaço intraurbano (VILLAÇA, 1995).

Segundo Ribeiro (2015), nas metrópoles brasileiras tem sido evidenciada a renovação de um modelo de políticas públicas que consiste na coalizão entre governo, empresariado imobiliário, concessionárias de serviços públicos e classes dominantes, para decisão sobre as futuras intervenções urbanas de cunho liberal, desarticuladas de

uma visão global sobre a cidade. A pontualidade e especificidade da ação dessas coalisões caracteriza uma política neocorporativa excludente, que enfraquece a participação das classes mais baixas na tomada de decisão sobre as políticas urbanas, e consequentemente leva à supressão do caráter político da cidade, meio vital para a construção da cidadania dentre seus habitantes (RIBEIRO, 2015).

A ação da classe dominante para garantir o controle do poder público pelas elites e conduzir a seu favor o processo de estruturação urbana, resulta no aprofundamento da segregação espacial (RIBEIRO, 2015). Porém, atualmente, um novo padrão de segregação urbana foi criado, diferente daquele difundido pela cultura dos subúrbios americanos, que cria a possibilidade de promover a proximidade territorial ao mesmo tempo que assegura a distância social criando o fenômeno chamado por Ribeiro (2015) de cidades partidas em segmentos marginais e integrados.

A integração que é necessária para a coesão desse modelo provém de um último processo fundamental para a compreensão da organização do espaço intraurbano, que é o controle exercido por parte das elites (no caso brasileiro, descendente do capital mercantil) através da disseminação de uma ideologia, que legitima a hegemonia de uma estrutura social e política, baseada nos valores preconizados pelas elites (BRANDÃO, 2012).

A naturalização desse processo já era explicada por Marx (1998), quando trata do alcance e da validade dos valores burgueses, que nada mais são do que a expressão da ideologia capitalista, que foi propagada pela classe dominante burguesa, que exerce o seu poder sobre as classes dominadas através do discurso do ideal de liberdade, que é socialmente aceito e torna-se um objetivo comum a ser atingido por todas as classes, assim como o ideal da propriedade privada.

A ideologia cria uma camuflagem para os conflitos, o que faz parte de um processo de alienação das frações subalternas (feitichização). A ocultação de uma realidade desigual devido a condições estruturais só é possível com a "despolitização" da cidade e do cidadão, dessa forma, cada vez mais é possível garantir a compartimentalização da cidade, através da rarefação dos lugares de encontro, transformações morfológicas,

degradação das relações de vizinhança, criminalização dos espaços públicos e a padronização da vida, destacando a autorregulação e a autossegregação como organizadores do cotidiano, que é aceito de forma "passiva" (CARLOS, 2015).

"Queremos dizer, portanto, que os impactos da globalização em nossas cidades, dada a nossa trajetória histórica, mantêm as dúvidas que atormentavam muitos dos que se preocuparam com a construção da democracia em nosso país, isto é, a construção de cidades sem *polis* nem *civitas*, ou seja, cidade sem cidadãos. Nesse caso, as nossas cidades expressariam o caráter seletivo e autoritário da modernização engendrada pela expansão do capitalismo mundial, ao manter a dualidade política produzida pela total dissociação entre o território onde a vida cotidiana se reproduz — o subsolo da nação brasileira — e os enclaves conectados aos circuitos das altas finanças." (RIBEIRO, 2015. P36)

Uma vez que a cidade se encontra sob o domínio das forças do capital é preciso que se compreenda o funcionamento geral deste sistema, afim de assimilar a sua capacidade de adaptação e controle das estruturas físicas e sociais, que estão envolvidas na formação do espaço intraurbano. As singularidades do espaço urbano brasileiro, e mais especificamente o amazônico, são derivadas de uma trajetória do capital que se deu de forma diferente do resto do país e do mundo. Portanto, partindo deste princípio que é destacado por vários autores que reconhecem desigualdade do processo de expansão do capital (SMITH, 1988; VILLAÇA, 1995; SANTOS, 2008), torna-se imperativo o registro dos arranjos que tem se consolidado ao longo do tempo, como formas tradicionais de acumulação características da classe da elite conservadora (VENTURA NETO, 2013), e que perpetuam as condições precárias de urbanização, mas que ao mesmo tempo tentam reproduzir lógicas e padrões externos que estão em descompasso com a realidade local.

O levantamento de informações espaciais e trabalho empírico são ferramentas para a construção de uma discussão consistente sobre a análise da questão urbana no Brasil, como já havia sido lembrado por (VILLAÇA, 1995). A impossibilidade de apropriação de teorias gerais sobre a produção e ordenação do espaço intraurbano nas cidades é apresentada como a razão pela qual a importação de teorias sobre o desenvolvimento regional e urbano tem incorrido em sucessivos desastres sociais, fadando as políticas

públicas urbanas ao fracasso e sacrifício das classes mais pobres, que sofrem os efeitos mais imediatos das desigualdades sociais e espaciais.

A fragmentação urbana é um resultado da exacerbação das desigualdades espaciais consolidada pelo sistema capitalista, que está intimamente relacionada à desarticulação do espaço intraurbano e com o comprometimento de estruturas sociais e econômicas, que caracterizam a cidade como um espaço coletivo, produto de uma construção social (RIBEIRO, 2015). A omissão da dimensão pública da cidade é evidenciada pelo progressivo desaparecimento e marginalização dos espaços públicos, que por definição consistem em espaços de convivência coletiva e de importância social, que é oriunda de seu histórico como elemento formador do cidadão enquanto ser político, ser social, ser consciente de sua condição enquanto cidadão (QUEIROGA, 2012). Progressivamente, estes espaços tem sido alvo do já mencionado processo de homogeneização do capital, que se apropria desses espaços, destruindo-os ou incorporando o seu valor de uso ao sistema de valorização e acumulação de riqueza. A segregação e a fragmentação são sinais da distorção da função do espaço público urbano, em favor da sua inserção no circuito das mercadorias.

Diante de todo o exposto, observa-se que ainda existe uma lacuna muito grande entre os ideais urbanísticos propagados pelas grandes escolas de planejamento urbano dos países centrais e o que se apresenta na realidade dos países periféricos, que tentam se apropriar desses padrões exógenos. Cabe à premissa enraizada na realidade local identificar os processos em andamento, as forças atuantes na produção do espaço intraurbano e as suas características, a fim de reconhecer nesses espaços potencialidades, que se encontram sufocadas pela força do capital, mas que representam alternativas viáveis para o resgate ou reestabelecimento de funções públicas urbanas, que venham auxiliar no enfrentamento dos processos de hegemônicos, que reforçam as assimetrias locais e comprometem a integração e participação política da sociedade.

# Capítulo 2 – As transformações em Belém e a formação da área de expansão.

A cidade de Belém passou por grandes transformações ao longo do seu processo de crescimento, principalmente durante o período áureo da economia da borracha, que proporcionou a construção de importantes edifícios e obras de infraestrutura na cidade até a primeira década do século XX. A modernização observada na cidade expressava os valores e expectativas da elite local, que aspirava à vida nos moldes europeus, e para isso "importou" seu vocabulário arquitetônico e modo de vida, produzindo uma "Belle Époque" na Amazônia.

O declínio da economia gomífera, que fez de Belém a quarta cidade mais cara do mundo, gerou uma leitura de decadência e estagnação. A expansão definida durante o período da borracha absorveu o crescimento populacional até os anos 1960, e um ciclo de substituição de importações viabilizou a instalação de um parque industrial no baixo do Reduto, enquanto a população mais pobre era acomodada nas áreas limítrofes às baixadas. Durante a primeira guerra mundial um cinturão institucional foi criado contendo a área da Primeira Légua Patrimonial, área coberta pelo plano de alinhamento da época da borracha, para abrigar estruturas militares e institucionais federais.

O advento da integração rodoviária causou grande transformação, quando a partir da instituição do governo militar no Brasil, instalou-se também uma política de desenvolvimento baseado na industrialização e na criação de mecanismos que estimulassem as economias regionais, principalmente através de grandes obras de infraestrutura, que prometiam dinamizar as economias mais afastadas do centro do país, e de uma vez por todas inserir a região norte do Brasil ao contexto econômico nacional.

Como uma das estratégias da política nacional de desenvolvimento econômico daquela época, a construção civil desempenhou um papel fundamental na condução de uma nova racionalidade para o crescimento e desenvolvimento urbano. Foi a época da difusão de programas habitacionais, focados na redução do déficit habitacional e no fortalecimento da construção civil. Os terrenos economicamente viáveis para a

implantação de tais empreendimentos em Belém estavam localizados, em grande parte, ao longo do eixo do ramal da antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança<sup>5</sup>, que ligava a cidade de Belém ao distrito de Icoaraci. Todavia, mesmo sendo uma importante via de acesso à cidade, esta área não dispunha de plano de ocupação, sistema de ruas devido ao fato das propriedades rurais (fazendas) antecederem a concessão das terras ao município.

A instalação dos primeiros empreendimentos habitacionais na área foi responsável pelas primeiras obras de infraestrutura, que naquele momento estavam concentradas nas áreas ocupadas pelos conjuntos habitacionais construídos pela iniciativa pública. As décadas seguintes mantiveram a mesma política de desenvolvimento econômico, baseado no estímulo à construção civil. Ao mesmo tempo, a ocupação da área de expansão de Belém passou a atrair novos agentes, os primeiros a se destacarem foram os loteadores, produzindo assentamentos irregulares dirigido para a população de baixa renda, instalados próximo aos conjuntos habitacionais, para usufruir de sua infraestrutura.

No início da década de 1990 um novo público tornou-se alvo dos empreendimentos da área de expansão, os condomínios fechados introduzidos após a crise econômica da década de 1980. O mercado buscava alternativas para produção do setor imobiliário, antes subsidiado fortemente pelo governo federal, mas que naquele momento buscava atender à novas necessidades da classe média-alta. Os condomínios localizados fora do centro metropolitano representavam uma alternativa ao processo de valorização e verticalização do centro da cidade.

A implantação dos condomínios fechados representou a consolidação da área de expansão da cidade, como uma área heterogênea, onde conviviam lado a lado os mais diferentes atores da produção da cidade, separados apenas por muros. Muros estes que

\_\_\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Inaugurada em 1884 pelo Governador Augusto Montenegro, a ferrovia conectava os municípios de Belém e Braganca, na região nordeste do Estado, cobrindo uma distância de aproximadamente 222 quilômetros. Durante os seus 82 anos de funcionamento a ferrovia foi de fundamental importância socioeconômica para o Estado, já que era o principal meio de escoamento da produção do interior e direção aos portos localizados em Belém.

não separavam apenas propriedades, mas sim universos completamente diferentes, que implicavam em diferentes tipos de vivência do espaço urbano, que posteriormente se tornaria um centro de serviços dinâmico na cidade.

Atualmente a área de expansão de Belém tem sido palco de intensas transformações no processo de ocupação e uso do solo, porém essas modificações não foram acompanhadas de políticas públicas, que conduzissem o crescimento da área de expansão, permitindo o desenvolvimento de um espaço marcado pela forte segregação social e fragmentação espacial.

Cabe, portanto, neste capítulo expor o processo de formação e ocupação da área de expansão de Belém, destacando suas características físicas, morfológicas e sociais. A descrição da área de expansão tem o objetivo de revelar os agentes, políticas públicas e as tipologias habitacionais que foram e ainda são protagonistas na transformação dessa área. Os desdobramentos do processo de ocupação da área de expansão representam uma notável transformação no conceito de cidade, e na forma como a sociedade se relaciona entre si, trazendo à tona a questão: Quais são as formas de viver na área de expansão de Belém? Como as pessoas tem se relacionado com este espaço?

## 2.1 – Ocupação espontânea *vs* Ocupação induzida (Centro x Área de Expansão)

Os bairros históricos da Cidade Velha e Campina são o núcleo gerador de Belém fundado no Forte do Presépio, construção militar para fins estratégicos de defesa do território, localizada em uma área estratégica às margens da Baía do Guajará. A história de fundação da cidade já é amplamente conhecida, e neste trabalho tem a função de destacar as funções de cunho estratégico e econômico de Belém. Contudo, apesar de sua origem estar ligada à defesa do território português, o crescimento da cidade como importante núcleo urbano na região amazônica esteve associado à sua posição de principal entreposto comercial da região.

Durante as primeiras décadas do século XIX a Região Amazônica mantinha estreitas relações comerciais com a Europa, pautada pela exploração extrativista voltada à exportação, atingindo seu ápice com a produção e exportação do látex entre os anos de 1870 e 1910 (SARGES, 2002). A cidade passou por grandes transformações, desde obras

de infraestrutura que possibilitassem o crescimento da cidade, como obras de embelezamento urbano, com a construção de boulevares, praças e edifícios emblemáticos, que são marcas desse período de prosperidade e representam a imponências das elites locais.

O aumento na demanda pela borracha gerou a intensificação da migração interna (Gráfico 1). População majoritariamente advinda da região nordestina fugida da seca (SARGES, 2002) encontrou na exploração gomífera a oportunidade de melhores condições de vida, movimento que também foi estimulado pelas administrações nordestinas.

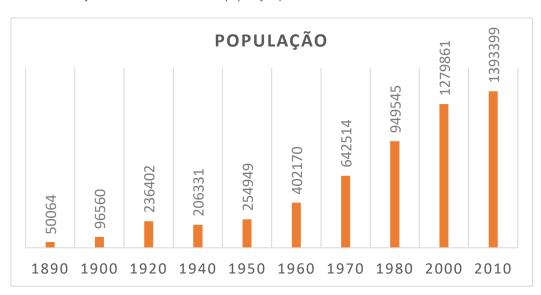


Gráfico 1 – Número absoluto da população presente e residente na cidade de Belém

Fonte: Recenseamento do Brasil 1872 – 1920, 1940/2010. Até 1991, tabela extraída de: IBGE, Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. Vol. 54, 1994.

Delimita-se então um quadro geral das condições que orientaram o processo de expansão urbana de Belém em direção à sua periferia mais imediata, áreas suscetíveis à alagamentos, conhecidas como baixadas, que ficavam localizadas nas cotas topográficas mais baixas da cidade, e que não foram ocupadas de imediato.

Conhecer o legado urbanístico desse período é essencial para a compreensão da estruturação urbana, que seguiu as diretrizes de ocupação implementadas pela proposta de alinhamento e estruturação urbana, desenvolvida na última década do século XIX, para a Légua Patrimonial que havia sido doada pela Coroa Portuguesa à

cidade. O autor do plano, o engenheiro Odorico Nina Ribeiro, almejava o controle da ocupação através da criação de uma rígida hierarquia viária (Figura 1) e a criação de parques urbanos e praças nas áreas de terra firme (CARDOSO e VENTURA NETO, 2013). Contudo, o projeto não foi completamente implementado devido às dificuldades técnicas impostas pelas áreas baixas e sensíveis a alagamentos (Figura 2).

A reserva de áreas alagáveis determinou uma das principais características da ocupação da cidade, a diferença entre as áreas mais altas, ocupadas formalmente por quadrícula regular habitada por população de mais alta renda, e a ocupação informal das áreas mais baixas e alagáveis da cidade, por população migrante de baixa renda, que após aterros populares sucessivos foram gradualmente incorporadas à cidade (MOURÃO, 1987).



Figura 1 – Planta da cidade de Belém com o Plano de Alinhamento na Primeira Légua Patrimonial. Fonte: CACCAVONI, 1900.

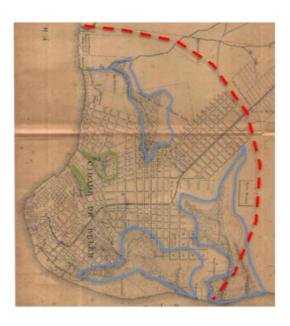


Figura 2 — Quadras executadas segundo o Plano de Alinhamento, em destaque as áreas de várzea que se configuram como barreiras ao projeto. Fonte: Muniz, 1904. Elaboração: Ventura Neto, 2012.

A ocupação das baixadas foi a alternativa encontrada pela população pobre de produzir habitação de baixo custo, apesar das condições precárias de vida que o ambiente impunha, já que essas áreas foram evitadas pela urbanização formal.

As principais características da forma da ocupação da área circunscrita pela 1ª Légua Patrimonial são (VENTURA NETO, 2012): as condições de controle do espaço urbano eram muito favoráveis ao desenvolvimento de planos de ocupação, devido a

municipalidade ter a posse da área, ainda sob influência da *enfiteuse*; as obras de infraestrutura ficaram concentradas nas áreas altas, mais nobres da cidade, deixando ociosas as áreas baixas e periféricas; o aumento do fluxo populacional induzido pela economia da borracha e mais tarde uma segunda leva de migrantes após o declínio daquela economia foram fatores que contribuíram para o aumento da ocupação das áreas periféricas; formação espontânea de uma periferia localizada nas proximidades do centro e que tirava partido de sua localização para melhores oportunidades de vida; adensamento das áreas de baixada de forma irregular.

A intensificação do uso do solo nos bairros centrais da cidade, sejam de alta ou baixa renda, foram a maneira mais eficaz naquele momento de potencializar os atributos urbanos disponíveis, criando novas parâmetros de valorização. Infraestrutura, proximidade dos principais equipamentos urbanos, qualidade paisagística, disponibilidade de transporte público, entre outros, foram fatores que, de acordo com a sua distribuição espacial, passaram a reorganizar a distribuição da população em Belém.

Comparações entre as configurações espaciais de bairros de produção formal (Batista Campos) e informal (Terra Firme) ilustram importantes diferenças morfológicas entre dois contextos. No bairro Batista Campos (Figura 3) há estreita relação entre o plano de alinhamento e o desenho do bairro, apresenta sistema viário ortogonal, conta com certa regularidade na proporção das quadras, atualmente existem ocupações dos miolos de quadra com tipologias populares, e consolidação de grande extensão e qualidade de espaços públicos como praças. A ocupação na Terra Firme segue a quadrícula até que obstáculos físicos a deformem. Ocupações sucessivas geraram densidades mais elevadas.

Na medida em que se afasta do centro, a forma da malha urbana tende a tornar-se mais orgânica, e mais densamente ocupada e depende da estruturação através de grandes eixos viários para garantir formas de acesso à área central da cidade. No bairro Terra Firme (Figura 4) existem ainda grandes eixos viários que se comunicam com os bairros adjacentes, porém as proporções de quadra, tamanho do lote e organização do sistema

viário intrabairro. Muitas vezes a moradia é resolvida pelas palafitas e estivas, estruturas improvisadas, mas que garantem o acesso dos moradores entre a casa e restante da cidade.

A densidade da ocupação em bairros centrais e periféricos é diversa. Nas áreas formais o adensamento construtivo deve-se a verticalização e remembramento de lotes, entretanto nas áreas informais o adensamento decorre da subdivisão indiscriminada de lotes, ocupação total do mesmo e eventual construção de vários pavimentos.

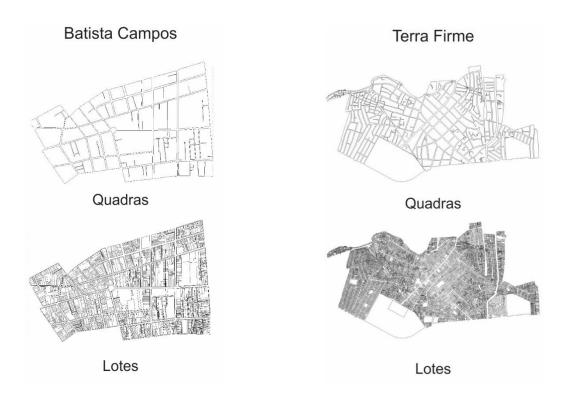


Figura 3 – Bairro Batista Campos. Acima distribuição de quadras e abaixo distribuição dos lotes. Fonte: CTM, 2000.

Figura 4 — Bairro Terra Firme, Acima a distribuição das quadras, e abaixo a organização de lotes de forma mais adensada. Fonte: CTM,2000.

O limite para a ocupação das terras disponíveis no núcleo urbano de Belém era constituído pelo cinturão institucional, uma barreira física construída ao redor da 1º Légua Patrimonial de Belém, formada por grandes porções de terra, de uso principalmente militar. Este enclave gerou segundo Cal (1987), três formas de pressão intraurbana sobre a fronteira urbano-imobiliária da área de expansão:

- Intensificação da ocupação das áreas alagáveis por famílias de baixa renda;

- Adensamento do uso do solo pela classe média através da subdivisão dos lotes;
- Adensamento do uso do solo nos principais corredores do centro da cidade, através da verticalização das edificações da população de alta renda.

Após o declínio da economia da borracha, Belém experimentou um novo momento de crescimento populacional de grandes proporções promovido pelo novo contexto político e econômico nacional. A instauração do governo militar com o Golpe de 1964 ratificou um novo modelo de desenvolvimento econômico, baseado no estimulo à produção industrial e à construção de grandes estruturas para a exploração da matéria prima em regiões periféricas do país e a ampliação do mercado consumidor nacional.

No escopo do projeto industrial-desenvolvimentista nacional a região amazônica representava uma área de fronteira a ser explorada. A partir daí uma série de grandes projetos foram instalados na região com o objetivo de dinamizar a economia, expandir o capital e colonizar a Amazônia (CARDOSO e VENTURA NETO,). A suspensão de grandes obras e retirada do apoio aos projetos de assentamento rural na década de 1980 geraram forte migração para a capital, Belém, e posteriormente para outras cidades da região.

A introdução de uma nova racionalidade de produção na região amazônica, que se alinhava aos objetivos de ampliação do capital nacional e internacional, provocou a desestruturação da incipiente indústria local, e impôs uma nova estratégia de ocupação do território, onde a organização do território passava a ser direcionada por estratégias econômicas (VICENTINI, 2004).

Durante o governo militar a integração do país por rodovias mudou a estratégia de deslocamento no Pará. A implantação dos novos eixos rodoviários fazia parte da política macroeconômica de desenvolvimento regional, além disso houve também a criação de uma estrutura robusta de incentivo e financiamento para à produção habitacional, constituída pelo Banco Nacional de Habitação e o Sistema Federal de Habitação.

Estas instituições foram responsáveis pelo fomento da nova produção habitacional no país, e introduziram um novo padrão de ocupação, baseado na replicabilidade e

localizado em áreas afastadas dos núcleos urbanos. A diretriz dos novos projetos habitacionais visava a posterior integração com o seu entorno através de conexões viárias e a do uso comum de equipamentos públicos e mobiliários urbanos. Quanto à qualidade arquitetônica, os conjuntos implantados eram marcados pela monotonia do padrão repetitivo das unidades e baixa qualidade do projeto arquitetônico das mesmas, que não considerava, por exemplo, as particularidades do clima da região (LIMA, 2002).

A disponibilidade de grandes terrenos, decorrentes do parcelamento das grandes fazendas do passado, garantiram as condições necessárias para a implantação desses projetos. Porém a localização relativa desses empreendimentos habitacionais penalizava a população da região que dependia do acesso ao centro da cidade, uma vez que até a década de 2000, predominou a carência de equipamentos, condições de abastecimento e de serviços, particularmente para a população de mobilidade mais reduzida (que não dispunha de automóvel). A política de implantação de moradia em terras de baixo custo impôs à população décadas de dificuldades de deslocamento e reprodução cotidiana da vida. A falta de articulação entre as políticas habitacionais e a regulação da ocupação da área de expansão de Belém criou as condições necessárias para que o novo padrão de ocupação, induzida pelos programas habitacionais, fosse conduzida por iniciativas locais protagonizadas por diferentes frações do capital.

O processo de ocupação da área de expansão resultou na construção de um espaço marcado pela segregação social e fragmentação espacial, produto das diferentes formas de apropriação e uso do solo características de diferentes classes sociais. A diferenciação desses espaços foi um processo histórico e econômico que será analisado na próxima sessão.

Cabe por hora, compreender as diferenças entre as lógicas de produção da cidade em dois momentos marcantes, o primeiro durante a economia da borracha e o segundo proveniente do período do governo militar. Para ilustrar o resultado espacial deste segundo período, o bairro Mangueirão (Figura 5), um dos primeiros bairros da área de expansão a receber obras de conjuntos habitacionais e que apresenta evidente dificuldade na conexão entre suas áreas. A forma dos conjuntos se destaca pela

extensão e regularidade, típicas desse tipo de empreendimento. Grandes extensões de terra foram reservadas nos interstícios entre os diferentes assentamentos, gerando visível desarticulação. A regularidade de quadras e lotes definida pelo plano de alinhamento implementado na primeira légua não foi reproduzida na área de expansão. Os conjuntos habitacionais são assentamentos regulares, mas individualizados dentro da malha desarticulada.

Nota-se também a presença constante de assentamentos irregulares, constituídos durante a crise econômica da década de 1980, que reduziu as operações de financiamento à habitação de interesse social na cidade (CARDOSO E VENTURA NETO, 2012).

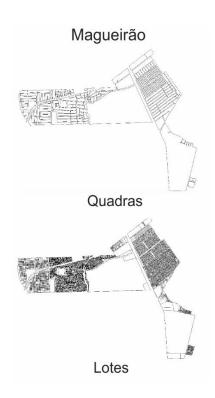


Figura 5 – Bairro Mangueirão, localizado ao longo do eixo da AV. Augusto Montenegro. Nesta área são encontrados conjuntos habitacionais, áreas de invasão e grandes terrenos ocupados por funções públicas e institucionais. Fonte: CTM, 2000.

### 2.2 – Características da ocupação

Este panorama sobre a formação da Primeira Légua de Belém esclarecem as origens das desigualdades socioeconômicas e espaciais manifestas no atual centro metropolitano,

onde a precariedade ambiental viabiliza a produção da cidade a um baixo custo. A ocupação da 2ª Légua Patrimonial de Belém, foi estruturada ao longo da Avenida Augusto Montenegro, que originalmente foi ocupada por fazendas e a partir dos anos 1960, recebeu os conjuntos habitacionais destinados a princípio aos remanejados das obras de infraestrutura realizadas no centro metropolitano, seguidos por ocupações informais, nos anos 1980 e por condomínios de alta renda a partir dos anos 1990.

Registre-se que a ocupação anterior da segunda légua patrimonial era predominantemente feita por grandes fazendas, o que permitia o uso dos espaços naturais pela população local e para sociabilidade e lazer (MIRANDA, CARDOSO, 2016). O que reduziu a importância de espaços públicos não implantados à época por uso de outras alternativas e nem posteriormente devido a inconclusão de praças e mais recentemente devido a privatização de áreas de convivência. A iniciativa do setor público de ocupar a área de expansão com a população de baixa renda, como alternativa aos altos preços praticados no centro da cidade, o acúmulo de benfeitorias em provisão de infraestrutura, adensamento populacional e a constituição de uma nova centralidade comercial contribuíram para a dinâmica atual de acelerada valorização dos terrenos que estão localizados principalmente ao longo do eixo da avenida.

Nesta sessão do trabalho foi levantada a trajetória histórica da política de integração nacional que se consolidou ao longo da vigência do governo militar no Brasil. Dentro dessa política desenvolvimentista a Amazônia representava uma nova fronteira para o avanço do capital nacional, e foi alvo de transformações que viabilizaram ampliação do mercado à região. Essa alteração gerou diversos desdobramentos sobre a dinâmica urbana local, e mais especificamente teve impacto direto no processo de expansão urbana de Belém em direção à área de expansão ao longo da Av. Augusto Montenegro.

A seguir serão apresentadas as condições e as características das diferentes formas habitacionais na área de expansão, destacando a produção de um espaço segregado socialmente e fragmentado.

# 2.2.1 – Processo de ocupação da área de expansão e a construção de heterogeneidades

A partir de meados da década de 1960, a região Amazônica passou a ser o principal alvo do projeto geopolítico de modernização do país, coordenado pelo governo federal com o objetivo de criar as condições mínimas necessárias à sua assimilação pelo capital industrial e financeiro no plano nacional (BECKER, 2001). Teve início, então, a chamada "Operação Amazônia", que consistiu em uma série de programas que tinham como objetivo o desenvolvimento da região, como o Plano de Integração Nacional – PIN (1970) e o Polamazônia (1974), cujo escopo abrangia desde a provisão de estrutura logística e uma política de colonização da Amazônia (KOHLHEPP, 2002).

Os grandes projetos de exploração mineral e de agropecuária que foram implantados na região amazônica impulsionaram o desenvolvimento das atividades ligadas ao setor primário de produção, porém a comercialização destes materiais não incluía a verticalização do processo produtivo na região, esta era função de outras regiões no país, e mesmo no exterior.

As transformações operadas pela intervenção estatal forneceram condições para a reestruturação da organização nacional da produção, colaborando para inserção do Brasil no sistema capitalista global (BECKER, 2001). Ou seja, a partir de um novo ajuste espacial das relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, foi possível criar novas relações de controle e hierarquia, necessárias à manutenção e reprodução do sistema, viabilizando a sua expansão e incorporação de novas áreas barra a absorção dos excedentes (LEFEBVRE, 1978; HARVEY, 2005).

A expansão do capital em direção à região amazônica, baseada no desenvolvimento industrial como política nacional, desencadeou uma série de processos de "rediferenciação espacial", de acordo com os níveis de integração e desenvolvimento das estruturas de comunicação e transmissão de dados, reprodução dos meios de produção, localização da força de trabalho, forma de gerenciamento e desenvolvimento. O arranjo desses elementos, nas cidades amazônicas contribuiu para a relocalização das atividades produtivas e da população (LIMONAD, 2007).

A condição de região de fronteira definida por Bertha Becker (2001) como um espaço em construção, de transformação e de integração dos grupos sociais de racionalidades distintas, cria a possibilidade de novas manifestações com o espaço construído. Esse espaço será o reflexo dos conflitos e relações sociais estabelecidas entre essas racionalidades. Portanto a ocupação da região amazônica produziu uma nova divisão inter-regional do trabalho, um novo sistema de relações entre o homem e natureza, capital e trabalho, que foram responsáveis por redefinir as condições urbanas e sociais locais.

O Estado capitalista assegura a nova divisão inter-regional do trabalho. Ele reorganiza o caos das relações sociais impondo-lhes uma racionalidade – a sua – tendo como instrumento privilegiado o espaço: o econômico se reconsidera em termos espaciais – fluxos e estoques – e o Estado tende a controla-lo a assegurar a sua coordenação, integrando e rompendo o espaço anterior, e produzindo seu próprio espaço; impões um ordem espacial, vinculada a uma prática e concepção de espaço logística, global, de interesses gerais, estratégicos, contraditória à prática e concepção de espaço local, dos interesses privados e dos objetivos particulares. (BECKER, 2000. Pg 16)

Com a aceleração do crescimento a consolidação da estrutura técnico-informacional e a pressão exercida pelo confronto de interesse de diferentes agentes, as estruturas sociais, econômicas e ambientais vigentes na região até aquele momento, foram sobrepujadas pela lógica produtiva do grande capital.

A lógica de organização industrial era baseada na concentração e aglomeração do trabalhador e dos meios de produção, e acabou sendo imposta a um contexto regional que se opunha a essa lógica. Antes disso as elites locais ficavam baseadas na cidade e garantiam a acumulação de capital através da extração da borracha e da exploração do trabalhador pelo sistema de "aviamento<sup>6</sup>", tal organização garantia a escala de

na floresta para os principais núcleos urbanos (SANTOS, 1980)

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Entendido como uma forma de economia amazônica baseada em trocas comerciais entre os habitantes locais. Desempenhou papel fundamental na articulação e organização da estrutura social da região, que conecta o "macro-núcleo" urbano e o "micro-núcleo" extrativista. Tal sistema se consolidou como um severo mecanismo de exploração e concentração de riqueza, transferindo a riqueza produzida

produção necessária à exportação, ao mesmo tempo em que mantinha o trabalhador em localizações dispersas, que não valorizava o trabalho e desarticulava possíveis interações sociais que estimulariam a reivindicação por melhorias nas condições de trabalho (VENTURA NETO, 2013).

Castro (2008) ressalta os efeitos da mudança no padrão de relação entre trabalho e a cidade, como resultado direto da alteração do padrão de urbanização. O rápido aumento da demanda por trabalho na cidade, advindo do aumento populacional a partir da década de 1960, forçou a precarização das condições de trabalho. Assim, devido a desigualdade do processo de integração, a região amazônica não se constituiu uma massa de mão de obra qualificada ou bem remunerada pelo setor industrial, que fosse capaz de gerar melhores condições de organização social dos trabalhadores, ao contrário, até os dias atuais a RMB ainda é caracterizada pela baixa renda da população, acesso desigual e concentrado à infraestrutura e aos serviços urbanos e acúmulo de capital e empregos na área central do município sede, Belém (IPEA, 2013).

A instalação de grandes projetos e grandes obras de infraestrutura na região amazônica implicou na intensificação de fluxos migratórios em direção à região, em busca de oportunidades de trabalho e acesso à terra barata. No entanto, o grande contingente populacional recebido por pequenos núcleos urbanos na região não podia ser absorvido por essas pequenas cidades que não dispunham de infraestrutura e serviços, e eram dependentes da dinâmica econômica movimentadas pelas grandes obras. A falência dessa estrutura faz com que o fluxo populacional fosse redirecionado, em parte, para a capital paraense, Belém.

A precariedade de infraestrutura urbana diante do aumento do contingente populacional, e a capacidade reduzida de absorção da mão de obra pelo mercado formal são fatores que contribuem para a ampliação do mercado informal, que acaba se tornando a principal estratégia de organização do capital e do trabalho em regiões periféricas.

Os impactos da reestruturação nacional foram sentidos com a instituição da Região Metropolitana de Belém, através da Lei Complementar nº14, de 8 de junho de 1973,

juntamente com mais oito regiões metropolitanas no Brasil. Nesse momento a RMB era composta apenas pelos municípios de Belém e Ananindeua <sup>7</sup>e foi a concretização de uma estratégia geopolítica com fins de atrair investimentos federais para o desenvolvimento da região e para a afirmação da soberania sobre o território nacional por parte do governo militar.

Reunir os municípios de Belém e Ananindeua foi importante para atrair investimentos destinados às políticas urbanas como, habitação, saneamento e mobilidade, que antes estavam concentradas em Belém. A partir da formalização da região metropolitana como unidade de planejamento, foi possível garantir, por exemplo, a captação de recursos federais destinados à produção habitacional, que deu origem aos conjuntos habitacionais Cidade Nova I a IV, que foram responsáveis pelo espraiamento da mancha urbana conectando os dois municípios e consolidando a região da Grande Belém.

Segundo Carlos (2015), a questão metropolitana possui um importante papel dentro da organização do espaço para dar continuidade à acumulação do capital. Durante o período de governo autoritário a RMB foi uma espécie de centro de mediação entre as organizações econômicas globais do capitalismo e a escala urbana local, que se constituem como o novo espaço de acumulação do capital, a partir da mercadificação do espaço urbano. O capital produtivo industrial que conformam a reprodução do capital até aquele momento baseado na produção de mercadorias para consumo, foi lentamente implantado pelo capital financeiro no processo de acumulação. Através da produção de uma nova mercadoria, que é o espaço urbano, a produção do imobiliário tornou-se novo meio de acumulação baseada na capacidade da financeirização do mercado imobiliário de garantir a fluidez necessária para aceleração do tempo de circulação do capital (VENTURA NETO, 2013).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A primeira ampliação da Região Metropolitana de Belém ocorreu em 1995 (Lei Complementar Estadual n. 027/1995) quando passou a ser composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Isabel do Pará. Em 2010, houve a segunda alteração com inclusão do município de Santa Isabel do Pará, por meio da Lei Complementar Estadual n. 72/2010. E em 2011, houve a inclusão do município de Castanhal, por meio da Lei Complementar Estadual n. 76/2011.

A análise do espaço como mercadoria permite o desdobramento a partir do seu valor de uso e um valor de troca. O valor de uso está diretamente associado às práticas sociais da cidade, o seu sentido político, como espaço de encontro e reprodução social. Ao mesmo tempo o valor de troca é o produto da propriedade privada, que no contexto metropolitano se reflete na disputa pelo uso dos lugares, pela localização, o que gera disputa entre as classes sociais pelo uso do solo, conflito que resulta na reprodução espacial das desigualdades sociais (CARLOS, 2015).

No contexto da criação de gestão das regiões metropolitanas para a política de desenvolvimento econômico, surgem na RMB os planos de desenvolvimento para a Grande Belém. O Plano de Desenvolvimento da Grande Belém - PDGB de 1970, e o Plano de Estruturação Metropolitana — PEM de 1980, foram exemplos do planejamento territorial da época, capazes de atendera expectativa de apelo técnico prezado pelo governo, documentos multidisciplinares, elaborados por empresas de fora do estado, e propostas centradas no desenvolvimento econômico e controle da expansão urbana (MENEZES *et al*, 2013).

A elaboração desses planos tinha o objetivo de traçar diretrizes para o planejamento da cidade para dar conta do crescimento populacional e criar uma base econômica e organizacional que a sustentasse. As propostas focadas nas dimensões econômica e espacial, porém esvaziaram seu caráter político, uma vez tais planos eram tecnicistas, sem participação popular, impostos de cima para baixo como "superplanos" (VILLAÇA, 1999). Mas, efetivamente, esses planos exerceram mais a função de recomendações técnicas, oriundas de estudos multidisciplinares, que abrangiam todas as dimensões da cidade e seus problemas, a fim de abarcar as demandas geradas pelo crescimento da periferia metropolitana (MENEZES *et al*, 2013).

Contudo, a área de expansão de Belém sofreu com a permissividade da legislação em vigor ao longo da sua ocupação. Desde os anos 1950 vigorava a legislação que permitia o aproveitamento de 100% do lote para a verticalização da 1ª Légua Patrimonial (VAN DIJK E AMANAJÁS, 1997). Fato que contribuiu diretamente para a intensificação da verticalização no centro da cidade e consequente valorização desses empreendimentos.

Ao mesmo tempo em que a área de expansão carecia de legislação que condicionasse a sua ocupação. Até o final dos anos 70 apenas a 1ª Légua Patrimonial foi alvo de uma regulação mais detalhada, à área de expansão ficou definida a função de "área de expansão urbana" ou "área de interesse urbano", pouco regulada pela lei nº 7.121/79, que contestava o uso e ocupação do solo.

A fragilidade do controle do uso do solo na área de expansão promoveu a forte concorrência entre usos (industrial, institucional, habitacional) e o confronto entre os atores envolvidos na ocupação legal ou apropriação ilegal do solo (VAN DIJK E AMANAJÁS, 1997). Ao longo da ocupação da área de expansão de Belém, a COHAB-Pa foi de fundamental importância para a consolidação da ocupação da área de expansão e da política habitacional do governo, pois foi responsável pela captação de recursos da União voltados para moradia popular, compra de terrenos na área, contratação de empresas construtoras e implantação de infraestrutura.

A ação do Banco Nacional de Habitação (BNH) alterou a paisagem da cidade, financiando a verticalização das áreas centrais e a periferização horizontal, onde conjuntos habitacionais viabilizaram a expansão da rede de infraestrutura para a área de expansão da cidade, enquanto ocupavam glebas de terra lindeiras ao principal eixo de acesso. Nessa configuração emergiram novas tipologias como os condomínios fechados e ocupações próximas aos conjuntos habitacionais, e uma miríade de loteamentos e condomínios com localização determinada pelo status sócio econômico de seus moradores (ROSSBACH, 2005).

Com o fechamento do BNH nos anos 1980 houve um "apagão" de política habitacional no país, assim como da produção habitacional para a população de baixa renda no contexto local, exatamente quando a crise também interrompeu investimentos e direcionou fluxos migratórios do interior do estado para a capital. Nessa ocasião as ocupações e loteamentos clandestinos foram disseminados e ocupações de conjuntos habitacionais em construção. Em seguida teve início a produção habitacional privada em condomínios horizontais fechados, destinados à classe média-alta, nas localizações privilegiadas — os grandes terrenos lindeiros à avenida, com lotes generosos, que

propagandeavam o conforto e a segurança como alternativa à moradia no centro da cidade (SOUZA, 2013).

A partir de 2008, um "boom" imobiliário teve início na área de expansão de Belém, favorecido por mudanças na regulação brasileira sobre financeirização e por investimentos em requalificação de assentamentos precários no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de produção habitacional pelo Minha Casa, Minha Vida. A nova estratégia de atuação do mercado imobiliário encontrou um campo fértil para sua produção na área de expansão de Belém, devido a disponibilidade de terrenos adequados aos projetos de grande porte, graças ao histórico fundiário da área de expansão — que manteve grandes glebas de terra reservadas para o mercado imobiliário (VENTURA NETO, 2012). Grandes incorporadoras nacionais passaram a operar na área de expansão de Belém explorando o conceito de bairro planejado e os grandes condomínios fechados também para o segmento econômico, (FERREIRA et al, 2012).

Para Trindade Jr. (1998), a instalação de assentamentos habitacionais foi, o que o autor chama de coerção necessária ao processo de acumulação do circuito imobiliário, a partir do momento em que cumpre a função de dilatador da malha urbana (Figura 6), já que estes empreendimentos foram construídos nas franjas das áreas de expansão, estendendo início a infraestrutura que iria suprir, mesmo que de forma deficiente, empreendimentos futuros.

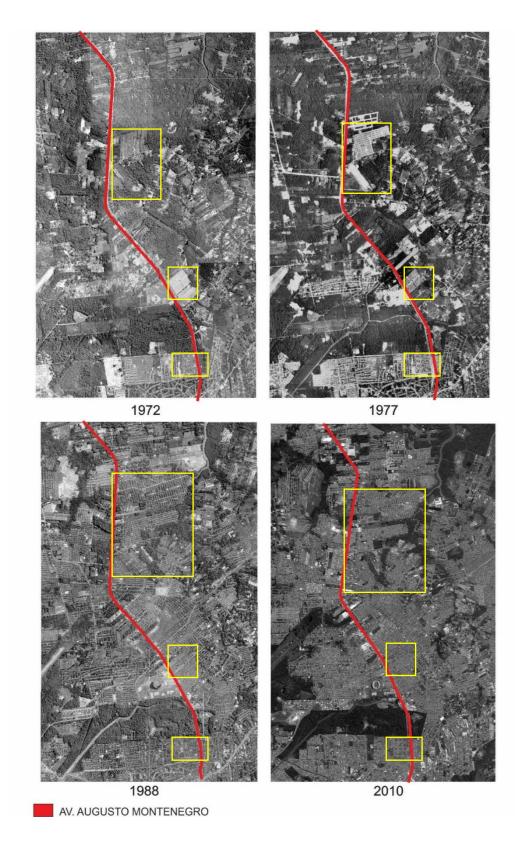


Figura 6 - Evolução da ocupação dos terrenos próximos à Avenida Augusto Montenegro. Em destaque estão os primeiros conjuntos habitacionais instalados na área de expansão, que induziram a ocupação posterior. Fonte: CODEM, 1999 e Google Earth 2010. Elaboração: Renata Durans e Beatriz Fiock. 2015.

Instaurou-se uma clara interação diferenciada entre três grandes grupos na produção do espaço construído da área de expansão de Belém: a população, o Estado e o capital, que geraram, em escalas e intensidades diferentes, formas particulares de ocupação. Essas articulações, segundo Limonad (2007), resultariam em diferentes estratégias do capital para criar meios para ampliar sua acumulação, circulação e distribuição. Estratégias verticais, ligadas a diversificação e dinamização do processo produtivo e estratégias horizontais, que tratam da expansão da forma urbana capaz de criar novos padrões de distribuição populacionais, dos quais se destacaram na área de expansão a produção dos conjuntos habitacionais, condomínios e loteamentos (Figura 7).

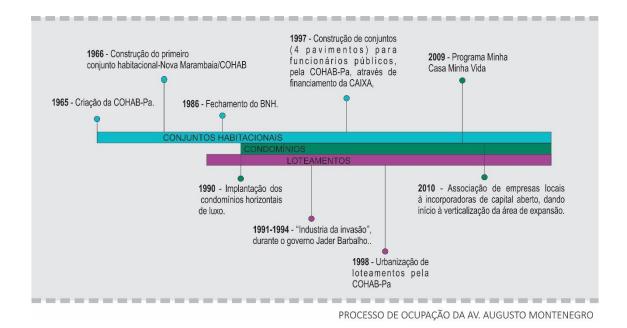


Figura 7 - Linha do tempo mostrando o desenvolvimento da ocupação da área de expansão através das três principais formas de assentamento populacional. Elaboração: Renta Durans, 2015.

Dessa maneira a segregação espacial na área de expansão em Belém é a representação da sobreposição dos diferentes modos contemporâneos de viver na cidade, que estão menos conectados com a noção de cidade como o lugar da formação e reprodução social, e da festa (LEFEVBRE, 2008) e que se aproximam, cada vez mais, a pura reprodução do capital através da produção do espaço construído, pois é a cidade que garante a aglomeração necessária para a superação das barreiras físicas para o consumo, mas que ao mesmo tempo tende a ser esvaziada do seu sentido político.

A reestruturação do espaço urbano resulta da ampliação dos efeitos da globalização, que nas metrópoles dos países periféricos deram origem a um novo padrão de segregação espacial, que se sobrepõe ao binômio anterior centro/periferia. O novo padrão de crescimento fragmentado/excludente é caracterizado pela diminuição das distâncias físicas entre ricos e pobres e a clausura das camadas superiores e médias (LAGO, 2002).

A globalização potencializa o regime de polarização social na medida em que estratifica os padrões de consumo da sociedade, o que induz a segregação social. Contudo esse quadro se agrava, visto que a sociedade tende a se agrupar de acordo com uma identidade em comum, o que se expressaria em formas particulares de apropriação do espaço urbano (CHETRY, 2002). Essa apropriação particularizada leva à criação de espaços privatizados e que são responsáveis pela redução do caráter de coletividade e diversidade da cidade.

A fragmentação espacial seria o resultado exacerbado de processos sociais, econômicos e políticos, que se materializa através da autossegregação<sup>8</sup> das classes média e alta, e da estigmatização dos assentamentos periféricos de baixa renda. Este é um fenômeno que se intensifica a partir da década 1980, fortalecido pela reestruturação política e econômica de caráter neoliberal dos 1990 (CHETRY, 2014).

Os recentes investimentos do governo federal, provenientes dos grandes pacotes de desenvolvimento econômico criados a partir de 2005, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os financiamentos do promovidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, provocaram um redesenho na dinâmica econômica e consequentemente imobiliária na área de expansão de Belém.

Verifica-se que o espaço urbano na área de expansão é constituído por camadas sociais e econômicas, que ao mesmo tempo em que produzem espacialidades e níveis de apropriação da cidade diferentes, que aprofundam a desigualdade sócio espacial. Estes

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Autossegração é um termo proposto por Corrêa (1989, pg 64), para definir o processo que a vontade daqueles que decidem se separar do restante da cidade.

elementos construíram uma relação, de certa maneira, orgânica no sentido de garantirem as condições mínimas de reprodução do capital. O ajuste espacial do sistema capitalista nas lacunas deixadas pela gestão e planejamento do espaço urbano geram diferentes arranjos sócio espaciais que foram condicionados pelos diferentes momentos históricos do processo de ocupação da área de expansão. A diversidade de atores e produtos espaciais resultou em uma dinâmica urbana muito particular no contexto metropolitano, em que se destaca a congregação de diferentes modos de vida, mas que convivem no mesmo espaço, através da criação de uma rede de relações e adaptações à esta realidade.

# Capitulo 3 – Estudo de Caso: Características gerais e tipologias habitacionais.

A área objeto de estudo deste projeto de pesquisa é a Avenida Augusto Montenegro e os bairros que estão diretamente ligados a ela. Este eixo viário de 13 km de extensão e 30 m de largura, tem sido o principal ponto de convergência dos fluxos de pessoas e meios de transporte, bem como exerce forte influência sobre os padrões de ocupação, tipo de parcelamento e transformações do uso do solo ao longo de sua extensão. A importância da avenida como principal elemento dentro da hierarquia viária local é destacada devido a sua condição de eixo estruturante da ocupação, e que estabelece uma relação de "status social" com os tipos de assentamento que se localizaram naquela área. De acordo com as formas de ocupação predominantes, a sua localização, e os serviços que ali tem se instalado é possível estabelecer uma hierarquia entre os bairros.

Uma das principais características atuais da área de expansão é a transformação do porte dos empreendimentos que ali tem se instalado. A intensificação da ocupação e a transformação da área de expansão em uma nova centralidade no contexto municipal e metropolitano tem atraído cada vez mais um sem número de novos serviços (Figura 8), que buscam atender as mais diferentes classes sociais. A grande diferença é a instalação de empreendimentos voltados para as classes média e alta, que não eram tão comuns naquela região da cidade.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> O "status social" denotado pela relação com a Av. Augusto Montenegro está relacionada à proximidade do tipo de assentamento em relação a esta. Quanto mais distante do eixo da avenida as condições habitacionais tendem a piorar, bem como as condições de acessibilidade e o preço dos terrenos, mesmo nos condomínios fechados. Essa condição é evidenciada pelos estudos de sintaxe espacial feitos nessa área (GUIMARÃES, 2013), assim como o levantamento de dados secundários demonstrou a precarização da infraestrutura na medida em que se distancia da avenida.



Figura 8 – Distribuição atual de alguns serviços ao longo do eixo da Av. Augusto Montenegro

Esta sessão do trabalho apresenta as informações gerais da área, dividida por bairros, a fim de criar um panorama sobre as condições urbanas e sociais da área de expansão. Construir o perfil de cada bairro implica em relacionar as suas características à sua localização, uma vez que à medida em que se distanciam da área do Entroncamento (cruzamento entre as avenidas Almirante Barroso e Augusto Montenegro) onde começou a ocupação da área de expansão, os bairros ligados à avenida tendem a apresentar diferentes características, principalmente a variação na densidade populacional da ocupação.

Foram selecionados sete bairros como limite para a área da pesquisa (Figura 9), que estão diretamente ligados a avenida, para essa seleção foram levados em consideração os seguintes fatores: proximidade e conexões viárias com a avenida; nível de integração bairro-avenida; estágio de consolidação da ocupação do bairro; número de empreendimentos habitacionais do tipo conjunto habitacional e condomínio fechado;

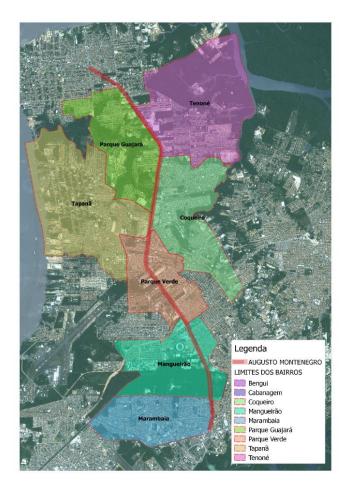


Figura 9 — Delimitação dos bairros selecionados para análise (Lei nº 7.806 — Lei de Bairros de ). Elaboração: Renata Durans, 2015.

Os bairros que são conectados diretamente a Av. Augusto Montenegro são os que mais mudaram ao longo dos anos da ocupação da área, devido a concentração da implantação de novos empreendimentos imobiliários e de serviços ao longo do eixo da avenida. Muitos dos novos empreendimentos habitacionais estão alinhados à nova racionalidade no mercado imobiliário associado a corporações financeiras (VENTURA NETO, 2012), e que para tanto lançam mão de propostas de bairros planejados, isolados do entorno, mas que se valem da propaganda de novas áreas urbanas.

Ao longo do eixo da avenida fica evidente o crescimento do setor comercial, que investe para suprir o aumento da demanda por serviços naquela área. A presença desses equipamentos tem colaborado para a intensificação do efeito de atração populacional e de valorização dos imóveis ali construídos.

O crescimento do setor comercial na área foi acompanhado do crescimento populacional, de acordo com os dados do censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010 a maioria dos bairros analisados apresenta taxas positivas de crescimento da população em relação ao ano 2000. O incremento populacional não foi acompanhado na mesma proporção pela provisão de infraestrutura na área, como fica claro ao compararmos as maiores taxas de crescimento populacional, apesentadas pelos bairros do Coqueiro, Parque Guajará e Tenoné (Tabela 1), em descompasso com a piora dos indicadores de infraestrutura.

Tabela 1 – Percentual de variação do crescimento populacional nos bairros

Bairro	População 2000	População 2010	Variação
Coqueiro	36.963	51.776	40,1%
Mangueirão	32.699	36.224	10,8%
Marambaia	62.370	66.708	7,0%
Parque Guajará	23.073	34.778	50,7%
Parque Verde	31.488	39.126	24,3%
Tapanã	51.917	66.669	28,4%
Tenoné	15.894	30.429	91,4%

Fonte: Censos do IBGE de 2000 e 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015.

As taxas de crescimento dos bairros apresentam variações de acordo com seus níveis de consolidação, as menores taxas são apresentadas por bairros como Mangueirão e Marambaia e podem ser justificadas pelo fato da ocupação dessas áreas ser mais antiga, do final da década de 1960. A ocupação progrediu de forma ascendente ao longo da avenida (sentido sul-norte), com o aumento das taxas de crescimento na medida em que os bairros se tornam mais distantes em relação ao centro.

Os bairros que apresentaram menores taxas de crescimento apresentam redução das áreas livres ou de interesse ambiental (Figura 10), em oposição, apesar das altas taxas de crescimento bairros como Coqueiro e Parque Guajará ainda dispõem de amplas áreas (Figura 11) definidas como áreas de Interesse Ambiental pelo PD-Belém, o que contribui para a diluição da densidade populacional relativa ao total da área do bairro. Contudo, houve redução de matas ciliares, áreas verdes e contaminação dos rios (MIRANDA, CARDOSO, 2016).



Figura 10 – Figura-fundo de parte do bairro Parque Verde, onde predominam os condomínios fechados e conjuntos habitacionais de acesso restrito. Nota-as a carência de áreas verdes. Elaboração: Thales Miranda, 2016.



Figura 11 – Figura-fundo de parte do bairro Coqueiro, nota-se a ocupação por grandes conjuntos habitacionais abertos, e a maior presença de áreas verdes entre as áreas ocupadas. Elaboração: Thales Miranda, 2016.

O crescimento populacional na área tem apresentado altas taxas, principalmente nos bairros mais afastados em relação ao centro, com destaque para o bairro do Tenoné, que teve uma taxa de crescimento populacional de 91,4% revelando a intensificação recente do processo de ocupação do bairro, porém de maneira mais dispersa, indicada pela pequena variação na densidade bruta do bairro (Gráfico 2).

De modo geral, a análise feita do intervalo de dez anos indica o aumento da densidade populacional e consequente intensificação do uso do solo, que teve grande contribuição a introdução de tipologias verticais. Porém, quando comparadas à área total dos bairros esse valor aparece diluído, devido ainda a existência de áreas de proteção ambiental ou áreas desocupadas.

00 May 1,009

Way 1,0

Gráfico 2 - Crescimento da densidade populacional bruta (hab./ha), por bairro, entre os anos de 2000 e 2010

Fonte: Censos do IBGE de 2000 e 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015.

A falta de disponibilidade de infraestrutura e saneamento ambiental é um dos principais problemas que atingem os moradores na área de expansão. A forma como se deu a ocupação, por muitas vezes não favoreceu a instalação prévia dos serviços de esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais. As diferentes formas de ocupação, juntamente com a descontinuidade dos assentamentos contribuíram para dificultar a instalação de infraestrutura devido ao encarecimento dos custos de implantação.

Abaixo os dados mostram o crescimento do número de domicílios com banheiro ligados à rede de coleta de esgoto (Gráfico 3) (que é feita por conexão direta com uso de filtro de fossa séptica e rede de drenagem de água pluviais) em todos os bairros ao longo dos últimos anos, porém, o percentual de domicílios que dispõem desse serviço em 2010 é de apenas 27,77% do total de domicílios dos bairros analisados, enquanto que em 2000 esse percentual era de 21,69%. Os demais domicílios são equipados com fossas sépticas ou outras alternativas para a destinação de dejetos. Nota-se que o bairro da Marambaia apresenta os melhores indicadores, enquanto Tenoné, Tapanã e Parque Guajará possuem os piores valores. Estes dados reiteram a lógica de distribuição de infraestrutura na área de expansão, onde quanto mais distante do centro piores são as condições de habitabilidade.

Country was a state of the stat

Gráfico 3 — Crescimento do número absoluto de domicílios com banheiro e ligado à rede de saneamento entre os anos de 2000 e 2010

Fonte: Censos do IBGE de 2000 e 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015.

Outro dado relevante é o percentual de domicílios abastecidos pela rede geral de água, que cresceu de 54,4% em 2000 para 61,76% em 2010. Mais uma vez a Marambaia se destaca pela maior cobertura do serviço nos domicílios do bairro, ao mesmo tempo em que os demais bairros apresentam certa homogeneidade dos valores. Vale destacar o crescimento do serviço nos bairros do Parque Guajará e Tenoné, que tiveram o atendimento da rede de abastecimento mais que quadruplicado nos últimos 10 anos (Gráfico 4). Este crescimento é provavelmente decorrente do aumento do número de empreendimentos habitacionais nestes bairros.

Gráfico 4 — Crescimento do número absoluto de domicílios com abastecimento de água proveniente da rede geral entre os anos de 2000 e 2010.

Fonte: Censos do IBGE de 2000 e 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015.

A renda é um outro fator que auxilia na compreensão do padrão de ocupação e a distribuição das classes sociais em relação ao eixo da Av. Augusto Montenegro, área onde ficam reservadas para as classes mais altas as melhores localizações em termos de acessibilidade. Assim como na Primeira Légua Patrimonial de Belém, as classes mais ricas tendem a estar localizadas ao longo dos principais eixos viários nos bairros do centro da cidade, que estão em áreas menos propensas a alagamentos. O mesmo ocorre na área de expansão, com a espacialização das informações de renda da população da porção continental de Belém (Figura 12), as maiores rendas encontradas nas áreas ficam imediatamente ligadas à rodovia, que são as áreas de cotas mais elevadas e coincidem com a localização de condomínios de luxo e conjuntos habitacionais consolidados.

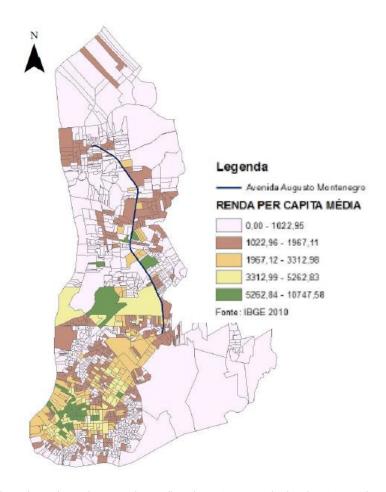


Figura 12 - Distribuição dos valores de renda per capita média pelos setores censitários da parte continental de Belém. Em destaque (em azul) o eixo da Av. Augusto Montenegro, que mostra a proximidade com as maiores rendas na área de expansão. Fonte: Censo IBGE 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015

Na medida em que os setores censitários se afastam do eixo da rodovia nota-se a queda da renda, ao mesmo tempo a qualidade urbanística dos padrões de ocupação diminui consideravelmente. Em áreas mais afastadas em relação ao eixo viário estão localizados, predominantemente, loteamentos irregulares e ocupações, estas áreas possuem menor integração com o eixo principal devido a dificuldade de acesso do transporte público e conectividade do tipo de malha urbana que é semelhante ao modelo "espinha de peixe".

O levantamento das informações sobre a infraestrutura disponível na área de expansão contribui para a formação de uma perspectiva sobre a ocupação da área, que ajuda a compreender as condições que se impõe como obstáculos à ocupação, mas que conseguem ser transpostos de acordo com as possibilidades e estratégias dos ocupantes. Outro fator que distingue os diferentes setores ocupados são as condições

de acessibilidade, que podem ser descritas através do mapeamento axial da área em questão.

O trabalho desenvolvido por Guimarães (2013) produziu o mapa axial, de integração global e local para a Região Metropolitana de Belém, mostrando a clara importância da Av. Augusto Montenegro, tanto no contexto metropolitano, quanto no contexto local da área de expansão. A Av. Augusto Montenegro se configura como integrante do núcleo integrador da RMB<sup>10</sup>, e que a partir deste eixo são irradiadas as demais vias de diversos portes, para acessar as localidades mais afastadas deste tronco central.

O crescimento da cidade e direção ao distrito de Icoaraci criou duas dinâmicas de acessibilidade bem distintas, e características do seu tipo de ocupação, A primeira é característica do centro metropolitano, ou centro histórico de Belém, delimitado pela Primeira Légua Patrimonial e que apresenta os bons indicadores de conectividades, que representam maiores possibilidade de deslocamento e capacidade de acessibilidades, uma vez que existem mais chances para a conexão com vias periféricas (GUIMARÃES, 2013).

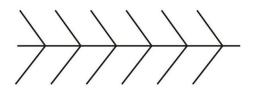
Em oposição à configuração mais articulado da 1LP, o desenvolvimento da área de expansão e a atração de empreendimentos e novas possibilidades de uso do solo naquela região, favoreceram o desenvolvimento da ocupação autossegregadas, dificultando a criação de novas conexões que pudessem articular as diferentes unidades espaciais (LIMA *et all*, 2014).

Quanto maior o número de conexões da malha urbana, maiores são as chances destas áreas concentrarem os maiores fluxos de pessoas que se locomovem, ou seja, no caso de Belém, quanto mais integrado é o sistema viário mais próximo se chega ao núcleo integrador do sistema global, o *core*. A forma que predomina na área de influência da Av. Augusto Montenegro é a estrutura em "espinha de peixe" (Figura 13 e Figura 14). Esse

\_

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> O núcleo integrador da RMB é o local para onde convergem e/ou concentram a confluência e a intersecção de outros espaços formadores de um centro maior de alcance metropolitanos, capaz de integrar espaços que já possuíam caráter de centralidade, neste caso as intersecções da Av. Augusto Montenegro, que está conectada ao sistema de transporte e mobilidade metropolitano (LIMA, 2014)

tipo de malha é caracterizado por ser um sistema aberto, que permite maiores taxas de ocupação, e redução da área ocupada pelo sistema viário, ao mesmo tempo em dificulta e encarece o transporte entre pontos mais afastados, impondo ao pedestre trajetos maiores, além de dificultar o processo de codificação do espaço (MASCARÓ, 2005).



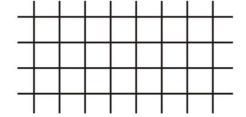


Figura 13 – Malha urbana do tipo espinha de Peixe. Este modelo é semelhante à forma da malha urbana na área de expansão Fonte: Mascaró, 2005.

Figura 14 – Malha urbana fechada ortogonal, tipo de malha característico do plano de alimento da Primeira Légua Patrimonial. Fonte: Macaró, 2005

A existência de diferentes níveis de acessibilidade permite que sejam criados espaços de transição entre as áreas menos integradas e o núcleo integrador, que são chamados de subcentros. Esta categoria incorpora as unidades espaciais que se conectam ao núcleo integrador, mas também representam sistemas secundários do sistema. Segundo Guimarães (2013), o subcentro é representado pela Av. Augusto Montenegro, onde se destacam áreas mais dinâmicas como os conjuntos habitacionais, que dispõem de maior organização e articulação viária, além de outros condomínios que se localizam ao longo do eixo da avenida (Figura 15).

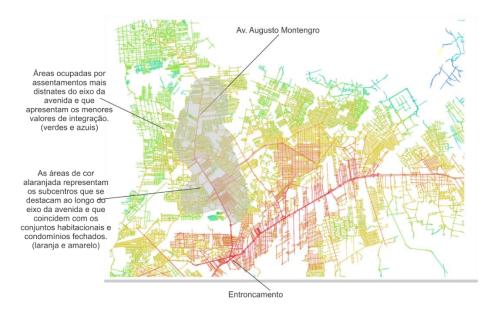


Figura 15 – Mapa axial de integração global na RMB. Fonte: Guimarães, 2013. Adaptação: Renata Durans, 2015.

As centralidades são definidas, neste caso, de acordo com a análise sintática do sistema de espaços públicos metropolitano. Nesse contexto a área sob influência da Av. Augusto Montenegro encontra-se localizada próxima ao núcleo integrador, e desempenha uma importante função de conexão entre os municípios da RMB. A progressiva adição de novos formas de ocupação induzem a formação de novos subcentros, e são estes lugares onde hoje se concentra a implantação de novos empreendimentos comerciais e habitacionais (GUIMARÃES, 2013).

De acordo com os estudos de Guimarães (2013) fica clara a importância dos subcentros, que devido ao aumento e diversificação das atividades comerciais, se apresentam como as áreas mais vivas dentro do contexto da área de expansão, demonstrando a importância de estruturas robustas como são os conjuntos habitacionais construídos durante as décadas de 1970 e 1980.

Outra importante informação que pode ser extraída dos estudos sintáticos da área de expansão é a comprovação de quanto mais se afasta do eixo estruturante da avenida, pior se tornam as condições de acesso. Na medida em que se distancia do eixo da avenida, o nível da renda da população também tende a diminuir, implicando na existência de assentamentos que não dispões de infraestrutura ambiental básica, salvo os casos onde condomínios fechados buscam localizações alternativas ao principal corredor viário.

A existência de grandes áreas desocupadas e de assentamentos que não se conectam com o entorno contribui para a redução dos valores de integração, fato que denota também a restrição das possibilidades de apropriação do espaço público pelo pedestre (RELATÓRIO, 2014). O quadro 1 apresenta as características de ocupação por bairro na área de estudo.

Quadro 2 – Síntese das características predominantes dos bairros

Bairro	Característica de ocupação
Marambaia	<ul> <li>Avançado estado de consolidação</li> <li>Próximo da área da 1ª LP</li> <li>Local da construção do conjunto habitacional pioneiro na área</li> </ul>
Mangueirão	<ul> <li>Concentração de terrenos de instituições militares e equipamentos públicos como o estádio estadual Edgar Proença, Planetário estadual e o Departamento de Transito do Pará – DETRAN</li> <li>Predominância das formas dos conjuntos habitacionais e loteamentos</li> </ul>
Parque Verde	<ul> <li>Grande destaque econômico, pois é a principal área de instalação de novos empreendimentos comerciais como shopping center, rede de fast-food internacional, supermercados, escolas.</li> <li>Concentra o maior número de empreendimentos habitacionais de luxo e condomínios verticais</li> </ul>
Coqueiro	<ul> <li>Apresenta formas de ocupação bastante heterogêneas (conjuntos habitacionais, loteamentos e ocupações irregulares)</li> <li>Possui uma importante conexão com o leito do rio Maguari, e conserva uma importante faixa de área verde que é utilizada como área de lazer.</li> </ul>
Tapanã	<ul> <li>Possui características heterogêneas quanto as formas de ocupação e grande variedade de tamanhos de grão de quadra, onde existem grandes miolos de quadra, com relativa arborização, e loteamentos densamente ocupados.</li> <li>Importante conexão com a área portuária dessa região, localizada ao longo da Rod. Arthur Bernardes, onde se encontram empresas e portos para transporte de carga.</li> </ul>
Parque Guajará	<ul> <li>Possui uma importante faixa de vegetação que faz parte Zona Especial Interesse Ambiental, de acordo com Plano diretor de Belém de 2008 (Belém, 2008).</li> <li>São encontrados grandes terrenos de clubes e empresas, e instituições públicas.</li> </ul>
Tenoné	<ul> <li>Possui também uma expressiva área de interesse ambiental, a Orla do Maguari, ao mesmo tempo em que abriga grandes loteamentos, pequenos conjuntos habitacionais e o mais alto empreendimento habitacional construído na área até os dias atuais.</li> </ul>

# 3.1 – Tipologias Habitacionais

A caracterização da área de expansão, através de sua morfologia, dados estatísticos e evolução histórica evidenciam a heterogeneidade dos padrões socioespaciais que a compõem.

Os diferentes padrões de assentamento ao longo da área de expansão são o reflexo de uma lógica segregacionista, que deu forma as estratégias dos agentes produtores da cidade ao longo dos diferentes contextos políticos que condicionaram a ocupação ao longo da Av. Augusto Montenegro.

A análise dos tipos de parcelamento permite determinar limites entre diferentes traçados urbanos, que não são visíveis normalmente pelo caminhar nas ruas, mas que ficam evidentes pela observação da organização dos lotes, conforme método sugerido por Panerai (2006). É possível analisar os espaços públicos e privados existentes no tecido urbano através da análise dos elementos morfológicos que compõem a cidade. Sem recorrer a uma análise exaustiva esta pesquisa assume as tipologias habitacionais como unidade de investigação, as tipologias foram definidas a partir de sua configuração e do seu processo de produção.

As diversas manifestações das tipologias correspondem a frações da divisão social do trabalho e a formas de ocupação que cumprem determinadas funções dentro da dinâmica econômica local, que se mostram articuladas tanto à ordem econômica mundial (espaços de luxo) e à divisão territorial do trabalho (formal, informal), uma vez que se conectam a processos característicos dos circuitos superior e inferior da economia de países periféricos (SANTOS, 1978). As tipologias ligadas ao circuito superior são cada vez mais produzidas por grandes empresas, de capital aberto e grande capacidade de alavancagem de recursos, completamente incorporadas ao atual estágio de financeirização do mercado imobiliário (VENTURA NETO, 2012), enquanto as tipologias ligadas ao circuito inferior dependem da auto-produção, e contam com algum grau de informalidade e/ou ilegalidade, mas atendem as necessidades socioeconômicas das classes mais pobres.

No decorrer do processo histórico de produção da "Nova Belém" três padrões de ocupação são predominantes: os conjuntos habitacionais, os condomínios fechados e os loteamentos. Cada um dos três grupos foi assumido como uma tipologia habitacional, características de formação semelhantes, levando em consideração o mecanismo de sua produção e morfologia de implantação.

Abaixo as tipologias identificadas estão distribuídas na área de estudo ao longo da Av. Augusto Montenegro (Figura 16). Na primeira etapa do trabalho empírico buscou-se identificar as ocupações nos bairros escolhidos de acordo com as três tipologias principais. Através de visitas ao local, análise de imagens de satélite e da utilização da ferramenta virtual "Google Earth", foi possível a verificação de áreas onde era maior a dificuldade de acesso. A partir das observações feitas foram identificadas variações dentre as três tipologias.

Dentre as principais variações das tipologias, foram destacadas: forma de acesso (aberto ou fechado), tipo de implantação (horizontal até dois pavimentos e vertical a partir de 3 pavimentos), número de pavimentos dos empreendimentos verticais e a forma do traçado viário dos loteamentos, que podem apresentar formas geométricas presentes nos assentamentos regulares, ou formas orgânicas características de assentamentos precários.

Os resultados obtidos através da aplicação dos critérios (tipo de implantação, infraestrutura, qualidade habitacional e renda) de definição das tipologias habitacionais, permitiu uma nova perspectiva de análise sobre os efeitos da segregação socioespacial e da fragmentação do espaço urbano, característicos da área de expansão de Belém. Essas informações colaboram para a compreensão da condição de espaço fragmentado e permitem compreender alguns aspectos físicos que ficam latentes sob o discurso midiático.

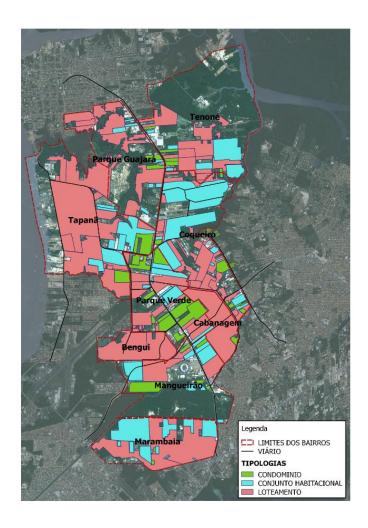
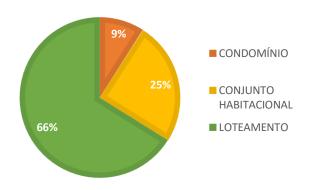


Figura 16 - Ilustração com a localização dos assentamentos que caraterizados de acordo com a classificação proposta de conjuntos habitacionais, condomínios e loteamentos. Fonte: Imagem SPOT, 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015.

Ao analisar o percentual da área dos nove bairros estudados, filtradas pelas tipologias tornou-se evidente a predominância da área ocupada por loteamentos (66%) (Gráfico 5), sejam eles loteamentos irregulares, ocupações graduais ou fruto de processo de ocupação de terrenos desocupados, seguidos pelos conjuntos habitacionais, que ocupam 25% da área. Em contrapartida apenas 9% do total dessa área é ocupada por condomínios fechados, ou seja, apenas essa parcela da área de estudo é fisicamente isolada do entorno por muros. Esse percentual reduzido revela a disparidade entre a realidade e a propaganda que é veiculada pelo mercado imobiliário de uma "Nova Belém", que passa a impressão de que a área de expansão é predominantemente ocupada pelos chamados "bairros planejados".

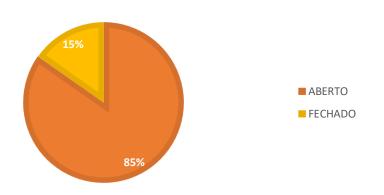
Gráfico 5 - Percentual da área definida pelos bairros analisados ocupada por cada tipologia habitacional



Fonte: Base de informações levantada durante o trabalho de campo. Elaboração: Renata Durans, 2015

De forma mais abrangente, se considerarmos as tipologias apenas quanto à forma de acesso (Gráfico 6 - Percentual da área edificada ocupada por tipologias de acordo com a forma de acesso.) Se aberto ou fechado, englobando todas as tipologias habitacionais, fica evidente o "livre acesso" à 85% da área que foi delimitada como objeto de estudo, ou seja, apesar dos processos de segregação e fragmentação socioespacial, existem potencialidades camufladas na área de expansão, que podem viabilizar o resgate do caráter de coletividade da cidade, que hoje se desenvolveu sob o paradigma do isolamento.

Gráfico 6 - Percentual da área edificada ocupada por tipologias de acordo com a forma de acesso.



Fonte: Base de informações levantada durante o trabalho de campo. Elaboração: Renata Durans, 2015

O processo de ocupação das tipologias foi assumido como objeto de investigações, assim como as características físicas (configuração), conforme detalhado nos próximos itens:

### 3.1.1 - Conjunto Habitacional

Em sua dissertação Petrella (2009) destaca o caráter estratégico dos conjuntos como executores da política social e econômica do período desenvolvimentista. Através da ação integrada entre Estado, construtores, financiadores, fornecedores, proprietários fundiários e trabalhadores, a execução dos conjuntos era responsável por absorver mão de obras, gerar uma nova frente de expansão na cidade, valorizando assim o mercado imobiliário com a geração de novos usos e valores distantes do centro.

Os grandes conjuntos habitacionais foram uma marca da atuação estatal em parceria com a iniciativa privada. A COHAB-Pa teve papel fundamental na ocupação da área de expansão de Belém, atuando como promotor público adquirindo terras a custos menores do que os praticados na 1ª légua, contratando empresas, implantando infraestrutura, viabilizando à União a implantação e consolidação da política habitacional do governo e aos proprietários de terras e construtores civis um aquecimento sem precedentes de suas oportunidades comerciais (VAN DIJK e FIGUEIREDO, 1997).

A implantação dos conjuntos habitacionais na área de expansão de Belém foi uma grande oportunidade para a elaboração de um marco regulatório para a área de expansão metropolitana, que estimulam a integração entre os núcleos urbanos e regular as futuras ocupações, garantindo a qualidade urbanística e ambiental nesse espaço e oferecendo subsídios para a promoção da função social da cidade. Mas não foi o que aconteceu. Como já dito anteriormente, a legislação que incidia sobre os terrenos na área de expansão, até então, era insuficiente para garantir coesão e possibilitou a ocupação desordenada.

O projeto dos conjuntos tinha como diretriz possibilitar a posterior integração com o seu entorno através de conexões viárias e a do uso comum de equipamentos públicos e mobiliários urbanos. A produção em massa resultou em casas de baixa qualidade arquitetônica (LIMA, 2002).

A disponibilidade de grandes terrenos, decorrentes do parcelamento das grandes fazendas do passado, viabilizaram implantação desses projetos. Porém a localização

relativa desses empreendimentos habitacionais penalizava a população da região que dependia do acesso ao centro da cidade, uma vez que até a década de 2000, predominou a carência de espaços públicos, de equipamentos, condições de abastecimento e de serviços particularmente para a população de mobilidade mais reduzida (que não dispunha de automóvel). A política de implantação de moradia em terras de baixo custo impôs à população décadas de dificuldades de deslocamento e reprodução cotidiana da vida.

A COHAB-Pa era o principal agente promotor da construção dos conjuntos habitacionais, porém em escala reduzidas, houve a organização de cooperativas que participaram da produção dessa tipologia, através do pleito direto por financiamento junto ao BNH e da contratação de empresas construtoras (VAN DIJK e FIGUEIREDO, 1997).

Foram identificados como conjuntos habitacionais os empreendimentos de iniciativa pública ou privada, que apresentam as seguintes características: traçado viário regular geométrico, com lotes de tamanho regular, sistema de drenagem de águas pluviais, área reservada para utilização pública, integrado ao sistema viário do entorno, sem restrição de acesso, destinado à habitação popular, ou proveniente de remanejamentos ou do quadro de funcionários públicos (Figura 17).

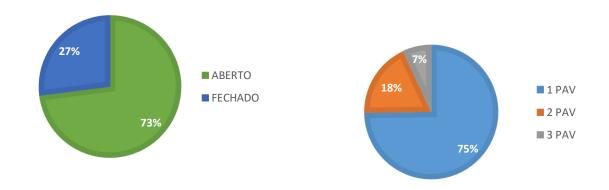
Com a extinção do BNH e o desmantelamento da política habitacional nacional de interesse social, um novo mercado foi criado para a iniciativa privada, que viu nesse tipo de produção uma alternativa para absorver a demanda solvável da classe média e se capitalizar durante o período de crise.

Os conjuntos residenciais populares, produzidos pelo setor público por meio da COHAB-Pa durante o final da década de 1980 e início dos anos 1990, ou pelo setor privado, em blocos verticais de até quatro pavimentos (Figura 18) (Gráfico 8) também foram definidos como conjuntos habitacionais (Figura 20 e Figura 21). Estes conjuntos ocupam áreas menores em relação ao modelo horizontal, não são integrados ao sistema viário público, são separados por muros do seu entorno, tem o acesso controlado, programa de necessidades "enxuto" e pequenas áreas condominiais.

A tipologia de conjunto habitacional vertical introduzida na área de expansão no final da década de 1980 representou um novo elemento para contribuir coma fragmentação do espaço urbano na área de análise. Foi verificado que essa tipologia de conjunto habitacional com acesso restrito, que foram construídos dentro da lógica dos condomínios, apartados do seu entorno, atualmente tomam 27% da área que é ocupada pela tipologia dos conjuntos habitacionais (Gráfico 7). Enquanto os outros 73% são ocupados pelo tradicionais conjuntos abertos que demonstra a representatividade dessa tipologia na composição do espaço e a possibilidade de ampliar a integração local.

Gráfico 7 - Percentual da área de estudo ocupada por conjuntos habitacionais de acordo com a forma de acesso.

Gráfico 8 - Percentual da área de estudo ocupada por conjuntos habitacionais de acordo com o número de pavimentos.



Estão também incluídos nessa categoria conjuntos que foram construídos dentro dos padrões acima descritos e que passaram por processo de ocupação irregular, como por exemplo o Conjunto Jardim Sevilha, ocupado pelo movimento social em 1994 (Figura 19).



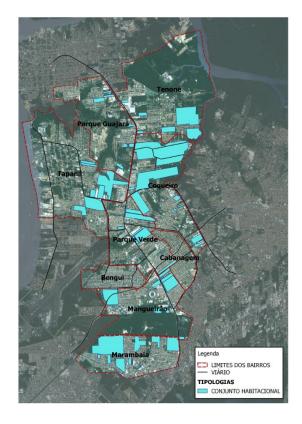
Figura 17 - Em realce vermelho aparece o conjunto habitacional Nova Marambaia, no bairro Marambaia. Notar a regularidade no traçado do conjunto. Fonte: Google Earth, 2015.

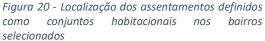


Figura 18 - Conjunto habitacional Ulisses Guimarães, localizado no bairro Marambaia. Fonte: <a href="http://meiadoisnove.blogspot.com.br/">http://meiadoisnove.blogspot.com.br/</a>. Acessado em 16/09/2015.



Figura 19 - Entrada do Conjunto habitacional Jardim Sevilha. Fonte: Renata Durans, 2015





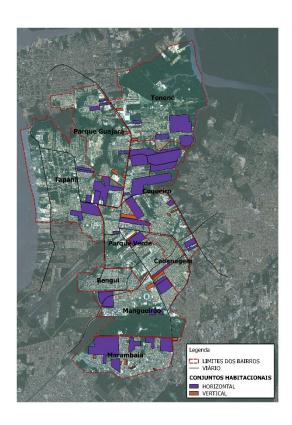


Figura 21 - Espacialização das áreas ocupadas por conjuntos habitacionais de acordo com a forma de implantação Elaboração: Renata Durans, 2015

## 3.1.2 – Condomínios fechados

Os condomínios fechados surgem na área de expansão como alternativa à crise do final dos 1980, como produção da iniciativa privada. Durante os anos de atuação da COHAB-PA, juntamente com o BNH as empresas da construção civil viveram um período áureo, de grande prosperidade devido às contínuas obras de grande porte.

Os recursos financeiros obtidos durante esse período possibilitaram que a iniciativa privada investisse no segmento da habitação de luxo. A implantação dos condomínios foi favorecida pela implantação prévia de infraestrutura proveniente dos conjuntos habitacionais que haviam sido construídos nas proximidades. Os terrenos selecionados para este tipo de empreendimento contavam com boa localização, lindeiros à avenida. Segundo Lima (2002) outro fator concorrente para o surgimento dessa tipologia, foi a demanda das classes mais altas por alternativas de moradia fora do centro tradicional, já atingido pelo processo de verticalização.

No primeiro momento de criação dos condomínios fechados de luxo nas imediações da avenida eram marcantes as seguintes característica: rigoroso sistema de controle de acesso, programa de necessidade complexo, oferta de grandes lotes unifamiliares e tratamento urbanístico.

Após a total paralisação dos financiamentos pelo FGTS entre os anos de 1991 e 1995, durante o governo Collor houve o desenvolvimento de políticas habitacionais a nível estadual e municipal, buscando recursos variados, e explorando formas alternativas de produção valorizando a heterogeneidade, processos participativos e de autogestão, representando um modelo oposto ao desenvolvido pelo BNH (BONDUKI, 2008).

Programas como o Arrendamento Residencial - PAR e PRÓ-CRED, estimularam a produção de conjuntos habitacionais na década de 1990 na área de expansão de Belém, despertando o interesse da iniciativa privada em adquirir terrenos na área para a produção de empreendimentos voltados para classes de maior renda.

A priorização da produção habitacional para as classes mais ricas da sociedade deixa de atender o público responsável pela maior parte do déficit habitacional, correspondente à população que possui renda inferior a cinco salários mínimos, o que representa 90% do déficit brasileiro (FERREIRA, 2012).

Com o lançamento do Programa Federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que lançou uma vultosa quantidade de crédito no mercado, disponível para a construção 1 milhão de casas englobando tanto o atendimento do segmento com renda abaixo de três salários mínimos, quanto famílias com renda intermediária (até 10 s.m.), o chamado "segmento econômico" (FERREIRA, 2012). Daí provém a principal alteração da paisagem contemporânea das tipologias implantadas na Rod. Augusto Montenegro, e que tais empreendimentos não são voltados para as classes mais baixas, e sim para a classe médica, capaz de arcar com as despesas deste novo produto do mercado imobiliário.

Devido o "boom" imobiliário provocado pelo lançamento dos pacotes econômicos, a cidade de Belém experimentou uma invasão de incorporadoras de capital aberto, associadas às empresas locais, com o objetivo de se apropriar do conhecimento do

mercado imobiliário local e se aproximar do mercado consumidor, relação que é bem explicada por Ventura Neto (2012).

Aproveitando-se das condições naturais, institucionais e econômicas, o mercado imobiliário percebeu o potencial da área de expansão para a especulação imobiliária e o adensado do uso do solo através da verticalização. Seguindo este padrão vertical foram contabilizados doze empreendimentos em execução, que juntos somam 8.644 unidades habitacionais, segundo levantamento realizado na Secretaria de Urbanismo do município de Belém, órgão responsável pelo controle de obras. As unidades oferecidas possuem área útil por unidade que varia entre 44 e 115m².

Os condomínios são caracterizados principalmente pelo isolamento em relação ao entorno, que é feito através de muros e sistemas de segurança que incluem cercas elétricas ou de arame farpado e rígido controle de acesso. Essa tipologia é caracterizada como maior instrumento da fragmentação do espaço urbano (LAGO, 2002; SPOSITO e GOES, 2013; CHETRY, 2014), devido a desarticulação que geram na malha urbana, comprometendo a integração e legibilidade da cidade enquanto um conjunto contínuo e homogêneo (Figura 22). Dessa maneira, a cidade se constituiu como campo de batalha entre os modos de apropriação do solo urbano e posse da propriedade privada.



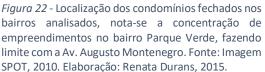


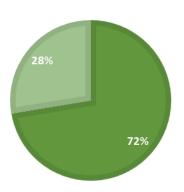


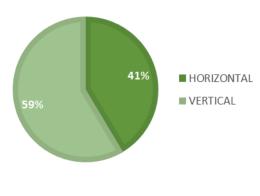
Figura 23 - Ilustração mostrando a distribuição dos condomínios de acordo com a forma de implantação, horizontal ou vertical nos bairros selecionados. Fonte: Imagem Spot, 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015.

Assim como os conjuntos habitacionais, a tipologia pode ser dividida entre empreendimentos horizontais e verticais (Figura 23), porém os condomínios podem ultrapassar em muito o gabarito dos conjuntos. Ao quantificar o total da área de estudo que é ocupada por condomínios fechados, foi revelado que apenas 28% do total da área dos bairros é ocupada por condomínios fechados verticais, enquanto 72% é ocupada pelos condomínios fechados horizontais (Gráfico 9). O lançamento de condomínios horizontais tem se tornado cada vez mais rara na área de expansão, devido a redução da disponibilidade de terrenos.

Gráfico 9 - Percentual de área ocupada pelos condomínios segundo a sua implantação em relação ao total da área dos bairros analisados.

Gráfico 10 - Relação entre as áreas ocupadas por condomínios horizontais ou verticais nos bairros analisados





Elaboração: Renata Durans, 2015

Elaboração: Renata Durans, 2015

Uma demonstração no nível de compactação e da proliferação da produção dos condomínios verticais na área de expansão é o gráfico (Gráfico 10), que mostra a quantidade (em porcentagem) de empreendimentos classificados como condomínios verticais (59%), em relação a quantidade de condomínios horizontais (41%). Apesar de os condomínios horizontais ocuparem maior área em relação aos condomínios verticais, estes têm sido rapidamente suplantados pelos últimos.

Os condomínios horizontais representam uma forma de ocupação da área de expansão, que remete ao início dos anos 1990, com a inauguração do Condomínio Greenville (Figura 24), com grandes lotes destinados à construção de casas de luxo, equipado com grande área de lazer condominial, contando com salão de festas, piscinas, quadras de esporte e pontos comerciais para utilização exclusiva dos moradores.



Figura 24 - Em realce vermelho área ocupada pelo condomínio Greenville, localizado no bairro Parque Verde. Fonte: Google Earth, 2015.

Já os condomínios fechados verticais, contam com edificações de 4 a 15 pavimentos (descontando o pavimento térreo). Estas modalidades de empreendimentos disseminaram na área de expansão um novo padrão de ocupação, baseado no adensamento do solo e na oferta das facilidades dos "bairros planejados", direcionados para a faixa de renda mais alta.

Os condomínios voltados para tal público oferecem variedade no tamanho das unidades, com apartamentos a partir de 50m² até unidades duplex. Vale salientar que nos casos onde os condomínios são compostos com edificações de até quatro pavimentos (Figura 25 - Ilustração da implantação do condomínio Parque Jardins, localizado no bairro Parque Verde. Fonte: http://www.cyrela.com.br. Acessado em 16/09/2015

e Figura 26 - *Prédios em construção no condomínio Parque Jardins, nota-se o processo de verticalização e de intensificação de uso do solo diferente dos padrões anteriores. Fonte: http://www.cyrela.com.br/. Acessado em 16/09/2015*), como é o caso do condomínio Parque Jardins, localizado no bairro Parque Verde, existem quadras de esportes, piscinas, área de churrasqueira, tratamento paisagístico e ampla área de estacionamento. O público alvo são famílias que recebem menos de 6 salários mínimos, com unidades habitacionais de tamanho reduzido (até 44m²), semelhante à produção da COHAB durante a década dos anos 1990.

Uma importante constatação na modificação do padrão de relação entre as áreas privativas e comuns nesses novos empreendimentos é evidenciada pelo autor (VENTURA NETO, 2012). Progressivamente nota-se o aumento considerável das áreas comuns, crescendo de 2% em 1990, para 18% em meados dos anos 2000. Ao mesmo tempo em que a área condominial cresce, acontece a compactação das áreas privativas, fenômeno que pode ser constatado através das propagandas publicitárias destes empreendimentos (Figura 25), destacando mais as "opções de lazer" do que a própria unidade habitacional (VENTURA NETO, 2012).

#### Imóvel Jardim de Provence



Figura 25 - Ilustração da implantação do condomínio Parque Jardins, localizado no bairro Parque Verde. Fonte: http://www.cyrela.com.br. Acessado em 16/09/2015



Figura 26 - Prédios em construção no condomínio Parque Jardins, nota-se o processo de verticalização e de intensificação de uso do solo diferente dos padrões anteriores. Fonte: <a href="http://www.cyrela.com.br/">http://www.cyrela.com.br/</a>. Acessado em 16/09/2015

A tipologia dos condomínios fechados tem outra importante característica, a localização. Os projetos tendem a estar localizados ao longo do eixo da Av. Augusto

Montenegro), com a intenção de se beneficiar pelas recentes melhorias na oferta de serviços. Outras alternativas podem ser encontradas ao longo das vias secundárias, como a Estrada da Yamada e a Rod. Mário Covas, que conecta Belém à Ananindeua.



Figura 27 - Ilustração da vista frontal do condomínio Bela Vida, localizado no bairro Tapanã. Fonte: http://www.pdg.com.br/. Acessado em: 16/09/2015



Figura 28 - Ilustração da implantação do condomínio Bela Vida. Fonte: http://www.pdg.com.br. Acessado em: 16/09/2015



Figura 29 - Imagem ilustrativa promocional da área de lazer do empreendimento Verano Residencial Club. Fonte:www.direcional.com.br

## 3.1.3 – Loteamentos irregulares

Após a desestruturação da política habitacional nacional em meados da década de 1980, a população mais pobre ficou desamparada quanto à produção habitacional para fins populares ou de baixa renda. Dessa maneira proliferam-se os assentamentos espontâneos e os loteamentos informais na área de expansão, principalmente nos interstícios dos conjuntos habitacionais, devido a expectativa da ampliação da infraestrutura disponível nos conjuntos.

Segundo o relatório final do Diagnóstico Habitacional de Belém de 2008, Belém era o município brasileiro com o terceiro maior índice de habitações precárias, apresentando o percentual de 49,69% de seus domicílios classificados como assentamentos precários, ficando atrás apenas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (PMB/IAGUA, 2012). O parcelamento e ocupação do solo oriundo de processos irregulares, que não fazem a aplicação dos parâmetros estipulados na legislação específica, apresentam irregularidades na edificação quanto as dimensões e condições de conforto ambiental e salubridade. (BUENO, 2010).

A produção deste tipo de parcelamento está ligada à fatores como a busca pela redução de custo com a habitação, localizações privilegiadas em relação à possibilidade de redução de gastos com transporte e a perspectiva de melhora dos serviços urbanos.

Cardoso (2007) ressalta que, os assentamentos informais ou precários são muito mais a expressão da omissão do Estado perante a demanda social da população pobre, do que a manifestação da sua liberdade.

Ao longo do processo de ocupação da área de expansão a população das classes mais baixas foi muito penalizada pelas precárias condições de vida na área, a dificuldade de acesso continua sendo um dos maiores problemas, devido à dificuldade de articulação viária das áreas intrabairro, que são servidas por poucas linhas de transporte público, e todo o fluxo de escoamento do transporte destinado a Av. Augusto Montenegro, gerando grandes congestionamentos para toda a população. Por isso existe uma grande disputa pelos terrenos lindeiros à avenida e que estão ocupados irregularmente.

Os loteamentos que se estabeleceram na área de expansão não são apenas ocupações informais, também foram amplamente disseminados os loteamentos particulares, produtos da iniciativa privada particular de promover pequenos projetos de loteamento em antigas propriedades rurais. Estes loteamentos em sua maioria apresentam algum tipo de irregularidade seja no trâmite legal do projeto de loteamento urbano, ou na forma da ocupação devido às modificações feitas pelos moradores, invasões posteriores, ou mesmo por terem passado por um processo de ocupação sem parcelamento prévio dos lotes, caso recorrente em áreas próximas a áreas de interesse ambiental ( *Figura 30*, *Figura 31* e *Figura 32*).



Figura 30 – Área de ocupação irregular devido a invasão do Conjunto Residencial Tapajós, no bairro Parque Guajará. Nota-se a diferença entre o conjunto com quadras regulares, e a ocupação posterior que se orienta a partir do traçado do conjunto e leito natural de um canal. Fonte: Google Earth, 2016. Acessado em 08/08/2016.



Figura 31 — Área de ocupação no bairro do Tapanã. O acesso ao loteamento é feito pela entrada do conjunto Bosque Araguaia. A ocupação está localizada próxima à uma área de interesse ambiental. Fonte: Google Earth, 2016. Acessado em 08/08/2016



Figura 32 - Área de loteamento realizado sobre terreno de antiga pedreira. Apesar de haver o projeto do lotemaneto a sua situação é irregular, com vários problemas de regularização fundiária. Fonte: GoogleEarth, 2016

Ao verificar a existência de diferentes formas de loteamentos informais fica evidente a relação entre os fatores localização, forma e renda. Na medida em que se afasta da área de influência da avenida os loteamentos encontrados tendem a apresentar piores condições de acessibilidade e maior precariedade nas condições de infraestrutura (*Figura 30*), em comparação com loteamentos mais centrais.

Uma das formas de análise desses assentamentos foi identificar o tipo de traçado. Na medida em que o traçado se apresenta mais regular, e por consequência o tamanho dos lotes também é mais padronizado, verifica-se maior nível de integração viária entre os loteamentos e o entorno. Portanto, os loteamentos encontrados próximos à avenida dispõem de mais facilidade de acesso ao transporte público e de possível instalação de infraestrutura. Este quadro de integração com o entorno se modifica na medida em que cada vez mais podem ser encontrados loteamentos fechados, funcionando como condomínios fechados, porém sem a mesma infraestrutura.

Na área dos bairros que foram pesquisados, foi possível identificar áreas ocupadas por loteamentos fechados. As iniciativas de autossegregação destes moradores parte de uma organização coletiva, que busca ter maior controle e segurança na sua área, como ficou evidente nas entrevistas realizadas com os moradores. Apesar de ser numericamente ainda inexpressivo o percentual de loteamentos com acesso restrito, a existência dos casos pode apontar para uma tendência da forma de ocupação de áreas periféricas.

Outra importante relação é entre a regularidade do traçado do loteamento e a diversificação das classes sociais presentes. Quanto menos regular é o traçado do parcelamento, menor é variedade de classes sociais presentes na área. Fato que pode ser percebido através dos diferentes tipos de edificações encontrados nessas áreas (Figura 32). Os loteamentos com traçado irregular ainda ocupam a maior parte da área ocupada por esta tipologia, indicando a forte desarticulação entre diferentes espaços que se localizam na área de influência da avenida (Gráfico 12).

Gráfico 11 - Percentual da área de estudo ocupada por loteamentos de acordo com a forma de acesso.

Gráfico 12 - Percentual da área ocupada por loteamentos de acordo com o tipo de traçado.



Nessas áreas também pode ser encontrada grande variedade de classes sociais, mas que seguem a lógica de valorização dos terrenos na medida em que se aproximam da avenida, indicando também o aumento da renda dos moradores e consequentemente a melhoria no padrão habitacional e aumento do tamanho dos lotes.

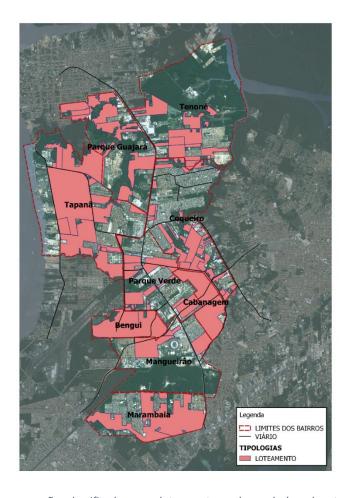


Figura 33 - Localização das ocupações classificadas como loteamentos ao longo da área de estudo. Fonte: Imagem SPOT, 2010. Elaboração: Renata Durans, 2015.

A diversificação das formas dos loteamentos encontrados na área dificulta a criação de padrões de ocupação, haja vista que devido à amplitude da área podem ser encontradas as mais diferentes condições físicas e ambientais onde estes assentamentos irão se instalar. Portanto para efeito de pesquisa foi necessário criar uma espécie de generalização dos loteamentos, onde os fatores que diferenciam as três categorias criadas são as condições da infraestrutura, localização em relação à Av. Augusto Montenegro, tipo de traçado viário e o padrão habitacional de cada localidade que foi visitada.

# 3.2 – Segregação, fragmentação e as dimensões da ocupação da Área de expansão

A fragmentação espacial se apresenta como resultado físico do processo de diferenciação espacial de classes sociais, que imprimem no espaço onde se instalam as suas diferentes condições, contexto social e econômico, etc. Ao mesmo tempo em que a fragmentação gera a desarticulação entre as partes que compõe o espaço urbano, ela também pressupõe a

articulação de tais partes, de modo a promover a coexistência e sustentabilidade desse sistema (CORREA, 2016).

A identificação das tipologias habitacionais encontradas na área de expansão de Belém mostrou que mesmo quando as características gerais da ocupação são similares, ainda existe uma série de particularidades de cada tipo de assentamento que revela diferentes formas de uso e apropriação do espaço público local, e também demonstra a influência da forma urbana construída no modo de vida de cada morador, pois permite diferentes arranjos e formas de interação com o espaço público.

### 3.2.1 – Apropriação do espaço público em casa uma das tipologias

A apropriação diferenciada do espaço público está diretamente associada à divisão de classes, que na cidade contemporânea toma novas formas a partir da particularização de condições e padrões de consumo, que dão origem às frações de classe. Na área de expansão de Belém é possível identificar a existência de tais frações através da diversificação das formas de ocupação do solo, que continuam correspondendo à divisão das tipologias habitacionais.

Para realizar a pesquisa de campo foram selecionadas nove localidades ao longo do eixo da Av. Augusto Montenegro (*Figura 34*), ou próximas a ele, de acordo com a classificação das três grandes tipologias. Os exemplos escolhidos apresentam variações de forma da implantação, nível de renda, padrão habitacional, tipo de acesso e padrão morfológico.

Foram realizadas visitas para observação da dinâmica urbana de cada um dos exemplos, bem como entrevistas com moradores de cada local para obter informações sobre o cotidiano e o tipo de relação que mantinham com os espaços públicos de cada lugar. O quadro abaixo apresenta a lista de áreas que foram visitadas de acordo com o seu enquadramento nas tipologias analisadas.

TIPOLOGIA HABITACIONAL	LOCALIDADE	CARACTERÍSTICAS
CONJUNTO HABITACIONAL	Conjunto Maguari	- Grande conjunto habitacional horizontal
	Conjunto Natália Lins	- Conjunto habitacional fechado com edifícios de 4 pav
	Conjunto Jardim Sevilha	- Conjunto habitacional fechado de edifícios de 4 pav. que passou por processo de ocupação.
CONDOMÍNIO	Residencial Summer Total Fit	- Condomínio fechado vertical
	Residencial Jardim Espanha	- Condomínio fechado horizontal paralelo à Av. Augusto Montenegro
	Condomínio Montenegro Boulevard	- Condomínio fechado horizontal de luxo
LOTEAMENTO IRREGULAR	Conjunto Três Corações — Rua Pará	- Loteamento fechado de antigo terreno
	Conjunto Jardim América II	- Loteamento de antigo terreno conectado ao entorno
	Loteamento Quatro Estações - IBIFAM	- Ocupação em terreno de antiga fábrica

Quadro 3 - Quadro síntese das localidades onde foram realizadas visitas de campo de acordo com as tipologias habitacionais geradoras.

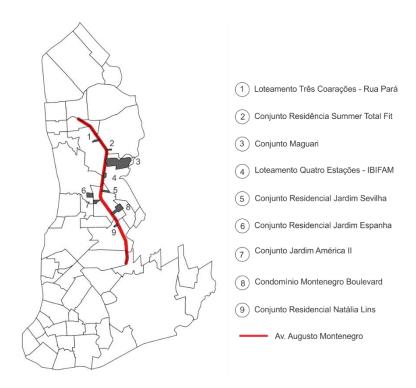


Figura 34 — Ilustração com bairros de Belém. Em evidência estão identificadas as áreas que foram escolhidas para a realização do trabalho de campo. A as áreas foram escolhidas devido à sua proximidade de relação com a Av. Augusto Montenegro (em vermelho. Fonte: IGBE, 2010. Elaboração, Renata Durans, 2016.)

A variedade de formas derivadas das tipologias habitacionais, representa além de diferentes padrões de consumo, mas também a capacidade por um lado a capacidade do mercado formal de gerar novas expectativas de uso, e por outro a habilidade do mercado informal de conformar às necessidades de uso às possibilidades daqueles que tem menor autonomia de decisão sobre sua localização.

A instalação de empreendimentos comerciais contribui sobremaneira para a segregação socioespacial, por ser capaz de selecionar o público usuário de acordo com o seu padrão de consumo. As novas práticas sociais da cidade contemporâneas estão baseadas na diferenciação dos espaços de acordo com os estratos sociais, alterando a dinâmica econômica, social político e cultural local. A heterogeneidade da composição social induz a criação de espaços homogêneos, de diferentes *status* sociais, que apelam para construções socioeconômicas e culturais do contexto brasileiro (SPOSITO, 2016).

O crescimento populacional ocorrido durante a década de 1970, reflexo da política econômica nacional, iniciou a transformação da área de expansão, que antes era reconhecida como uma região ocupada por áreas de lazer, como clubes, sítios e balneários. A carência de

infraestrutura, transportes e serviços próximos tornou-se um problema com a chegada de novos empreendimentos habitacionais e seus moradores, fato que contribuiu para o aparecimento de pequenos comércios locais, gerando oportunidades de emprego para a população de menor renda.

"Eu comprava os produtos no comércio ou no Entroncamento e depois vinha vender aqui pelo bairro, vendia naquele esquema de boleto".

A chegada dos condomínios já nos 1990 apontou para uma nova mudança, a chegada de classes de rendas mais altas, representou o aumento da demanda por serviços que atendessem à essa classe. A presença da classe média exerce maior influência nas decisões políticas e de atrair novos serviços, devido seu *status* social, que garante o controle sobre as melhores localizações. Também estimula ampliação da rede de telecomunicações e associações entre indivíduos de tenham interesses comuns, que possam se articular de maneira a garantir e proteger seus espaços privativos e impenetráveis às classes subalternas (CORREA, 2016).

A aglomeração de pessoas é o que possibilita a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de novas atividades, e cria condições para a reprodução da vida em suas várias dimensões. A emergência de novas áreas comerciais e de serviços é acompanhada de um novo momento do mercado imobiliário, que está alinhado à fase do capital financeiro, e que reproduz no espaço um "pacote" de serviços e empreendimentos de grande escala e de intensificação do uso do solo através da verticalização.

A implantação de *shopping centers* (*Figura 36* e *Figura 37*), de redes internacionais de *fast-food* (*Figura 38*), a comercialização de empreendimentos imobiliários que oferecem bairros planejados com edifícios de gabarito nunca visto antes na área, demonstram a penetração do capital mesmo em áreas de pouca infraestrutura. A inserção de estruturas típicas da economia globalizada é resultado também do processo de homogeneização dos espaços que facilitam e aceleram a circulação e acumulação do capital.

A área que mais se destaca pela concentração de empreendimentos comerciais, condomínios verticais e condomínios fechados horizontais, fica no bairro Parque Verde, mais

especificamente na área de influência do cruzamento entre a Av. Augusto Montenegro e a Av. Independência (Figura 35), um importante eixo viário que foi concluído recentemente, conectando os municípios de Belém e Ananindeua. Também é possível perceber o processo de valorização da terra pelo contínuo investimento nessa área, atualmente está sendo construído o primeiro edifício exclusivamente comercial da área, um empreendimento desenvolvido pela mesma administradora do *shopping center*.



Figura 35 – Ilustração do cruzamento entre as avenidas Augusto Montenegro e Independência, área de fluxo intenso de trânsito e de variedade comercial. Elaboração: Renata Durans, 2016. Fonte, Google Earth, 2016.



Figura 36 – Imagem da área comercial no bairro Parque Vende onde se destaca a massa edificada do shopping center, e o condomínio de prédios logo atrás. Fonte: www.blogstatuscontruções.com.br



Figura 37 – Informe publicitário sobre novo empreendimento comercial que está em fase de finalização e está localizado dentro do terreno do principal shopping center da área. Fonte: www.blogstatusconstruções.com.br



Figura 38 – Na margem da Av. Augusto Montenegro a presença de rede de fast-food mundialmente conhecida

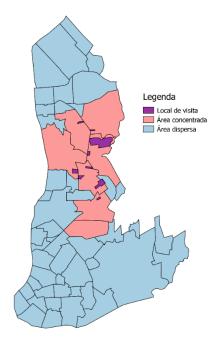


Gráfico 13 – Deslocamentos realizados devido a atividade comercial (consumo), de acordo com as tipologias habitacionais e as diferentes áreas da cidade. Elaboração: Renata Durans, 2016.

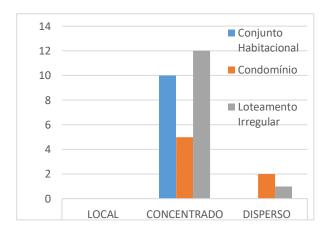


Figura 39 - Delimitação das áreas de referência para os deslocamentos realizados pelos moradores. Elaboração: Renata Durans, 2016

O gráfico acima (Gráfico 13), foi elaborado com base nas entrevistas realizadas, ao lado (*Figura 36*) estão representadas três escalas espaciais (local, concentrada e dispersa), que representam as áreas que são utilizadas com maior frequência pelos moradores. A área delimitada por "local" refere-se ao próprio loteamento onde foi feita a entrevista, já a área "concentrada" corresponde às proximidades da Área de Expansão de Belém, e finalmente a área dispersa está associada aos porções do território municipal mais distantes da área analisada. O crescimento do setor comercial por toda extensão da avenida faz com que a grande maioria dos deslocamentos sejam relativamente curtos, na própria área de expansão.

Ao mesmo tempo, o mercado informal e de pequeno porte continua sendo de grande importância para a população da área de expansão de forma geral. Os pequenos comércios que se instalaram ao longo da avenida e principalmente nos conjuntos habitacionais e arredores, são estruturas de apoio para a geração de emprego e renda da população local, além de atender aos mais diversos tipos de clientes.

Destacamos aqui os conjuntos habitacionais Jardim Sevilha e Maguari, como importantes centros comerciais naquela região. Por seu tempo de existência e a robustez de sua estrutura, o Conjunto Maguari dispõe hoje de um conjunto comercial que atende aos moradores e aos vizinhos do conjunto. Como mostrado anteriormente, a área do Conjunto Maguari representa uma das áreas de maior integração, indicada no mapa de integração global. Por que sua forma ampla e a malha em quadrícula facilita os trajetos realizados no conjunto, o que torna atrativa a atividade comercial (*Figura 40*), na medida em que possibilidade a redução de deslocamento para áreas centrais.



Figura 40 – Área comercial no conjunto Maguari, ao longo da rua principal do conjunto existe uma grande variedade de serviços que podem ser acessados pelos moradores e por visitantes. Foto: Renata Durans, 2015.

No caso do conjunto habitacional Jardim Sevilha, que está ocupado desde 1994, apresenta uma organização mais confusa para o observador, onde o líder comunitário do conjunto afirma não existir regulação da ocupação das áreas ao redor dos edifícios, onde ficam concentradas uma série de pequenos "boxes" com os mais diversos serviços: sorveteria, mercado, restaurante, armarinho, salão de beleza, bares, academias (Figura 41 e Figura 42). A variedade é tanta que os moradores demonstram orgulho ao dizer que mesmo os moradores

do condomínio ao lado (condomínio de luxo) utilizam os serviços oferecidos no Conjunto Jardim Sevilha.

"Os granfinos vem aqui pra comprar coisas, fazer consertos, pedem pra entregar água lá..."

"Aqui tem tudo, eu não saio daqui por nada"!



Figura 41 – Sorveteria em box construído em anexo ao edifício do conjunto. Atentar para a construção no andar superior de uso residencial. Foto: Renata Durans, 2015



Figura 42 – Rua principal do conjunto Jardim Sevilha. Ao longo deste eixo existe uma grande variedade de pequenos comércios que foram construídos anexados aos edifícios. Foto: Renata Durans, 2016.

Existe também uma escala mais local de serviços, com área de influência mais restrita e não menos importante. Ocorrendo principalmente onde estão localizados os assentamentos informais, as pequenas iniciativas de comércio (*Figura 43*) são uma forma de complementação de renda para aqueles que ocupam as áreas com piores condições de infraestrutura, acessibilidade e menores rendas.



Figura 43 – Residência na ocupação IBIFAM, na frente da casa a moradora montou um bazar de roupas. Foto: Renata Durans, 2015.

A dinamizaçã do setor de serviços e da expansão do setor imobiliário pode ser associado à diferentes escalas, que podem variar entre internacionais e locais (CORREA, 2016), e que contribuem para o aumento da integração inter e intraurbana, e maior articulação da locomoção entre as cidades no contexto metropolitano. As diferentes dimensões do setor comercial na área estão associadas à dinâmica da economia mundial ao "tocar" em espaços de profundas desigualdade instala-se, e devido à fragilidade da gestão pública do espaço urbano forma grandes lacunas na regulação do espaço urbano, deixando que essas lacunas sejam preenchidas por formas de organização que acirram ainda mais os desníveis socioeconômicos e espaciais.

A oferta mínima de infraestrutura e regulação do uso e ocupação do solo está direcionada para ações pontuais, de forma a garantir as condições mínimas de funcionamento dos empreendimentos, enquanto a maior parte população se instala de acordo com suas possibilidades. A coexistência dessas dimensões no mesmo espaçotempo caracteriza a interdependência entre duas escalas de capital, uma global e outra local, onde a segunda é responsável pela mobilização social e organização do espaço periférico, ou informal, que é a base econômica de muitos que dependem de iniciativas autônomas para garantir suas condições de reprodução em níveis mínimos. Esta estrutura, que representa o circuito inferior da economia de países periféricos absorve grande parte da mão de obra, que não é enquadrada no mercado formal, mas que garante também a redução dos custos de produção de mercadorias e serviços, garantindo uma boa margem de lucro aos seus exploradores.

## 3.2.2 – A diversidade na área de expansão

A diversidade na cidade é uma propriedade que pode ser estimulada através do estimulo à interação econômica entre os moradores, que auxilia na formação de uma combinação de usos variados. Quando diferentes atividades acontecem simultaneamente, ou mesmo em diferentes períodos do dia, durante todo o dia, atraem a circulação e a presença constante de pessoas no espaço, o que segundo Jane Jacobs (2011) garante a segurança das cidades, "quando as ruas têm olhos".

Jane Jacobs (2011) defendia um tipo de cidade que é diametralmente diferente da realidade urbana da área de expansão de Belém, onde não existem quadras bem definidas (a não ser nos conjuntos habitacionais), áreas de calçada, parques, praças e variedade de estilos de edificação. O que se verifica na forma de ocupação da área de expansão é a composição de um mosaico de formas, que "se organiza a partir de estratégias individuais que levam a processos de aproximação, segundo interesses, valores e condições dos moradores da cidade, o que explicaria que cada uma destas áreas seria marcada por grau forte de homogeneidade social, econômica e/ou cultural" (SPOSITO, 2016. Pg 64).

Os agentes produtores da cidade competem acirradamente pelos privilégios das melhores localizações. O efeito aglomeração produzido pelos anos de políticas de indução da ocupação da área de expansão de Belém, foi responsável pela criação de uma matriz socioespacial de localizações e atividades diferente daquela encontrada no centro tradicional. A estratificação social e urbana que acontece nessa área é caracterizada pela ocupação de uma área contínua por diferentes segmentos, que tendem, cada vez mais, à autosegregação.

Assim como foi apontado anteriormente neste trabalho, o eixo da Av. Augusto Montenegro representa um eixo de valorização, onde na medida em que a ocupação se afasta deste eixo o valor da terra tende a diminuir, inclusive em condomínios fechados, de acordo com o tamanho do lote e padrão habitacional. Tal como foi comprovado nas entrevistas feitas com os moradores.

"A gente tá na batalha, esse nosso vizinho já cansou de contratar advogado pra tirar a gente daqui".

"Logo no início eu senti dificuldade, agora não. Eu pego ônibus e rapidinho estou na casa da minha mãe. E em Icoaraci tem quase tudo que eu quero".

Entrevista com moradores da ocupação do IBIFAM —Quatro Estações

Os assentamentos informais também são atingidos pela especulação do valor da terra, o exemplo mais crítico no trabalho de campo foi a da ocupação do terreno de uma antiga

fábrica, a IBIFAM, que dá nome à comunidade, também conhecida como Quatro Estações. A ocupação do terreno aconteceu no ano de 2008, e mesmo depois das tentativas de reintegração de posse a comunidade permanece até hoje no terreno. Muitos moradores utilizaram as estruturas de antigos galpões para criarem apartamentos, a antiga creche da fabrica é hoje uma escola comunitária que atende filhos de moradores e da vizinhança, além de servir também como espaço de reuniões públicas. O terreno chama atenção devido a sua localização, está na margem da Av. Augusto Montenegro, com fácil acesso ao transporte público, próximo à supermercado e outros serviços, e por isso, ainda hoje os moradores sofrem pressão para saírem da área.

A discussão sobre a lógica de localização na área de expansão está ligada à formação e exploração das rendas de monopólio e diferenciais. Uma vez que a propriedade privada garante e ingerência do proprietário, cabendo a ele definir o valor do bem. No caso da área de expansão, fatores como principalmente a relação entre espaço e tempo é decisiva, já que na medida em que se avança em direção ao Distrito de Icoaraci (distanciando-se do centro metropolitano) nota-se a diminuição da intensidade de ocupação, da variedade da estrutura de serviços e do padrão habitacional, ainda mais em condomínios de acesso restrito.

A maior representação desse processo de disputa e de autossegregação são os condomínios fechados. Os muros representam a iniciativa de um grupo, que possui características em comum, de se dissociar do restante da cidade, estabelecendo com o espaço uma relação de controle, na medida em que é possível selecionar aqueles que irão compartilhar aquele espaço, garantindo assim a proteção contra os perigos que a vizinhança pode representar.

A disseminação desse modelo de expansão através da replicação de intervenções pontuais e isoladas voltadas às classes de maior poder aquisitivo, cria no espaço a descontinuidade dos traçados, dificultando possíveis intervenções urbanísticas, e criam uma sequência de espaços justapostos que não se reconhecem entre si. As diferentes tipologias habitacionais representam diferentes realidades sociais e espaciais, o que

torna mais difícil a construção de um espaço coletivo, público e diverso. O não reconhecimento entre as partes da nova cidade implica na opacidade da noção da cidade enquanto uma totalidade, impedindo uma síntese da experiência urbana como um todo (AMENDOLA, 1997 *apud* SPOSITO E GOES, 2013).

Uma das principais formas de segregação entre os moradores é a forma como seus deslocamentos são realizados (Gráfico 14). Com a implantação dos novos empreendimentos habitacionais que exploram ao máximo o potencial construtivo dos terrenos, a utilização do automóvel particular tende a aumentar ainda mais. Atualmente os meios de transporte público enfrentam grandes dificuldades com o aumento do congestionamento. Aqueles moradores que possuem um automóvel possuem maior liberdade de deslocamento e na determinação de novas rotas. Essa população é mais concentrada em áreas de conjuntos habitacionais e condomínios fechados e ajudam a compreender a possibilidade de realizar maiores deslocamentos das classes mais altas.

Gráfico 14 - Resultado das entrevistas realizadas, fica clara a importância da estruturação do transporte público diante à demanda que se amplia. Em segundo lugar aparece a representatividade da utilização do carro para os entrevistados. Fonte e elaboração: Renata Durans, 2016

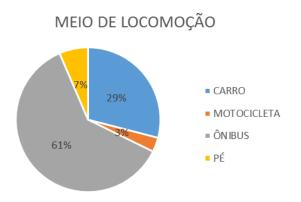
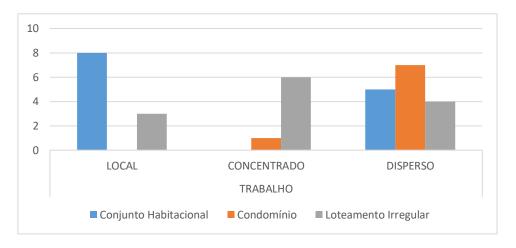


Gráfico 15 - Deslocamentos realizados pela atividade "trabalho", relacionando tipologias habitacionais e áreas da cidade. Fonte e Elaboração: Renata Durans, 2016



Ao analisar os deslocamentos realizados pelos entrevistados para a realização de atividades como trabalho e educação (Gráfico 15) confirma-se a maior mobilidade das classes mais altas, representadas pelos moradores dos condomínios, demonstrando que a classe média e alta média ainda são as que mantêm ainda alto nível de dependência em relação ao centro metropolitano, que concentra o número de postos de trabalho. A mesmo tempo, confirma-se também a capacidade dos conjuntos habitacionais de atrair também esse fluxo de trabalhadores e estudantes, devido a sua capacidade de gerar maior diversidade econômica.

"Eu não acho muito longe, eu acho o trânsito de Belém mal planejado, por isso é ruim ir trabalhar para lá (centro metropolitano) "... "O meu lazer é feito por aqui, eu procuro fazer comprar de alimentos, materiais, tudo aqui, prefiro ir ao shopping aqui perto. Eu não quero sair daqui. Só saio mesmo para ir para o trabalho".

Entrevista com moradora do condomínio Montenegro Boulevard.

O trecho anterior, extraído de uma entrevista realizada com uma moradora de um condomínio horizontal, fechado, de luxo, demonstra um outro aspecto importante do tipo de segregação, que se alinha ao discurso de Sposito e Goes (2013), quando ao tratar das questões espaciais e sociais relativas a implantação dos condomínios fechados, detecta a existência de uma nova divisão do espaço da cidade, onde os grupos sociais não reconhecem a cidade por sua totalidade, o que reduz as possibilidades da experiência urbana e da apropriação dos espaços públicos.

Dessa maneira, as áreas de análise oferecem evidências de que a correlação entre, localização, renda e padrão habitacional, são fatores que interferem na forma como as práticas sociais se dão, já que podem ser influenciadas pelo espaço onde acontecem. Ao mesmo tempo esses diferentes segmentos podem se relacionar entre si, de forma que seja construído um espaço heterogêneo e de simultâneo de cooperação entre as partes as localidades e classes que podem se complementar de alguma forma, principalmente através da prestação de serviços.

# 3.2.3 – Dos espaços públicos à autossegregação

A composição da área de expansão já foi exaustivamente descrita como um espaço marcado pela fragmentação espacial, que tem como maior expressão de seus efeitos a disseminação dos condomínios fechados em uma região periférica. Apesar de não representar a maior parte do território, a ocupação através desses espaços exclusivos tem grande influência na forma como a população apreende a cidade. Na área da Av. Augusto Montenegro o processo de ocupação foi determinante para estabelecer novos parâmetros de ocupação, que representam uma nova dinâmica urbana, diferente daquela experimentada no centro tradicional da cidade.

A segregação espacial marcou fortemente a área de expansão devido às profundas disparidades existentes entre formas de ocupação vizinhas. Os diferentes padrões de consumo e modo de vida que foram analisados neste trabalho apresentam características que demonstram diferentes racionalidades sobre a constituição dos lugares. Destarte, também serão diferentes as concepções tratamentos dados ao espaço público. Ao resgatarmos o histórico do significado do espaço público para o desenvolvimento da sociedade ao longo do tempo, destacamos a necessidade e a importância do sistema de espaços públicos na cidade contemporânea.

Cada vez mais, a carência de espaços de convívio social e espaços públicos de qualidade contribui para que a oferta de áreas livres tornem-se alvo de campanhas publicitárias, como meio de ampliação da acumulação através da oferta de áreas de uso comum que são apropriadas pelo mercado imobiliário. Mais uma vez, esse processo nada mais é do

que a construção de espaços exclusivos, que continuam a negar a coletividade e a função social da cidade.

Em paralelo à comercialização de áreas livres nos condomínios produzidos por incorporadoras de capital aberto, está o sistema de áreas livres de outras formas de ocupação, que muitas vezes são reduzidos aos seus sistemas viários. Em poucos anos a Área de Expansão de Belém que ficou conhecida por seus espaços de lazer, foi reduzida a uma nova selva de pedra. A ocupação indiscriminada das margens dos rios, e o avanço rápido e contínuo da mancha urbana, motivado pelas políticas de ocupação da área, não permitiu que as novas estruturas que se instalavam se adaptassem de forma apropriada nessa área.

Dessa forma, a lógica da reprodução do capital visando o máximo de acumulação foi quem mediou a produção desses novos espaços, e que ainda associava o meio natural e as formas tradicionais de ocupação como símbolo do atraso. Deu-se sempre prioridade à forma edificada, ao invés da acumulação de repertório necessário ao desenvolvimento de tecnologias que se adequassem à essa realidade específica (LEITÃO, 2006)

Não pretendemos dizer que a forma determina o tipo de comportamento de uma sociedade, mas que tem influência na medida em que pode estimular a convivência entre os diferentes, que ocupam o mesmo espaço, na verdade é o social que define a forma (LEITÃO,2006). O que buscamos é identificar as possibilidades de interação entre o homem e o seu espaço, no contexto da cidade contemporânea, especificamente Belém.

Segundo Lúcia Leitão (2009), a cidade contemporânea brasileira carrega em sua constituição características urbanas, que derivam de um processo histórico de negação da rua, e que, portanto, perdeu-se o valor de uso do espaço público enquanto espaço de encontro e de formação política do cidadão. Essa cultura deve-se ao fato de historicamente a cidade brasileira ter produzido o seu espaço público de maneira residual, que tem como forma geradora o lote, e não a coletividade.

A produção da casa brasileira também reflete esse processo de negação da coisa pública. Desde a casa grande, até os atuais condomínios fechados, a necessidade da sociedade de se distanciar da rua e dos perigos que ela oferece, são verdadeiros arquitetos da produção privada. Logo a rua tornou-se o sinônimo de lugar do pobre, e com a chegada do automóvel como principal usuário da rua, esta passou a ser somente o lugar da circulação, desnaturalizando a sua função política, que foi tão cara aos gregos.

Então, se a arquitetura da cidade manifesta os valores mais importantes de uma sociedade, podemos a partir da análise espacial compreender quais são os diferentes valores que se espacializam nas diferentes tipologias, e se existe algum tipo de convergência entre estas partes que compartilham o mesmo espaço.

A predileção pelo ambiente doméstico e pela propriedade privada, também são importantes características que a sociedade brasileira carrega desde a sua origem (LEITÃO, 2006). Segundo a autoras essas características ressaltam o apreço pelos iguais, ou seja, a associação entre membros de classes semelhantes, que estão inclinados a manifestar aversão aos diferentes, principalmente os integrantes de classes de baixa renda.

Para observar as estratégias de organização espacial e as diferentes formas de relação com o espaço público será apresentado a seguir, um quadro síntese das áreas que foram visitadas. Os dados disponíveis no quadro são referentes às características morfológicas de cada localidade visitada.

A rapidez com que os fluxos se movem na cidade impedem o vislumbre da cidade enquanto espaço público, reservando à propriedade privada e ao espaço doméstico a função de convivência. No quadro abaixo aparecem marcadas as áreas de convivência de cada uma das áreas visitadas. Percebe-se que na medida em que o padrão de renda diminui, as áreas livres se dispersam pelo espaço. Enquanto nos condomínios as áreas são concentradas e dispõem de uma estrutura de "clube" (Figura 45), nos loteamentos irregulares a população ocupa a rua, e se apropria dela como uma extensão da casa (Figura 44).

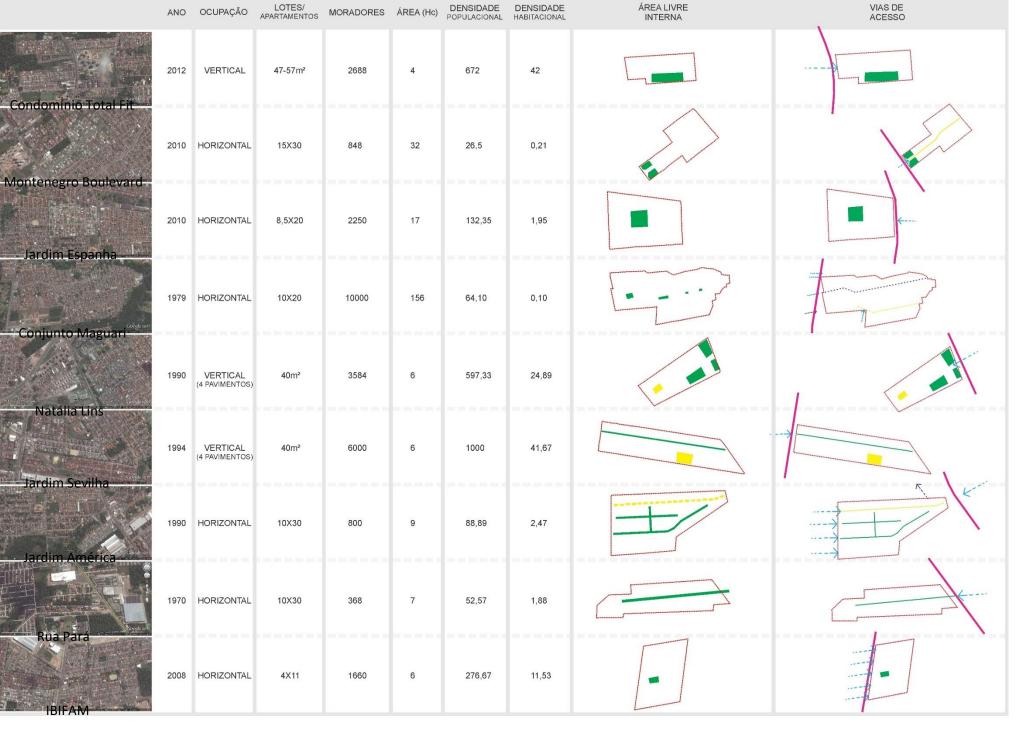


Figura 44 - Rua Principal do Residencial Jardim Sevilha. O tamanho reduzido das unidades habitacionais faz com que muitos moradores

estendam suas atividades domésticas até a rua. Fonte: Renata Durans, 2015.



Figura 45 – Condomínio Total Fit, área de lazer com churrasqueiras e piscina. Fonte: Renata Durans, 2015.



Quadro 4 — Síntese de informações sobre as áreas analisadas.

Em destaque verde, estão as áreas destinadas ao convívio social;

Em amarelo, são áreas livres de pouco uso;

Em vermelho: limites dos assentamentos;

Em rosa: o eixo da Av. Augusto Montenegro;

Em azul: indicação de entradas de acesso às localidades

Em verde estão indicadas as principais áreas públicas de uso intenso, mesmo quando em assentamentos de acesso restrito..

Fonte: GoogleEarth, 2015

Elaboração: Renata Durans, 2016. No caso dos conjuntos habitacionais é interessante perceber os diferentes níveis de apropriação das áreas livres, que estão relacionadas com a forma construída. No exemplo do conjunto Maguari as áreas que foram definidas pelo projeto como áreas de convivência são mais utilizadas pela população de menor renda que vive no conjunto. Na área mais próxima à avenida Augusto Montenegro, os lotes residenciais são maiores, e nessa área, os espaços livres são mais utilizados como passagem (Figura 47). Enquanto isso quanto mais afastado da avenida, menores se tornam os lotes, e a população passa a permanecer nas áreas livres do conjunto (Figura 46 e Figura 48).



Figura 46 - Croqui mostrando a relação entre o padrão das edificações e a intensidade de uso das áreas livres. Elaboração: Renata Durans, 2015.



Figura 47 - Parque no Conjunto Maguari, localizado próximo à entrada do conjunto. Fonte: Renata Durans, 2015.



Figura 48 - Meninos brincando na rua do conjunto Maguari. A rua está localizada em uma área intermediária do conjunto. Fonte: Renata Durans, 2015.

Um grande problema dos loteamentos irregulares é a carência de áreas livres. Uma vez que a prioridade desses tipos de loteamento é suprir o deficit de habitação de baixa renda, além de conseguir maximizar a margem de lucro do loteador, as áreas de convivência são sacrificadas em nome a produção de lotes. Não raro, a falta de áreas livres nesses locais provoca a transferência dessa demanda local para outras áreas da cidade. Mas existe uma grande contradição nessa situação, que consiste no fato de que a Área de Expansão uma vez foi vista como área de lazer, e as incorporadoras tem se apropriado do discurso de proximidade com a natureza, enquanto a grande maioria da população não dispõe de tal facilidade.

Com o avanço do processo de ocupação, lentamente a cobertura vegetal da área de expansão foi sendo substituída pelo aterro e asfalto. Os moradores dos loteamentos mais antigos, relatam a estreita relação que se mantinha com os rios e igarapés que existiam ali. Muitas comunidades ainda se localizam nessas áreas, tanto por serem de baixo custo quanto por oferecerem uma conexão com o espaço natural, que lhes permite plantar, usar o rio, etc.. A localização do conjunto Maguari diz muito sobre a transformação da área mais próxima ao rio Maguari, localizado nos fundos do conjunto (Figura 49).

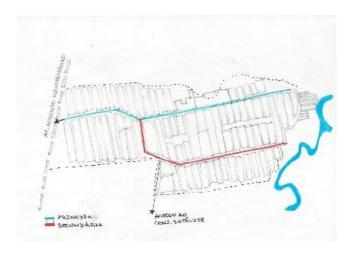


Figura 49 - Croqui mostrando o conjunto Maguari, suas principais vias de acesso e a alteração do padrão de ocupação mais próxima ao rio. Elaboração: Renata Durans, 2015.

A área próxima ao rio passou por processo de ocupação, onde se instalaram algumas pequenas vilas que se estendem até próximo ao rio. Concorrem por este mesmo espaço uma série de marinas, que servem de estacionamento para barcos e lanchas, que costumam circular pelo rio. A privatização da margem do rio, impede que, pelo menos, os moradores apreendam esse espaço urbano híbrido, com características naturais e potencial de transformação do espaço através da aproximação entre o homem, a natureza, e os "outros". Já em loteamentos como o da rua Pará guardam relações interessantes e que se aproxima ao tipo de apropriação do espaço que acontece em outros loteamentos.

A transformação do espaço natural em espaço urbano não foi imediata, e como foi mostrando anteriormente, quanto mais distante da área do Entroncamento, menos intensa era a ocupação. Nesse sentido, no loteamento "3 Corações", na rua Pará, que dispunha de uma grande área de parque nos fundos do loteamento (Figura 50) e de um pequeno córrego (Figura 51), hoje não apresenta mais o tipo de relação que era retratada pelos moradores.

"Aqui antes, os moradores faziam mutirão pra limpar a rua. A gente brincava num campinho improvisado aqui na frente, íamos lá pra baixo (parque) tomar banho no igarapé e apanhar fruta. Agora não tem mais nada disso... venderam o terreno do campinho, o igarapé tá seco... agora pra jogar bola temos que alugar uma quadra fora daqui".

Assim como foi constatada em outras áreas de visita, nos assentamentos irregulares foi muito mais comum acontecer esse processo de transferência de função do espaço público, após a intensificação da sua ocupação. Assim como o morador relata, essas áreas são as mais desprovidas de um sistema de áreas livres que se relacione como o seu entorno, ao mesmo tempo que fica bastante clara o potencial que existe nessas áreas de resgatar através do controle urbanístico da ocupação e de manutenção das áreas livres, promovendo a integração entre moradores, vizinhança e natureza.

Logo, é de extrema importância que existam espaços de convergência de fluxos, e que consigam integrar as áreas periféricas de forma a garantir melhor acesso aos meios de vida que estão além da necessidade de abrigo. Não se trata apenas de reurbanizar, e reproduzir soluções pré-fabricadas, mas a área de expansão oferece a oportunidade de descobrir novos meios de produzir cidade no contexto da cidade contemporânea e fragmentada.



Figura 50 — Área dos fundos da Rua Pará. Na foto é possível notar a presença, ainda, da Zona de Interesse Ambiental do Parque Guajará ao fundo. Fonte: Renata Durans, 2015.



Figura 51 - Área do igarapé na Rua Pará, que agora está cercado e com baixo nível de água. Foto: Renata Durans. 2015

A manifestação da necessidade e importância dos espaços públicos coletivos para todas as classes, se apresenta através da busca por estes espaços em áreas externas à sua (Figura 52). E tal fato não está restrito às classes de menor renda (Gráfico 16), que sofrem com desestruturação do sistema de espaços públicos, mas também é expressa pelas classes mais altas, devido a transferência de suas atividades de lazer para os *shoppings* 

centers, O espaço público está em outro lugar, que não a rua. Estes equipamentos que são a reprodução em grande escala do processo de autossegregação das classes média e alta, que negam o espaço público, e criam um espaço novo, artificial que se fecha para a rua (LEITÃO, 2009).

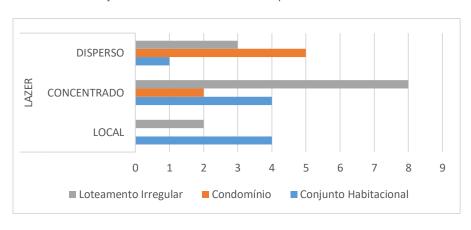


Gráfico 16 - Deslocamentos realizados pela atividade "lazer"

Fonte: Renata Durans, 2016

De acordo com o gráfico acima a maioria dos deslocamentos realizados pelos moradores para a realização de atividades de lazer fica concentrada na área de expansão. Muito se deve ao crescimento do setor comercial na área. Porém, o que se destaca é a maior ligação dos condomínios fechados com o centro de Belém, enquanto a maioria da população de baixa renda tende a se deslocar menos, e de maneira mais concentrada, principalmente depois da instalação do *shopping center* nessa área. Mostrando a sua capacidade de substituir as funções que antes eram desempenhadas pelos espaços públicos abertos e coletivos. Todavia, os *shoppings centers* não podem ser considerados espaços públicos e coletivos, apesar da aparente liberdade de acesso. Tais espaços são reservados para aqueles que tem poder de consumo, são espaços excludentes e que contribuem para o processo de segregação social e espacial.



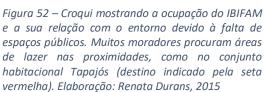




Figura 53 – Venda de lote 10x30 no Loteamento Jardim América II. Nota-se o tamanho maior e mais regular dos lotes. Fonte: Renata Durans

Apesar de a autossegregação ser uma política típica das classes de elite, como símbolo do privatismo herdado da cultura patriarcal (LEITÃO, 2009), é possível identificar iniciativas locais de afastamento dos moradores de pequenas áreas, no sentido de construírem pequenos "condomínios", porém são espaços onde prevalece a população de baixa renda. A cidade como representante de valores e ideologias, replica o sentimento de raiva em relação ao desigual, o desejo de se fazer distinto. Tal iniciativa é justificada pela violência, e pode partir de todos os estratos sociais. Como foi observado no campo deste trabalho, alguns loteamentos já apresentavam estratégias de isolamento (Figura 54), como a instalação de portões, grades, guaritas e mesmo a as próprias edificações, impedindo a conexão com áreas "mais pobre e perigosas" (Figura 55).

Muito deste esforço para ser diferente do seu entorno é também uma estratégia de valorização, seja dos condomínios ou de loteamentos. O mercado imobiliário na área de expansão se vale de campanhas que se apropriam dos espaços urbanos de maneira privativa, descaracterizando-o, enquanto os loteadores sacrificam espaços livres e áreas naturais para que este aumente a sua margem de lucro (Figura 53).).



Figura 54 – Vila construída no interior do Conjunto Jardim Sevilha, a pesar de estar muito evidente, já existe um portão de acesso à vila. Fonte: Renata Durans, 2015



Figura 55 – Área dos fundos da Rua Pará, atualmente esta área está sendo ocupadas com casas que foram construídas de costar para a rua paralela, para evitar a conexão de ambas, O loteamento ainda possui uma guarita de segurança. Fonte: Renata Durans, 2015.

Tal situação acirra ainda mais o sentimento de não pertencimento estre as partes, e impede que a cidade seja analisada enquanto coletividade. Ao longo das entrevistas que foram realizadas, todos os moradores demonstraram algum tipo de limitação no sentido de circular pela área de expansão, seja devido aos meios de transporte, restrição de acesso, etc. A questão da violência extrapola em muito a solução dos muros dos condomínios, as desigualdades sociais não serão amenizadas através do aprofundamento de diferenças, mas talvez pela construção de um sentimento de pertencimento e unidade entre o cidadão e a cidade.

# Considerações Finais

A integração das economias mundiais através dos mecanismos desenvolvidos pelo modo de produção capitalista resultou na criação de uma hierarquia mundial de desenvolvimento socioeconômico, onde destacamos a polarização entre países do centro, ou desenvolvidos, e os países periféricos, ou de desenvolvimento industrial tardio. Tal divisão implica em diferentes formas de produção das cidades, ou seja, diferentes manifestações e estratégias de organização do capitalismo, de forma a garantir a sua própria continuidade.

A partir da compreensão da lógica de produção e reprodução da cidade capitalista, este trabalho faz uma análise dos desdobramentos da expansão do capitalismo, no caso particular do projeto desenvolvimentista do Governo Brasileiro, que promoveu a integração econômica da região amazônica às regiões sul e sudeste do país. A nova lógica de produção, que rompe com a tradição extrativista da região foi responsável pela precarização da infraestrutura das cidades do Norte, em especial Belém, que experimentou um rápido crescimento de sua população no período, que crescimento da mancha urbana da cidade, foi induzido por uma política nacional que estimulava a produção habitacional em terras baratas e periféricas, como meio de impulsionar a economia do país.

A fragmentação da área de expansão de Belém representa o extremo da segregação socioespacial, que foi produzida ao longo dos anos de sua ocupação e reuniu no mesmo espaço diferentes agentes, que desempenharam protagonismos variados de acordo com o contexto histórico e econômico. Hoje a área de expansão tem se consolidado pela intensificação da atuação do capital através da instalação de grandes empreendimentos comerciais e habitacionais, que contribuem para a afirmação de um espaço caracterizado pela desarticulação entre suas partes.

As formas de organização espacial observadas foram separadas em três grandes grupos, trazendo à tona características da área em diferentes níveis de segregação e fragmentação espacial, que variam de acordo com o tipo de ocupação analisado. Portanto a existência de variações dentro dos três grupos mostra as diferentes

condições e tipos de relação com o espaço público produzido localmente e na escala do município, evidenciando novas formas de organização espacial das diferentes classes sociais.

O diagnóstico destas novas formas de interação e apropriação do espaço público, correspondem ao paradigma de cidade periférica, devido ao esgarçamento da malha urbana tradicional provocado pelo crescimento urbano desordenado resultado das lacunas espaciais e institucionais deixadas pela gestão públicas, que está alinhada à uma concepção de modernidade ainda associada ao superado modelo de desenvolvimento moderno-industrial, que não se adéqua à realidade local e acirra ainda mais os desequilíbrios sociais, econômico e urbanos aqui estabelecidos.

A abstenção do poder público em regular as áreas de assentamentos irregulares e dos conjuntos habitacionais demonstra a distorção da função pública, que está focada em na regulação das intervenções formais e privadas no território, concebidos de forma desarticulada, a fim de viabilizar empreendimentos imobiliários e comerciais, sob o discurso de que tais empreendimentos trarão desenvolvimento para a área de expansão. O que se percebe é a ampliação das possibilidades de consumo, que atraem cada vez mais as classes de maior poder de consumo, e deixam de lado as dinâmicas locais tradicionais, que se estabelecem em uma outra escala de organização.

As transformações ocorridas na área de expansão de Belém não teriam sido tão traumáticas, caso o poder público tivesse gerenciado a ocupação dessa área, de maneira que fossem criadas condições para que a população mais carente conseguisse desenvolver novas relações com o espaço urbano, diferente do que aconteceu com o centro da cidade, de forma que as desigualdades não fossem tão gritantes.

Na medida em que a ocupação informal se prolifera, cada vez mais a gestão pública e até mesmo o corpo técnico de arquitetos e urbanistas compreende menos as dinâmicas que são criadas nesses espaços. A visão da cidade através de um viés tecnicista impede e sufoca o florescimento de alternativas ao modelo de desenvolvimento industrial, que nos foi imposto, e que suprime as características do urbano na Amazônia.

Buscou-se investigar o modo de vida local, com o objetivo de compreender os efeitos da lógica capitalista de produção do espaço em contextos periféricos, como foi instalada na cidade de Belém, e quais mecanismos são utilizados para a desestruturação e desnaturalização da relação entre a sociedade e a cidade. A segregação produzida pelos diferentes padrões de ocupação reafirma os desequilíbrios produzidos pelo sistema econômico, porém, tal descompasso ainda encontra movimentos de resistência, manifestados pelas relações que a população estabelece com o espaço natural remanescente. Existe ainda a busca pelo contato com a natureza, e a manutenção de atividades de lazer como o banho de rio, crianças brincando na rua, e principalmente a cooperação entre os diferentes segmentos de classe, que resgata, de certa maneira, a tradicional aspiração da cidade enquanto um produto coletivo.

Os arranjos socioespaciais que foram identificados neste trabalho representam por um lado a capacidade do sistema capitalista de penetrar na cidade, mesmo quando esta não dispõe de todas as condições para a sua reprodução, e criar ferramentas para que este espaço se torne uma fonte de grandes lucros, através de pouco investimento. E por outro lado, ainda é possível identificar exemplos de resistência através de associações entre indivíduos que lutam contra a força homogeneizante do capital, e que são obrigados a desenvolver seus próprios mecanismos de adaptação ao seu contexto socioeconômico.

A segregação social na área de expansão de Belém é levada ao extremo, onde os diferentes convivem na mesma cidade, porém em realidades diferentes. A fragmentação espacial é o resultado da omissão do poder público em realizar sua função de mediar os interesses da sociedade, e contribuir na construção de uma cidade que seja acessível a todos, que não seja feita apenas fragmentos de possibilidades. O crescimento populacional e o intenso direcionamento de investimentos para a Área de Expansão de Belém apontam para a saturação da estrutura atual, e indica a importância da área no contexto metropolitano, como uma das principais vias de articulação entre o centro de Belém e os demais municípios da região metropolitana.

Torna-se imprescindível a ação pública no sentido de tentar garantir a viabilidade desta área, tanto para fins comerciais quanto habitacionais, uma vez que ainda existem grandes áreas que podem ser ocupadas, e que atualmente são fontes de especulação, além das áreas de proteção e interesse ambiental, que poderiam cumprir a função de integrar as cidades, e oferecer espaços de convivência de qualidade, e de alguma forma compensar o as deficiências da áreas.

A melhor distribuição dos investimentos é fundamental para a diminuição dos impactos dos desequilíbrios sociais. A oferta de uma cidade com espaço de qualidade também poderá viabilizar novas oportunidades de trabalho, promover melhores condições de vida, e consequentemente contribuir para a redução de indicadores sociais tão negativos, como é típico da cidade de Belém.

# Bibliografia

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **Uma linguagem de padrões**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

AMBIENTAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. SEHAB - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. IAGUA - INSTITUTO AMAZÔNICO DE GESTÃO URBANA E. **Diagnóstico Habitacional de Belém (atualização) - Etapa 1. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Etapa 2 - Plano de ação**. Belém. 2012.

ARAÚJO, C. et al. Ocupação e consolidação das baixadas em Belém-PA: periferia e Portal da Amazônia. In: \_\_\_\_\_ Anais: Seminário de Áreas de Preservação Permanente Urbanas. Natal: [s.n.], 2012.

ARGAN, G. C. **História da Arte como História da Cidade**. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, Brasília, v. 12, Setembro 2001.

BENEVOLO, L. **Historia da cidade**. Tradução de Silvia Mazza. 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BELÉM. Lei nº 7.121, de 28 de dezembro de 1979. Introdução do sistema normativo do uso do solo do município de Belém. Câmara Municipal de Belém. Disponível em: < https://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/591674/lei-7121-79?ref=topic\_feed> Acesso em 10 jun. 2015.

BONDUKI, N. Política Habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 71-104, setembro 2008. Disponivel em: <a href="http://www.usjt.br/arq.urb/">http://www.usjt.br/arq.urb/</a>>.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento:** as multiplas escalas entre o local e o global. 2ª. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

BUENO, L. M. M. Contribuição para o conhecimento sobre favela no Brasil. In: SILVA, J. D. S. E., et al. **O que é favela, afinal?** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2010. p. 46-51.

CAL, P. S. R. Esboço de evolução urbanística de Belém. [S.l.]: [s.n.], 1987.

CARDOSO, A. C. D. **O** espaço alternativo - Vida e forma urbanas nas baixadas de Belém. Belém: EDUFPA, 2007.

CARDOSO, A. C.; VENTURA NETO, R. A evolução urbana de Belém: Trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, 15, 2013. 55-75.

CARLOS, A. F. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. Crise Urbana. São Paulo: Contexto, 2015. 25-35 p.

CHETRY, M. Os conceitos da metrópole lation-americana contemporânea: o exemplo da fragmentação socioespacial. **E-metrópolis**, Rio de Janeiro, março 2014.

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. D. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016. p. 39-59.

DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERREIRA, J. S. W. (. Produzir casa ou construir cidades? Desafios para um novo Brasi. urbano. Parâmetros de qualidade para implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB; fupam, 2012.

GONZALES, S. F. A renda do solo urbano: Hipóteses de explicação de seu papel na evolução da cidade. In: GONZALES, S. F.; FREDERICO, D. H.; KOHLSDORF, M. E. **O espaço da cidade - contribuição à análise urbana.** São Paulo: Projeto, 1985. p. 91-114.

GOTTDINER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993.

GUIMARÃES, G. J. D. S. **Novas centralidades ma malha urbana da Região Metropolitana de Belém:** Estudo aplicado ao espaço da Rod. Augusto Montenegro. Disseração de mestrado: Universidade Federal do Pará, 2012. 187 p.

HALL, P. **Cidades do Amanhã:** Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HARVEY, D. Justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. Os limites do Capital. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

JACOBS, J. Morte e vidas de grandes cidades - (Coleção cidades). 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, 16, Agosto 2002. 37-61. Disponivel em:<. access on 07 Aug. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004.>. Acesso em: 7 Agosto 2016.

LEFEBVRE, H. A cidade e a divisão do trabalho. In: \_\_\_\_\_ A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 5ª. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO, L. Um traço, muitos riscos. **Cronos**, Natal, Julho/Dezembro 2006. 311-319.

LEITÃO, L. **Quando o ambiente é hostil:** Uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos. Recife: Ed. Universitária UFPA, 2009.

LIMA, J. J. Conjuntos Habitacionais e condomínios de luxo em Belém: duas tipologias em confronto. **Arquitextos, 027.07**, n. 3, Agosto 2002. Disponivel em: <a href="http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/763">http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/763</a>.

LIMA, J. J. F. A Nova Belém: um estudo das alterações na ocupação da área de expansão urbana da Avenida Augusto Montengro em Belém. PROPESP PPQ-ITEQ. Belém. 2014.

LIMONAD, E. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, M. E. A. **Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

LINS, H. Crise e reestruturação do capitalismo central. **Revista Textos de Economia**, v. 4, n. 1, 1993. Acesso em: 23 abril 2016.

LYNCH, K. **A imagem da cidade - (Coleção Mundo da Arte)**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens. In: FERNANDES, F. **História**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989. p. 182-2014.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MASCARÓ, J. L. Loteamentos Urbanos. 2ª. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2005.

MOURÃO, L. O conflito fundiário urbano em Belém (1960 - 1980): a luta pela terra de morar ou de especular. Dissertação de mestrado. ed. Belém: Universisdade Federal do Pará - UFPA, 1987.

MUMFORD, L. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PENERAI, P. Análise Urbana. Brasília: Esitora da Universidade de Brasília, 2006.

PETRELLA, G. M. Das fronteiras ao conjunto das fronteiras. São Paulo: FAU - USP, v. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura), 2009. 378 p.

RIBEIRO, L. C. D. Q. **Metrópole:** entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 17-40 p.

ROSSBACH, A. C. M. C. **Financiamento habitacional no Brasil**. São Paulo: Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ecnomia, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2005.

ROY, A. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. **Regional Studies**, 43.6, Junho 2009. 819-830.

SANDRONI, P. Dicionário de Econmia do século XXI. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, M. **O espaço dividido:** Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2ª. ed. São Paulo: Editosra da Universidade de São Paulo, 2008.

SARGES, M. D. N. **Belém, riquezas produzindo a Belle Epoque (1870 - 1912)**. 2ª. ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SASSEN, S. The Global City: New York London Tokio. [S.I.]: Princeton University Press, 1991.

SINGER, P. À guisa de introdução: Urbanização e classes sociais. In: SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. 6ª. ed. [S.l.]: Editora brasiliense, 1979. p. 11-28.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, R. D. Caracterização das tipologias de assentamentos habitacionais ao longo da Av. Augusto Montenegro: Uma proposta de intervenção para o bairro Parque Verde. TCC: Universidade Federal do Pará, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Segregação sociespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. D. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016. p. 61-93.

SPOSITO, M. E. B.; GÕES, E. M. **Espaços Fechados e cidades:** insegurança urbana e fragmentação sociespacial. 1ª. ed. São Paulo: Unesp, 2013.

TRINDADE JR, S.-C. **A cidade dispersa:** Os novos espaços de assentamento em Belém e a Reestrutturação Metropolitana. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia Humana) - FFCH/USP, 1998.

VAN DIJK, A. I.; FIGUEIREDO, L. A. D. A ação do capital imobiliárioi na produção de habitação popular; estudo da área de expansão de Belém. (Monografia de Especialização). Belém: Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1997.

VASCONCENLOS, P. D. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea:** segregação espacial. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

VENTURA, N.; CARDOSO, A. C. D. Ocupação de margem de rio na metrópole Amazônica: origem local e tendências globais. **II Seminário Nacional sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano**, Natal, v. 1, p. 1-18, 2012.

VICENTINI, Y. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2004.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano: esse desconhecido. **Anais do V Encontro Nacional da ANPUR**, Brasília, v. 6, p. 479-492, 1995.

# **ANEXOS**

# 1 - QUESTIONÁRIO

Este questionário tem o objetivo de buscar informações sobre as diferentes condições de habitabilidade na área hoje conhecida como "Nova Belém", que cresce e se desenvolve ao longo da Avenida Augusto Montenegro. Para tanto as seguintes questões tentam evidenciar características do cotidiano dos moradores dessa área, tentando revelar a sua relação com seu entorno de forma mais ou menos intensa.

NOME: IDADE:

- 1 ONDE MORA?
- 2 MORA HÁ QUANTO TEMPO? SE MOROU EM ALGUM LUGAR ANTES, CITAR.
- 3 EM CASO DE MUDANÇA, QUAL O MOTIVO DA MUDANÇA?
- 4 QUAIS OS CRITÉRIOS FORAM LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO PARA A ESCOLHA DO LUGAR ONDE RESIDE?
- 5 Quais as principais facilidades ou dificuldades de morar na área da augusto montenegro?
- 6 QUAIS AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES PERCEBIDAS NA ÁREA DA AUGUSTO MONTENEGRO E EM SUA ÁREA RESIDENCIAL AO LONGO DO TEMPO QUE VIVE AQUI?
- 7 POSSUI CARRO?
- 8 CASO POSSUA, ACHA QUE É DEPENDENTE DO VEÍCULO INDIVIDUAL PARA CIRCULAR PELA ÁREA ONDE MORA? POR QUE?
- 9 SE UTILIZA O TRANSPORTE PÚBLICO, COMO É NA ÁREA ONDE MORA (FREQUENCIA, LINHAS DISPONÍVEIS, ETC.)?
- 10 ONDE TRABALHA OU ESTUDA?

- 11 ONDE COSTUMA FAZER COMPRAS? SEJA PARA ABASTECIMENTO DA CASA OU USO PESSOAL. CITE LUGARES.
- 12 QUAIS AS SUAS OPÇÕES DE LAZER OU ESPAÇOS LIVRES QUE COSTUME FREQUENTAR? CITE EXEMPLOS.
- 13 ONDE VOCÊ MORA EXISTEM ESPAÇOS LIVRES PUBLICOS (PARQUES, PRAÇAS, BOSQUES, CLUBES, ÁREA DE LAZER, E OUTROS)? SE HOUVER, VOCÊ COSTUMA USAR?
- 14 QUAL A SUA RELAÇÃO COM A SUA VIZINHANÇA?
- 15 VOCÊ GOSTARIA DE SE MUDAR DE ONDE MORA? POR QUE?

## 2 - ENTREVISTAS

# Residencial Montenegro Boulevard

## Entrevista 01

Entrevistada 1: Trabalho na Avenida Bernado Saiao.

Entrevistadora: Nas Quatro bacias?

Entrevistada 1: Nas quatro.

Entrevistadora: É ruim ir trabalhar para lá? Por que?

Entrevistada 1: Sim, devido ao transito. Eu não acho muito longe, eu acho o transito de Belém mal planejado, por isso é ruim ir trabalhar para lá.

Entrevistadora: E o seu lazer?

Entrevistada 1: O meu lazer é feito por aqui, eu procuro fazer compras de alimentos, materiais, tudo aqui, prefiro ir ao shopping aqui perto. Eu não quero sair daqui. Só saio mesmo para ir para o trabalho.

Entrevistadora: Vocês moram a quanto tempo aqui?

Entrevistada 1: Não sei se desde de 2011 ou 2012.

Entrevistadora: E desse tempo que vocês estão aqui, quais as mudanças que vocês notaram mais? Tanto no condomínio quanto na Augusto Montenegro?

Entrevistada 1: Mudou bastante, dá para perceber com o aumento de pessoas por aqui, a vizinha daqui vendeu a casa e já é outra vizinha.

Morar aqui é muito tranquilo, o ruim é o transito, as meninas que fazem faculdade, que vão e vem de noite, e para mim isso é o pior.

#### Entrevista 02

Entrevistada 2: O ruim daqui para mim, também, é o transito. Como eu tenho que ir para a UFPA de manhã e volto no final da tarde, sempre em horários complicados, fica muito cansativo.

Entrevistadora: E a questão do lazer?

Entrevistada 2: Eu uso bastante mesmo o shopping daqui (Parque Shopping), porque eu vou muito ao cinema. Mas é ruim quando a gente quer sair com um amigo de noite, porque nunca tem carona para voltar pra cá. E esse negócio de só sair para o shopping enjoa, mas é só isso de lazer que tem pra cá.

Entrevistadora: Você pretende voltar para o centro?

Entrevistada 2: Sim, pois facilita a movimentação do meu dia-a-dia.

# • Entrevista - Residencial Total Life

#### Entrevista 01

Entrevistadora: Qual seu nome?

Entrevistada: Camila

Entrevistadora: A quanto tempo você mora aqui?

Entrevistada: Há três anos.

Entrevistadora: E antes disso você morava aonde?

Entrevistada: No Fernando Guilhão, em um condomínio na Almirante Barroso.

Entrevistadora: O que você sentiu quando passou do centro da cidade para cá, para um lugar

ainda se desenvolvendo?

Entrevistada: A distância foi a mudança mais drástica.

Entrevistadora: Mas e em relação ao lugar?

Entrevistada: Eu prefiro morar aqui.

Entrevistadora: Porque?

Entrevistada: Porque neste condomínio, tem uma melhor infraestrutura, tem uma organização

melhor. E no condomínio anterior não tinha nem porteiro.

Entrevistadora: E o que é tão ruim na distância?

Entrevistada: São os horários, pois tenho horário de sair e de chegar e se eu fura-los, pego um

transito muito ruim.

Entrevistadora: E em relação a infraestrutura, aos serviços daqui?

Entrevistada: Como já estou acostumada a andar sempre de carro, não senti tanta diferença, só que as distancias daqui são maiores do que as da Almirante.

Entrevistadora: E em questão de compras?

Entrevistada: Na parte da alimentação, faço minhas compras todas aqui mesmo. E compras como roupas e acessórios eu me desloco para o centro, pois lá é que encontro as lojas que gosto.

Entrevistadora: Como seria a vida sem carro?

Entrevistada: Já tentamos passar uma semana sem.

Entrevistadora: E como foi essa experiência?

Entrevistada: Tinha que acordar uma hora antes do meu horário normal, chegava mais tarde do que quando com o carro. Só ia da faculdade para casa e de casa para faculdade, pois não tinha mais disposição de fazer mais nada.

Entrevistadora: E as opções de lazer que você tem aqui, como o condomínio?

Entrevistada: As opções de lazer tem por aqui, como o lago dos igarapés, dominos, que são lugares em que eu não gosto tanto de ir, essas opções não atendem as minhas vontade, assim eu tenho que ir para o outro lado da cidade. Fora que aqui não tem serviço de hospitais, ou mesmo consultórios médicos, então sempre vou estar me deslocando.

Entrevistadora: Como foi pra vocês escolherem esse lugar?

Entrevistada: Porque era onde estava crescendo bastante as construções para cá, e promessas não cumpridas, pois este condomínio era para ter salão de beleza, academia, o que não tem pois as obras atrasaram. E com isso pensamos em comprar ele até como forma de investimento, para ser mais fácil de revender.

Entrevistadora: Qual era a proposta inicial do condomínio?

Entrevistada: Que todas as torres seriam Total Life, o que na realidade não são, pois neste condomínio tem a junção de algumas torres do programa minha casa minha vida, o que é quebra de contrato, e com todos os processos que a empresa teve, o atraso das obras finais foram ficando maiores.

Entrevistadora: Se você pudesse se mudar, para onde iria?

Entrevistada: Perto da independência.

Entrevistadora: Por que?

Entrevistada: Os condomínios tem todos os serviços.

## Ocupação IBIFAM

#### Entrevista 01

Entrevistadora: Quantos anos?

Entrevistada: 38 anos.

Entrevistadora: Você trabalha?

Entrevistada: Não, estou há duas semanas desempregada.

Entrevistadora: Você trabalhava onde?

Entrevistada: De doméstica.

Entrevistadora: Era aqui perto?

Entrevistada: Na rua da Yamada.

Entrevistadora: Você trabalhava lá há muito tempo?

Entrevistada: Eu trabalhava lá há 7 meses.

Entrevistadora: Você sempre trabalhou aqui por perto?

Entrevistada: Não, trabalhava antes na Cidade Nova.

Entrevistadora: Onde você costuma fazer suas compras?

Entrevistada: No supermercado Formosa, ou na Feira de Icoaraci.

Entrevistadora: Aqui mesmo na comunidade tem uns mercadinhos, você costuma usar?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Onde é seu espaço de lazer?

Entrevistada: No Tapajós, porque aqui dentro não tem.

Entrevistadora: E o que vocês mais sentem falta?

Entrevistada: Também.

Entrevistadora: A sua filha costuma brincar nas ruas?

Entrevistada: Não, no momento eu não deixo. Porque é muita chuva, muita lama. Na minha rua

não tem problema de ladrão.

Entrevistadora: Você se sente segura?

Entrevistada: Me sinto.

Entrevistadora: Como foi quando você chegou aqui? Porque você veio pra cá?

Entrevistada: A gente morava em casa alugada, na Pedreira, eu meu esposo e minha filha e a outra filha. Ai passamos a vir pra cá, morar aqui porque não tinha onde morar, ele (esposo) estava desempregado na época.

Entrevistadora: Vocês se separaram?

Entrevistada: Sim, tem uns 3 ou 4 anos.

Entrevistadora: Quem conseguiu o terreno aqui foi você ou ele?

Entrevistada: Foram os dois, nós compramos.

Entrevistadora: Vocês estavam aqui quando houve a confusão de tirarem as pessoas da terra?

Entrevistada: Sim, nós já estávamos aqui.

Entrevistadora: Vocês compraram a terra de quem já tinha invadido?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Você gosta de morar aqui?

Entrevistada: Gosto.

Entrevistadora: Você sente falta da Pedreira? Por ser mais no centro.

Entrevistada: Não. Logo no início eu senti dificuldade, agora não. Eu pego ônibus e rapidinho estou na casa da minha mãe. E em Icoaraci tem quase tudo que eu quero. Só saio mais pra passeio.

Entrevistadora: Você vai para onde?

Entrevistada: Estação das Docas, geralmente a gente vai no Bosque.

Entrevistadora: Então você não pensa em se mudar?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Mas se você pudesse mudar alguma coisa aqui, o que seria?

Entrevistada: Primeiramente o saneamento básico que aqui não tem.

Um lazer para as crianças.

Entrevistadora: Você prefere esperar melhorar aqui ao invés de se mudar?

Entrevistada: Sim, eu gosto muito daqui.

Entrevistadora: Em questão de posto de saúde, onde você vai?

Entrevistada: Eu costumo levar lá no Satélite.

Entrevistadora: Antes tinha uma passagem daqui para o Satélite?

Entrevistada: Sim, há muito tempo.

## • <u>Conjunto Jardim Sevilha</u>

## Entrevista 01

Entrevistador: Seu nome.

Entrevistado: Evandro Costa (china).

Entrevistador: O senhor tem quantos anos?

Entrevistado: 63 anos.

Entrevistador: Onde o senhor morava antes?

Entrevistado: No Tapajós.

Entrevistador: O senhor mora aqui na Augusto Montenegro desde quando?

Entrevistado: 1992 ou 1993.

Entrevistador: E antes o senhor morava onde?

Entrevistado: Na Pedreira.

Entrevistador: Porque o senhor veio para cá?

Entrevistado: Antes eu morava de aluguel.

Entrevistador: O senhor é o fundador daqui?

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: O senhor está aqui desde que ocuparam?

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Aqui não tinha um movimento para legalizar o conjunto?

Entrevistado: Sim, a uns dois anos nos juntamos e fomos na caixa pra tentar negociar e até agora

não tivemos resposta.

Entrevistador: E como foi este processo de vocês virem para cá?

Entrevistado: Nós invadimos esse terreno que estava abandonado.

Entrevistador: Todos os prédios estavam prontos?

Entrevistado: Só uns dois prédios.

Entrevistador: Vocês tinham começado a comprar os apartamentos?

Entrevistado: Não, só chegamos e invadimos mesmo. Houve um ano que nos colocaram para fora, e depois veio o governo do Barbalho que deixou a gente voltar e estamos até hoje, já ai fazer 22 anos aqui.

Entrevistador: Quando o senhor veio para cá, o que tinha aqui?

Entrevistado: Tinha muito mato, aos poucos fomos arrumando.

Entrevistador: E o asfalto?

Nós ganhamos o asfalto no tempo do Edimilson Rodrigues em 2000 e luz também.

Entrevistador: E a água?

Entrevistado: Nós fizemos poços, todos os apartamentos são de poços. Não queremos água da Cosanpa porque dá muito trabalho, e a água que temos é boa.

Entrevistador: Nesse tempo que o senhor mora aqui, quais foram as transformações que o senhor viu acontecer?

Entrevistado: Os primeiros invasores foram tudo embora, e eu prefiro como era antes porque as pessoais cuidavam mais uma das outras. Hoje não me arrisco sair mais pra caminhar 5 horas da manhã. Colocamos uma guarda, uma segurança, que nos mesmos pagamos pra melhorar a segurança um pouco.

Entrevistador: Percebi que aqui vocês tem tudo para atender as necessidades de vocês. Quando é que vocês tem que sair?

Entrevistado: Eu só saio para receber meu dinheiro e depois eu volto.

Entrevistador: Quando vocês voltaram ou chegaram aqui, não tinha a quantidade de serviços que tem aqui. Como vocês resolviam as coisas como ir ao banco, supermercado...

Entrevistado: A gente tinha que ir nas feiras por aqui, e foi ai que o pessoal começou a abrir os negócios.

Entrevistador: Aqui tem feira?

Entrevistado: Tem, uma feira pequena de três bancas.

Entrevistador: Aqui na frente tem a feira do Cordeiro, o senhor costuma ir?

Entrevistado: Não, eu vou mais no supermercado. É mais caro as coisas nas feiras.

Entrevistador: E o trabalho? O senhor ainda trabalha?

Entrevistado: Eu sou estiveiro aposentado.

Entrevistador: E as opções de diversão?

Entrevistado: Não temos, só o Vermelhão, um tipo de uma festa ali na frente.

Entrevistador: E praça?

Entrevistado: Nós não temos. Só um campo de futebol aqui atrás.

Entrevistador: E aqui o senhor é síndico?

Entrevistado: Cada bloco desse tem um síndico.

Entrevistador: Mas a sua função aqui é qual?

Entrevistado: Eu sou Presidente da comunidade, catar e resolver os problemas.

Entrevistador: E quais seriam esses problemas?

Entrevistado: Tudo, até briga de casal.

Entrevistador: Para abrirem os mercadinhos aqui na frente, foi preciso de autorização?

Entrevistado: Se quiser abrir o mercadinho tem que falar com o dono do pedaço, que geralmente

é o dono do andar de baixo, do térreo.

Entrevistador: E os de cima?

Entrevistado: Eles só podem aumentar.

Entrevistador: O que mais foi adaptado, que foi melhorado devido a uma necessidade?

Entrevistado: O asfalto, os apartamentos por dentro, a luz.

Entrevistador: Existe algum problema, relação com o condomínio do lado?

Entrevistado: Há uma comunicação, eles vem comprar.

Entrevistador: Tem problema de pularem os muros?

Entrevistado: Não porque o muro é alto, tem cerca elétrica.

Entrevistador: Então a relação é boa com os vizinhos?

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: O conjunto antes era fechado no fundo?

Entrevistado: Sim, só tivemos que colocar uma porta pros moradores irem pro outro conjunto,

que tem colégio, que abre de manhã e fecha de noite por um segurança.

Entrevistador: O que tem lá atrás?

Entrevistado: O conjunto Pedro Teixeira.

Entrevistador: Porque não derrubaram o muro?

Entrevistado: Porque os mal feitores podem vir fazer mal pra cá, morador que não mora aqui.

Entrevistador: E pode construir uma casa nova?

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Vocês não tem uma norma ou algo do tipo que impeça isso?

Entrevistado: Não.

Entrevistador: Essas ruas já existiam?

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: É bem movimentado aqui?

Entrevistado: É sim.

Entrevistador: Os moradores pagam alguma taxa?

Entrevistado: Pagam 50 reais para a segurança, para que a gente distribua a correspondência, a

limpeza

Entrevistador: A prefeitura não faz nada aqui?

Entrevistado: Não.

Entrevistador: Antes tinha?

Entrevistado: Só coleta de lixo.

Entrevistador: O senhor pensa se mudar?

Entrevistado: Só pro interior.

Entrevistador: Não pro centro?

Entrevistado: Não, não tem vantagem, até pela minha idade, só quero paz, sossego.

Entrevistador: O senhor gosta de morar aqui?

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Aqui na Augusto Montenegro, o senhor moraria em outro lugar?

Entrevistado: Não, só aqui mesmo. Quando chove não alaga, passam vários ônibus aqui.

Entrevistador: A drenagem já tinha aqui?

Entrevistado: Já tinha.

Entrevistador: Qual o nome da empresa?

Entrevistado: Del Rei.

Entrevistador: Aqui tem escola pra criança?

Entrevistado: Tem, na rua secundaria, escola particular mesmo.

# • Conjunto Maguari

## Entrevista 01

Entrevistadora: Quantos anos você tem?

Entrevistada: 19 anos.

Entrevistadora: Onde você trabalha?

Entrevistada: No Palácio Dos Despachos.

Entrevistadora: Onde você estuda?

Entrevistada: Na Quintino.

Entrevistadora: Aqui é a Alameda 4?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Moras aqui a quanto tempo?

Entrevistada: 19 anos.

Entrevistadora: Nesses 19 anos morando aqui, vocês sempre moraram nesta casa?

Entrevistada: Não, logo em que eu nasci, morei em uma alameda neste mesmo conjunto e morei

por um ano em uns apartamentos fora do conjunto.

Entrevistadora: Nesse tempo que você mora aqui, o que o conjunto consegue fazer por você?

Entrevistada: Mercado, feira, academia, basicamente é isso.

Entrevistadora: Ao longo do tempo isso tem melhorado ou piorado?

Entrevistada: Tem melhorado porque cresceu muito o comercio aqui dentro, então tem várias

atividades, opções aqui dentro.

Entrevistadora: Quando queres te divertir, suas opções de lazer são aqui dentro ou lá fora?

Entrevistada: Nesse ponto, aqui não tem, então é lá fora.

Entrevistadora: O que você faz lá fora?

Entrevistada: Cinema, praça...

Entrevistadora: Para essas coisas, você vai aonde?

Entrevistada: La pro centro.

Entrevistadora: Não chega a ser nada aqui na Augusto Montenegro?

Entrevistada: Tem boliche, Pavan, essas coisas.

Entrevistadora: E você usa estas coisas (ir ao boliche, Pavan)?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Você usa mais o Parque Shopping ou o Boulevard?

Entrevistada: O Parque Shopping, por ser mais próximo da minha casa.

Entrevistadora: No conjunto não tem praça ou coisas similares?

Entrevistada: Ter tem só que, tem muito bandido, e é um terreno, não pode se considerar uma

praça.

Entrevistadora: Onde fica?

Entrevistada: Com a Alameda 15, próximo ao posto de saúde.

## Entrevista 02

Entrevistadora: Quantos anos a senhora tem?

Entrevistada: 63 anos.

Entrevistadora: A senhora mora aqui a quanto tempo?

Entrevistada: Eu moro há mais de 20 anos. Morava perto da praça da República.

Entrevistadora: E a senhora sente um choque?

Entrevistada: Sim, eu vim para cá devido a uma circunstância do meu marido. Um amigo deu o golpe nele e a gente ficou decaído e tivemos que vir embora para cá. E foi um choque ter vindo do centro pra cá, aqui era horrível, não era asfaltado.

Entrevistadora: Isso há muito tempo?

Entrevistada: Sim, porque eu vim na faixa dos anos 80.

Entrevistadora: E não tinha nada?

Entrevistada: Não tinha água, uma falta de água horrível. E quando vinha água, que era de poço

era tudo barrenta.

Entrevistadora: E até hoje é assim?

Entrevistada: Não hoje a água já vem limpa.

Entrevistadora: E a senhora ainda usa poço?

Entrevistada: Não, como a água já vem limpa e é difícil faltar água, não vi utilidade. Mas antes era muito ruim, falta sempre água, as pessoas iam pegar água no posto de gasolina. Mas hoje em dia nem se compara.

Entrevistadora: E tinha linha de transporte pra cá?

Entrevistada: Só uma linha, a do Icoaraci.

Entrevistadora: E tinha q descer aqui na frente?

Entrevistada: Eu como moro na frente, tinha essa vantagem, mas quem morava lá pra trás ia andando muito. E as ruas eram só buracos e muita lama, mal as principais eram asfaltadas.

Entrevistadora: E a senhora sabe mais ou menos quando começou a melhorar?

Entrevistada: Olha, as alamedas foram asfaltadas no governo do Dulciomar, ai melhorou bastante.

Entrevistadora: E a senhora gosta de morar aqui?

Entrevistada: Olha eu gosto, por que começou a ter tudo pra cá, tem shopping, supermercado, correi, banco, colégios bons, inglês. Só que meus filhos todos te a vida pro centro, e tá cada vez pior sair daqui de manhã, o transito ruim, e quando esses conjuntos estiverem prontos vai ficar um caos de engarrafamento. Então pra mim já fica desgastante.

Entrevistadora: Já teve relatos de invasão aqui?

Entrevistada: Já sim. Cada vez mais temos histórias de assaltos no conjunto.

Entrevistadora: Quando a senhora chegou aqui não era assim?

Entrevistada: Não era assim, porque hoje cada vez mais a violência tá aumentando. Antes os muros das casas eram baixos.

Entrevistadora: Como a senhora fazia as suas compras de supermercado?

Entrevistada: Antes dos supermercados aparecerem aqui, a gente ia para o centro fazer as compras. Mas agora temos até um atacadão e supermercados pequenos no conjunto.

Entrevistadora: Como tem invasões próximo daqui e por morar aqui, vocês costumam andar pelas proximidades, como em outras residências em outros conjuntos ou habitações?

Entrevistada: Não, tenho uma cunhada que mora no satélite, mas raramente vou visitá-la.

Entrevistadora: Aqui é possível ir ao supermercado, médico, restaurante, escola andando?

Entrevistada: Não, é difícil. Só tens alguns armarinhos, para atender as necessidades mais imediatas.

Entrevistadora: Tem alguma associação ou organização dos moradores?

Entrevistada: Tem uma associação de moradores. As vezes eles passavam para fazer umas reuniões.

## Residencial Jardim Espanha

## Entrevista 01

Entrevistadora: Qual a sua idade?

Entrevistado: 56

Entrevistadora: A quanto tempo vocês moram aqui?

Entrevistado: Três anos.

Entrevistadora: Onde você morava antes, e como foi para você decidir vir morar para cá?

Entrevistado: Morava na Antônio Barreto, e morávamos em um apartamento.

Entrevistadora: Como você soube sobre esse condomínio?

Entrevistado: Nós visitamos vários lugares na verdade, e nós acabamos gostando daqui, pois nós

gostamos do projeto da casa.

Entrevistadora: E como foi a adaptação a este novo local?

Entrevistado: Hoje em dia está mais fácil, pois sempre tive que levar minha filha para a faculdade no carro, então sempre tivemos que sair mais cedo para fazer as compras.

Entrevistadora: E você acha que ter o carro é fundamental para a vivencia aqui?

Entrevistado: Sim, porque o meio de transporte aqui é muito complicado, e faz com que

perdemos muito tempo.

Entrevistadora: Apesar do pouco tempo morando aqui quais foram as mudanças que você pode

notar?

Entrevistado: A nível de infra estrutura, tudo está no papel ainda. As pistas são só remendo. E as

obras do BRT prejudicam muito.

Entrevistadora: E as compras?

Entrevistado: Tudo por aqui eu tenho, não preciso ir para a cidade. Estamos bem servidos.

Entrevistadora: E outras atividades?

Entrevistado: Como o chaveiro, não temos opções por agui, estes pequenos serviços até são

difíceis de encontrar, como papelaria. Coisas para carro já tem para cá.

Entrevistadora: Você costuma utilizar os arredores por aqui, os serviços da redondeza?

Entrevistado: Como a feira, eu não utilizo.

Entrevistadora: Trabalho é no centro?

Entrevistado: Sim, trabalho na Universidade Federal, e no Tribunal de contas.

Entrevistadora: E as opções de lazer?

Entrevistado: Nosso maior lazer é viajar mesmo, ir ao cinema, jantar.

Entrevistadora: E essas atividades são por aqui?

Entrevistado: Sim, vamos no Parque shopping para ir ao cinema e vamos ainda no Boulevard.

Entrevistadora: O senhor é satisfeito morando aqui?

Entrevistado: Na questão de medo, insegurança, não é ruim. Hoje em dia é tranquilo.

Entrevistadora: E se não fosse um condomínio fechado?

Entrevistado: Eu não morava aqui.

Entrevistadora: Por que?

Entrevistado: Devido a segurança mesmo, o condomínio te dá uma segurança maior, mesmo

sabendo de roubos por aqui, me sinto mais seguro.

Entrevistadora: E a infraestrutura do condomínio?

Entrevistado: É bom, dizem que o síndico anterior era ruim. Já esse novo é melhor, temos novas

placas que identificam as ruas, temos quadras de futebol, piscina.

Entrevistadora: E a ideia de se mudar?

Entrevistado: Não temos ideia de nos mudar.

## Residencial Nathalia Lins

#### Entrevista 01

Entrevistadora: A quanto tempo vocês estão morando aqui?

Entrevistada: A seis meses.

Entrevistadora: Como você antes morava bem no centro e veio morar aqui na Augusto

Montenegro, como foi esse impacto para você?

Entrevistada: Para mim, o conjunto em si, é muito legal, porem a distância é muito ruim. E me faz

querer voltar para o centro, até porque já estava acostumada com a rotina de lá.

Entrevistadora: E as compras, vocês conseguem resolver tudo por aqui ou ainda está ligada ao

centro?

Entrevistada: Consigo resolver tudo por aqui sim. E aqui no conjunto tem mercadinhos, então é bem prático.

Entrevistadora: Trabalho e estudo, são no centro?

Entrevistada: Sim, e o que mais desgasta e me faz querer voltar para o centro é essa distância, e como tem muito transito fica pior.

Entrevistadora: E as opções de lazer, no condomínio, nas áreas de extensão e na cidade?

Entrevistada: Só shopping mesmo que é utilizado.

Entrevistadora: E a expectativa para o novo shopping?

Entrevistada: Estou esperando a muito tempo já, pois vamos ter mais opções.

Entrevistadora: E as instalações do condomínio?

Entrevistada: Depende muito de cada bloco, pois cada bloco tem seu próprio síndico, então o que tiver o melhor síndico, tem um bloco mais arrumado. Mas para gente não influencia muito.

Entrevistadora: E o tamanho?

Entrevistada: É ótimo, atende as nossas necessidades, é fácil de arrumar.